



PARA QUE(M) SERVE O SEU CONHECIMENTO

Trabalhos selecionados da
*XII Mostra de Iniciação Científica e
Extensão Comunitária e
XI Mostra de Pesquisa de Pós-graduação*



iMED



Conselho Editorial

Dr. Paulo César Carbonari

Presidente

Dr. Iltonar Siviero

Secretário

Área Ciências Humanas

Dr. Adriano Correia (UFG); Dr. Agostinho Both;

Dr. Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Dr. Eldon Henrique Mühl (UPF);

Dr. Johannes Doll (UFRGS); Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide (UFPB);

Dr. Miguel García Baró López (UPC, Madrid);

Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS); Dr. Robinson dos Santos (UFPEL);

Dr. Sandro Chignola (UPA, Itália); Dra. Vanderleia Pulga Daron (UFFS)

Área Ciências Sociais Aplicadas

Dr. Antônio Carlos Wolkmer (UFSC); Dr. Astor Diehl (UPF);

Dr. Henrique Aniceto Kujawa (IMED); Dr. Jandir Pauli (IMED);

Dr. João Carlos Tedesco (UPF); Dr. Joviles Vitorio Trevisol (UFFS);

Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS); Dr. Theofilos Rifiotis (UFSC)

Área Saúde

Dra. Alacoque Erdmann (UFSC); Dr. Leocir Pessini (CUSCSP);

Dra. Lia Mara Wibelinger (UPF); Dr. Luiz Antônio Bettinelli (UPF);

Dra. Marilene Rodrigues Porttella (UPF); Dr. Roque Junges (UNISINOS)

Área Linguística, Letras e Artes

Dra. Adriana Dickel (UPF); Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste (UPF)

Faculdade IMED



PARA QUE(M) SERVE O SEU CONHECIMENTO



Trabalhos selecionados da XII Mostra de Iniciação Científica e
Extensão Comunitária e XI Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação IMED

Passo Fundo
Saluz
2019

Proibida reprodução total ou parcial nos termos da lei.
Instituto Superior de Filosofia Berthier – Editora do IFIBE

SUMÁRIO

Direito e arte: a apreciação musical como suporte ao ensino jurídico	6
<i>Rui Carlos Dipp Júnior; Leilane Serratine Grubba</i>	
Quem são os adolescentes etiquetados como infratores pelo jornal O Globo? Uma análise do periódico no ano de 2015	13
<i>Lucas da Silva Santos; Patrícia Silveira da Silva</i>	
Ensino-aprendizagem sobre a problemática de gênero nas instituições educacionais básicas do Brasil: uma questão de Direitos Humanos	22
<i>Amanda Brum Porto; Leilane Serratine Grubba</i>	
Políticas de consumo de bebidas alcoólicas em câmpus de instituições brasileiras de ensino superior: um estudo preliminar.....	32
<i>Tainá Broetto; Leonardo Bock; Cintia Sonale Rebonatto; Carlos Costa</i>	
Os recursos e o desempenho: a percepção dos gestores de pequenas empresas	45
<i>Édia Karling; Adrieli Cecchin Fortuna; Aline Ortiz Rauber; Claudionor Guedes Laimer</i>	
Maus-tratos com Idosos: Relato de Entrevista com Idosas	58
<i>Cyntea Cappelli Mantovani; Icaro Bonamigo Gaspodini</i>	
Pré-natal psicológico na gestação de alto risco: relato de experiência com grupos.....	64
<i>Carine Tabaczinski; Kélin Aparecida da Silva; Israel Kujawa</i>	
A influência das APACs na ressocialização dos detentos	71
<i>Gabriele Santin Figueiró; Henrique Aniceto Kujawa; Caliane Christie Oliveira de Almeida Silva</i>	
Avaliação da felicidade dos moradores de Passo Fundo-RS	83
<i>Tauana Bertoldi; Carla Gabriela Carlot Zorzi; Alcindo Neckel</i>	
Desenvolvimento e caracterização de ligantes de menor impacto ambiental: avaliação da condutividade térmica de argamassas.....	93
<i>Rafael Kaiser; Rafaela Casanova; Francieli Tiecher Bonsembiante; Luciana Oliveira Fernandes; Richard Thomas Lermen</i>	

DIREITO E ARTE: A APRECIACÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO

Right and art: musical appreciation as a support for legal education

Rui Carlos Dipp Júnior

Mestrando em Direito da Faculdade Meridional de Passo Fundo (IMED). Professor universitário nos Cursos de Música – Licenciatura e Bacharelados – da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Advogado, possui graduação em Direito (UPF). Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo Centro Universitário UNINTER. Especialista em Direito Processual Civil (UNINTER). Especialista em Advocacia Trabalhista pela Anhanguera-Uniderp. Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (UNINTER). Bacharel em Música – Habilitação Instrumento Piano (UPF). Graduado em Licenciatura Plena em Música (UPF). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o empoderamento (IMED/CNPq). E-mail: ruidippjr@gmail.com

Leilane Serratine Grubba

Doutora e Mestre em Direito (UFSC). Mestranda pelo programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFFS). Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Complexo de Ensino Superior Meridional (IMED). Professora da Escola de Direito do Complexo de Ensino Superior Meridional (IMED). Pesquisadora da Fundação Meridional. Pesquisadora Coordenadora do Projeto de Pesquisa FUNDDIH - Fundamentos e Dimensões dos Direitos Humanos (IMED/CNPq). Pesquisadora Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão CineLaw (Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o empoderamento) (CNPq/IMED/Instituto Interamericano de Derechos Humanos IIDH/ Youth for Human Rights YHRB). Publicou os livros O Essencialismo nos Direitos Humanos, Conhecer Direito I e Conhecer Direito II. Atualmente tem como tema central de pesquisa os Processos de produção do conhecimento na área do Direito e os Direitos Humanos, com ênfase em Desenvolvimento Humano, Migrações e Cinema.

Resumo

O artigo tem como tema Direito e Música e, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica, delimita-se a investigar a relação existente entre as duas áreas do saber no que diz respeito à apreciação musical como suporte ao ensino jurídico. Nessa perspectiva, apresenta como problemática indagar de que forma a música pode contribuir para o ensino jurídico. Assim, o objetivo desta pesquisa é relacionar Direito e Música detectando afinidades entre as duas ciências e revelar a importância da apreciação musical para os juristas. Por último, considera-se que por meio da apreciação musical, a música consegue ser uma aliada ao professor de Direito como ferramenta didático-pedagógica em sala de aula e, por outro lado, o Direito pode ser fonte de inspiração à produção da obra de arte.

Palavras-chave: Apreciação musical. Direito. Ensino jurídico. Música.

Abstract

This article's theme is Law and Music. Through a bibliographical research, we seek to investigate the connection between these two areas of knowledge, regarding musical appreciation as a support to legal education. From this perspective, it is problematic to ask how music can contribute to legal education. Thus, the objective of this research is to relate Law and Music detecting affinities between the two sciences and to reveal the importance of musical appreciation for jurists. Finally, it is considered that through music appreciation, music manages to be an ally to the professor of Law as a didactic-pedagogical tool in the classroom and, on the other hand, Law can be a source of inspiration for the production of the work of art.

Keywords: Musical appreciation. Law. Legal education. Music.

1 Introdução

O presente trabalho apresenta como tema o Direito e a Música e delimita-se a dissertar sobre a relação entre as duas áreas do conhecimento no que concerne ao uso da apreciação musical como ferramenta didático-pedagógica ao professor de direito.

Nesse contexto, por meio de uma pesquisa bibliográfica e reunindo argumentos doutrinários sobre o assunto, apresenta como problematização indagar sobre o papel da apreciação musical e sua importância para o Direito, além do mais, questiona também por que é preciso ouvir música.

Assim, os objetivos dessa pesquisa são: a) relacionar Direito e Música, isto é, investigar pontos de contatos entre ambos; b) identificar de que forma a apreciação musical pode ser favorável ao estudo do Direito e de que maneira uma área pode influenciar na outra.

Logo, justifica-se a presente pesquisa por serem questões voltadas à interdisciplinaridade, além disso, acredita-se que a temática proposta para o presente debate pode despertar o interesse e curiosidade da comunidade acadêmica, principalmente no âmbito do Direito e da Música.

2 Das relações entre direito e música

Direito e Música são duas áreas complexas cujas teorias merecem ser relacionadas no sentido de fortalecimento de aprendizado mútuo entre ambos os campos do conhecimento tendo como alvo o aprimoramento acadêmico e a produção de conhecimento.

Conforme leciona Regis Fernandes de Oliveira (In: Direito e Arte, 2017, p. 9), é possível relacionar Direito e Música, porque toda arte pode refletir a essência de uma determinada sociedade, as diferentes discussões ocorridas atualmente ao longo dos tempos, seus dramas, lutas, o cenário político, as distintas expressões de opiniões, o equilíbrio e momentos de trégua.

Por essa razão, “Na medida em que o artista é um ser *no* e *do* mundo, retrata em suas obras [...] tudo que logra captar, com sua sensibilidade, todos os problemas que fluem no campo social” (OLIVEIRA, 2017, p. 9-10, grifos do autor).

Nesse sentido, é viável inferir que o trabalho do artista é um espelho do que acontece no dia a dia, no passado, no presente, e quiçá do futuro. Por isso, o professor de Direito, se for sensível à compreensão da importância das artes para as Ciências Jurídicas e Sociais, especialmente em relação à música, poderá se aproveitar disso a fim de enriquecer suas atividades de docência, fomentando debates e temas ligados às mais variadas questões jurídicas.

Imagina-se que os diferentes ramos do Direito podem ser objeto de estudos pelo olhar – ouvir – da Música, porque:

O direito disciplina condutas humanas e prevê regras para organizar a vida em coletividade e estabelece sanções na hipótese do descumprimento da conduta prevista em lei. Em primeiro, o Estado capta, por seus agentes políticos, a realidade, observa-a e estabelece normas de convivência. Todos devem segui-las, sob pena de uma reação da ordem jurídica (sanção institucionalizada). Assim, o cumprimento da norma é ignorado; seu descumprimento provoca uma reação que depende da maior ou menor lesão ao ordenamento normativo. (OLIVEIRA, 2017, p. 10).

Depreende-se da citação acima que, se as normas jurídicas são criadas por pessoas em nome do Estado, para regular a convivência social a partir de um ponto de vista de uma determinada expressão e fatos da vida social, então o Direito pode encontrar na Música uma significativa fonte de inspiração no que concerne à produção legiferante, à prática jurídica e ao ensino jurídico.

Do mesmo modo que a Música, em tese, influencia o Direito, este também é capaz de ser um manancial de inspiração ao trabalho do artista, por exemplo, em temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e seus infindáveis desdobramentos.

Então, do mesmo jeito que músico não deve ficar alheio aos problemas do mundo, isto é, ficar focado apenas no estudo técnico musical, o jurista não deve restringir seus estudos de maneira irrefletida e mecanizada acerca de seu objeto de estudo – o Direito. Nas duas searas é urgente a reflexão e ampliação de valores culturais.

Isso faz todo o sentido na medida em que se analisa a seguinte exposição de ideias:

Ao leitor do direito, o mundo jurídico se reduz à mera interpretação sintática e semântica da norma. Na sintática, organiza o raciocínio conectivo da norma com outras normas, para apurar seu sentido de validade. É raciocínio válido, mas nele não se

esgota o mundo jurídico. Na semântica, busca-se o significado da palavra utilizada pelo legislador. Aí se esgotaria a função do intérprete. Mas, apenas o leitor da norma para aí. O intérprete prossegue buscando razões de toda sorte – sociais, políticas, econômicas etc. e até jurídicas – que levaram o legislador a editar a norma. Também prequestiona sua validade e busca o sentido maior e mais íntimo das palavras utilizadas vinculadas à situação sociológica, política e econômica de sua edição. (OLIVEIRA, 2017, p. 14).

Presume-se, pelas palavras acima, que um dos pontos de conexão do Direito com a Música é a interpretação. Isso porque do mesmo modo que o jurista não deve somente encontrar respostas na letra fria de uma lei, sem considerar outros entornos em relação às normas, o músico intérprete também deve ser uma pessoa que não se contenta tão somente com as notas grafadas em uma partitura. Dito de um outro modo, ambas as áreas do saber não estão isoladas de um contexto social.

3 Da apreciação musical no direito

Ouvir música é importante, não só para o músico como para o jurista, porque quando uma obra musical é colocada num cenário educacional, “A reprodução [...] é útil porque não apenas transmite a maravilha de **música** produzida como também **educa e instrui**” (OLIVEIRA, 2017, p. 15, grifos nossos).

Nesse rumo, não basta ouvir, é preciso saber ouvir.

Sobre isso, corroborando com os ensinamentos acima, sobre a apreciação musical, é importante destacar que:

A atividade de apreciação se constitui numa forma de contemplação ativa ou de leitura da produção musical, ou seja, refere-se à criação de sentidos. A interpretação da produção musical é muito importante, pois pode nos levar a olhar o cotidiano de forma diferente. Por meio da apreciação das representações musicais, podemos ampliar nossa percepção tanto sobre a cultura musical como sobre a vida de forma geral. (TAVARES, 2013, p. 68).

Por conseguinte, pode-se inferir que quando uma obra musical é proposta como atividade de apreciação musical, a referida autora sinaliza que isso permite aos ouvintes – professores, estudantes –, um mecanismo de enxergarem por meio de um outro ponto de vista – a arte musical – as situações e relações sociais que sobrevivem na rotina de um povo. Destarte, isso pode aumentar a bagagem cultural dos indivíduos e potencializar a sensibilidade dos mesmos ao se permitirem refletir sobre os assuntos do mundo que de uma forma ou outra necessitem de maior atenção.

Nessa linha de pensamento, a apreciação musical em sala de aula parece ser relevante, pois, conforme adverte Copland (2013, p. 18-19), “quando você está ouvindo uma obra musical está simultaneamente ouvindo um homem, um determinado indivíduo, com sua personalidade específica”.

Em outros termos, um compositor musical exprime seus sentimentos, suas ideias e pensamentos sob uma conjuntura social, histórica, política, dentre outras. Caso esses aspectos forem reconhecidos pelo ouvinte, este se beneficiará no sentido de usar seus novos conhecimentos em prol de valores mais justos à humanidade.

Ressalta-se que, para que aconteça uma apreciação musical efetiva, segundo Tavares (2013, p. 69), não basta simplesmente ouvir, “Deve-se ouvir indagando, estabe-

lecendo relações, conversando, questionando, opinando, gostando ou não, buscando significados”. Logo, deduz-se que é importante facilitar a participação crítica dos ouvintes para que a atividade seja produtiva. Além disso, “A escolha das músicas [...] deve ser feita levando-se em consideração [...] o interesse do grupo” (TAVARES, 2013, p. 69).

Em sentido semelhante, a música, que é uma forma de arte, proporciona o conhecimento e melhor visão de mundo sobre qualquer assunto que necessite de reforço, compreensão e discussão num processo de ensino-aprendizagem, porque:

A educação pela arte permite uma compreensão da realidade e da cultura e possibilita a cada sujeito a sua própria experiência estética. A percepção em relação às obras de arte e o desenvolvimento da sensibilidade estão, sobretudo, no apreender determinados significados que residem em uma obra de arte, não somente pela razão, mas por meio dos sentimentos que ela inspira no sujeito que a aprecia. O sentimento representa a harmonia do sujeito sensível com o objeto, e essa condição retira dela a paixão, que cega a reflexão e o impede de emitir ‘juízos’ contemplativos e de reconhece-los em determinada época e cultura. (ENGELMANN, 2012, p. 68-69).

De forma sucinta, o que o referido autor parece dizer é que a música alimenta não apenas o cérebro, como também o coração, e em um só tempo, favorece às pessoas a se tornarem mais criativas e ainda reflexivas diante da realidade que as cercam. Pois bem, considera-se que tais atributos são cruciais a qualquer profissional do Direito e da Música. Isso reforça a necessidade de usar a apreciação musical como apoio ao ensino.

Copland (2013, p. 26), revelando a capacidade apreciativa da música, diz: “toda música tem seu poder expressivo, algumas mais e outras menos, mas todas têm um certo significado escondido por trás das notas, e esse significado constitui, afinal, o que uma determinada peça está dizendo, ou o que ela pretende dizer”.

Diante disso, é possível supor que a música não fica limitada a canções, ou seja, somente a composições musicais que contenham uma letra. Considerando que toda música é uma manifestação artística, urge também prestar atenção às composições de cunho instrumental ou vocal que não possuem um texto poético, mas que igualmente podem conter uma riqueza de materiais sonoros passíveis de apreciação musical, logo, suscetíveis de análises e de debates no ambiente educacional.

Corroborando com esse entendimento, de que música não se restringe à música vocal, Oliveira afirma que “Os músicos têm sensibilidade à flor da pele. Os sons penetram em suas entranhas. Eles nos agridem. Muitos fazem dos sons seu instrumento de revolta” (2017, p. 60). Indo além, o referido autor acrescenta ainda que “Músicos não se conformam em ver as desigualdades sociais. Buscam ser um instrumento de rebelião” (OLIVEIRA, 2017, p. 61).

Nessa toada, um bom exemplo que remete a essa questão – de que o artista sente e reproduz nas artes a atmosfera de seu ambiente – é o denominado nacionalismo em música, pois, segundo explica o autor Roy Bennett (2007, p. 64), “um compositor é considerado ‘nacionalista’ quando visa deliberadamente expressar, em sua música, fortes sentimentos por seu país [ou] nela imprime um caráter distintivo através do qual sua nacionalidade se torna facilmente identificável”.

Isso ocorre supostamente na maneira de compor, ora na preferência do compositor pelo uso de um determinado sistema musical, ora no uso de uma forma estrutural musical com linguagem própria.

Bennett (2007, p. 64) acrescenta também que um músico nacionalista faz “uso de melodias e ritmos do folclore de seu país e o emprego de cenas tiradas do dia-a-dia, das lendas e histórias de sua terra”. Disso é presumível que a Música se apresenta, em termos de conteúdos culturais, relevantes a estudos jurídicos.

Por conseguinte, Lovelock (2001, p. 257) complementa que “O nacionalismo tem dois aspectos, o inato e o cultivado. As características nacionais ou raciais de compositores sempre tenderam a se manifestar em sua música”.

Evidentemente, utiliza-se a música nacionalista neste momento apenas como um exemplo capaz de ilustrar um modo dos artistas de também se comunicarem, de exprimirem suas ideias, já que naturalmente é perceptível que na atualidade a música rompe todas as fronteiras podendo ir além de um espírito nacionalista. Para tanto, é suficiente fazer uma analogia com o *Blues*, cuja forma e estrutura musical simples influenciou quase tudo o que se conhece hoje como música *pop*.

De todo modo, a apreciação musical com fins didáticos pode ser explorada pelos professores de direito, pois a música tem o potencial de abordar vários temas jurídicos atuais que muitas vezes se encontram à frente do próprio direito em matéria de realidade social, o que se pode depreender dos seguintes argumentos de Gusmão ao aduzir sobre Direito e fato social:

O direito resulta, também, de reflexão intelectual, seja do legislador, seja do jurista, seja do juiz, provocada ou influenciada por fatos sociais: disciplinando-os, ordenando-os, incriminando-os. Lenta, gradual, é a introdução na ordem jurídica de novos princípios e de normas exigidos pelas novas situações histórico-sociais, devido a ser o direito, por natureza, conservador. Daí o desajustamento frequente que existe entre a ordem jurídica e a ordem social: **o direito, em comparação com as demais formas de cultura (arte, moral, literatura, cinema, costumes etc.), está sempre em atraso em relação às transformações sociais.** (GUSMÃO, 2007, p. 34, grifos nossos).

Por conta disso, verifica-se que é cada vez mais fundamental a interdisciplinaridade do Direito com outras áreas. Por isso, nesse caso, a Música é conveniente para ajustar o descompasso do Direito em relação aos fatores sociais, porque propicia uma reflexão sobre os mesmos e conseqüentemente aproxima o operador do direito daquilo que a sociedade vive, sente, sofre, dentre outras infindáveis conjunturas.

Por fim, quando alguém indaga o quem tem a ver Direito e Música, um dos caminhos que podem apontar uma relação plausível seja justamente no sentido de que um campo do conhecimento pode se apoiar no outro proporcionando inspirações e influências recíprocas no ordenamento e nas artes de uma determinada sociedade.

4 Considerações finais

A relação entre Direito e Música é evidente. Nesse cenário, o texto aponta para uma direção de continuidade dos debates em torno dessa temática, pois a interdisciplinaridade do campo jurídico com outras áreas do conhecimento é salutar para a formação jurídica, isto é, para o ambiente acadêmico, logo, necessária.

Desse modo, a Música, tanto instrumental como vocal, ao relevar a realidade social, propicia que sejam trabalhados assuntos relacionados ao Direito. Conseqüentemente, a Música pode oferecer suporte aos professores no sentido de contribuir para reflexões críticas e participativas em sala de aula.

Por derradeiro, considera-se importante enfatizar que o elo entre o Direito e as Artes, especialmente a Música, é uma via de mão dupla, ou seja, no mesmo instante em que a Música oportuniza o desenvolvimento de um raciocínio jurídico, o Direito é fonte inesgotável de inspiração aos artistas.

Referências

- BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- COPLAND, Aaron. *Como ouvir e entender música*. São Paulo: É Realizações, 2013.
- ENGELMANN, Ademir Antonio. *Filosofia da arte*. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 39º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- LOVELOCK, William. *História concisa da música*. 2 ed. São Paulo: Martins, 2001.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Direito e arte*. São Paulo: Malheiros, 2017.
- TAVARES, Isis Moura; CIT, Simone. *Linguagem da música*. Curitiba: InterSaberes, 2013.

QUEM SÃO OS ADOLESCENTES ETIQUETADOS COMO INFRATORES PELO JORNAL O GLOBO? UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO NO ANO DE 2015

*Who are adolescents labeled as infracted by O Globo newspaper?
An analysis of the newspaper in the year 2015*

Lucas da Silva Santos

Acadêmico do 10º semestre da Escola de Direito na Faculdade Meridional (IMED) –
Passo Fundo. Integrante do Grupo de Pesquisa “Criminologia, violência e sustentabilidade
social” (IMED) coordenado pelo Prof. Dr. Felipe da Veiga Dias.

E-mail: lucassantospf@gmail.com.

Patrícia Silveira da Silva

Acadêmica do 10º semestre da Escola de Direito na Faculdade Meridional (IMED) –
Passo Fundo. Bolsista de iniciação científica pela FAPERGS. Integrante do Grupo de
Pesquisa “Criminologia, violência e sustentabilidade social” (IMED)
coordenado pelo Prof. Dr. Felipe da Veiga Dias.

E-mail: ps1108591@gmail.com.

Resumo

O presente artigo aborda o papel da mídia como controle social informal, analisando como estão estruturados os discursos da mídia para o recrutamento do controle de adolescentes em conflito com a lei. São analisadas cinco reportagens do jornal O Globo do ano de 2015, um dos jornais impressos mais lidos do Brasil, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ). O ano de 2015 foi escolhido por se tratar do ano em ocorreu a votação e a aprovação da redução da maioria penal no país em sua primeira e segunda sessão realizada na Câmara dos Deputados. O trabalho está dividido em duas etapas. Inicialmente, reflete-se a questão do ato infracional, as formas de controle social e a seletividade do sistema penal e socioeducativo, a partir da Criminologia Crítica, utilizando a técnica de pesquisa exploratória de bibliografia. Posteriormente, é realizada a análise das reportagens do jornal O Globo utilizando o método indutivo, para responder o seguinte questionamento: quem são os adolescentes etiquetados pelo jornal O Globo como infratores e como vítimas do sistema? A partir da análise, conclui-se que o jornal O Globo traz uma ambiguidade em suas reportagens, pois retrata como criminoso o adolescente negro e pobre, e ainda o traz como vítima de violências perpetradas dentro dos centros socioeducativos. Além disso, como controle social informal apresenta-se como

um retrocesso aos avanços alcançados pela criminologia crítica, por reforçar estereótipos em suas reportagens.

Palavras-chave: Criminologia Crítica. Mídia. O Globo. Adolescente.

Abstract

This article discusses the role of the media as an informal social control, analyzing how media discourses are structured for the hardening of control of adolescents in conflict with the law. Five articles are analyzed in the newspaper O Globo of the year 2015, one of the most widely read newspapers in Brazil, according to the National Association of Newspapers (ANJ). The year 2015 was chosen because it was the year in which the vote and approval of the reduction of the penal age in the country occurred in its first and second session held in the Chamber of Deputies. The work is divided into two stages. Initially, the question of the infraction act, the forms of social control and the selectivity of the penal and socio-educational system, from Critical Criminology, using the exploratory bibliographical research technique, is considered. Subsequently, the O Globo newspaper is analyzed using the inductive method, to answer the following question: who are adolescents labeled by the newspaper O Globo as offenders and as victims of the system? From the analysis, it is concluded that the newspaper O Globo brings an ambiguity in its reports, as it depicts as criminal the black and poor teenager, and still brings him as a victim of violence perpetrated within socio-educational centers. Moreover, as informal social control presents itself as a setback to the advances achieved by critical criminology, by reinforcing stereotypes in its reports.

Keywords: Critical Criminology. Media. O Globo Newspaper. Adolescent

1 Introdução

Devido aos grandes retrocessos noticiados nos últimos anos referente ao sistema penal e socioeducativo, torna-se importante demonstrar o papel da criminologia crítica para debater esses fenômenos. O tema central desse trabalho é apresentar de que forma a mídia como controle social informal corrobora para a construção de estereótipos, principalmente trazendo à tona novamente os conceitos da criminologia positivista, e na seara da infância e adolescência, questões de cunho menorista.

O presente trabalho tem como base uma pesquisa realizada durante o ano de 2017 nos jornais O Globo e Folha de São Paulo e na revista Veja, considerados os periódicos com maior circulação no país segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ, 2015). Nessa pesquisa, o foco central foi identificar de que forma os discursos políticos e midiáticos se apresentavam para recrudescer o controle dos adolescentes em conflito com a lei.

A pesquisa central analisou cento e dezoito reportagens do jornal O Globo no ano de 2015, ano em que foi votada e aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, que visa reduzir a maioria penal para os 16 anos. As reportagens foram coletadas partindo de mecanismos de exploração de acervos *online*. Sendo utilizados como termos de busca no campo “com todas as palavras” incluído a palavra “adolescente”; no campo “com pelo menos uma das palavras” foram incluídas as seguintes palavras: infração, apreendido,

apreensão, infracional, maioridade, internação, internado, socioeducativa, crime, pena. As últimas duas palavras foram pesquisadas mesmo estando tecnicamente erradas, pois são utilizadas frequentemente pelos jornais.

Entretanto, neste trabalho foram selecionadas cinco reportagens do jornal, visando responder o seguinte questionamento: Quem são os adolescentes etiquetados pelo jornal O Globo como infratores? O questionamento será respondido em duas etapas, a partir de duas concepções: quem são os adolescentes definidos como vítimas do sistema? E quais adolescentes são rotulados como criminosos?

O presente trabalho se divide em duas partes. Inicialmente será apresentado os principais fundamentos teóricos da Criminologia Crítica (marco teórico), através da técnica de pesquisa bibliográfica indireta. E na segunda etapa, se dará a análise do jornal o Globo por meio da Teoria Enraizada nos Dados (*grounded theory*), utilizando-se do *software* Weft-QDA, com abordagem predominantemente indutiva.

2 O papel da mídia como controle social informal a partir do viés criminológico crítico

A Criminologia Crítica aparece a partir do estudo da interacionismo simbólico ou *labelling approach*, tendo como um dos seus precursores Becker. Esse estudo rompeu com o paradigma etiológico típico da criminologia positivista e trouxe um novo conceito para desvio e desviante.

Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 22).

Desta forma, a concepção de desvio é criada por cada grupo social, devendo ser respeitada por cada grupo. Conjuntamente com essa concepção de desvio, tornou-se necessário observar qual a reação dada pela sociedade para o ato praticado, pois a partir da reação das pessoas, é possível determinar o ato como desviante ou não. Em síntese, todos os indivíduos cometem atos desviantes, mas a reação social definirá quais atos/conduitas serão ou não serão alvos do sistema penal (BECKER, 2008, p. 22-24).

Quando se fala em Criminologia Crítica, determina-se o trabalho a partir da construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização, leva-se em consideração conceitos e pressupostos elaborados na esfera do marxismo. Partindo da teoria marxista a Criminologia Crítica, adotou a concepção de desvio do *labelling approach*, e visa reinterpretar os resultados presentes até as correntes anteriores, e visa possibilitar um novo quadro teórico mais preciso (BARATTA, 2002, p. 159).

A Criminologia Crítica é um progresso dos estudos criminológicos, visto que é incompatível com a antiga criminologia positivista. Pois, segundo a observação da criminologia crítica, a criminalidade não seria uma qualidade ontológica da conduta ou do indivíduo (BARATTA, 2002, p. 161).

Significa dizer que, a Criminologia Crítica é responsável pela mudança de paradigma, isto é, alteração do objeto de análise e da forma de análise do objeto. O objeto é alterado da criminalidade como ciência do ser, para a criminalização a partir

da construção da realidade, revelando o crime como qualidade dirigida a condutas ou pessoas pelo sistema de justiça criminal. Assim, estabelece a criminalidade por processos seletivos baseados em estereótipos, perfis e preconceitos (SANTOS, 2005).

A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais. A situação assinalada impede-nos de empregar a palavra “crise” como ponto de inflexão do fenômeno de contradição entre o discurso jurídico penal e realidade operacional do sistema penal (ZAFFARONI, 2001, p. 15).

Posto isso, o sistema penal e socioeducativo opera de forma estrutural, partindo de atuações seletivas, reproduzindo violências e multiplicando condutas lesivas. A corrupção enraizada, conjuntamente com a concentração de poder, mais precisamente, o modelo capitalista avançado extermina com as relações horizontais. Com isso, não são particularidades conjunturais que são responsáveis pelo colapso do sistema penal e socioeducativo, contudo as estruturas de funcionamento do poder, que visam garantir que esse sistema, perpetue-se rigorosamente da mesma forma (ZAFFARONI, 2001, p. 15). Por ter problemas estruturais enraizados no sistema penal, e consequentemente no sistema socioeducativo, a criminologia crítica irá defender a deslegitimação do sistema penal como forma de controle social.

Para compreender a operacionalidade seletiva e desigual do sistema penal, e socioeducativo, que geram a sua deslegitimidade, é preciso compreender os estudos do controle social, trazidos a partir da virada epistemológica realizada pela Criminologia Crítica. Para compreensão dos meios de controle social, torna-se imprescindível explorar o sistema e os produtos de sua atuação, instrumentalizados através de instâncias formais e informais de controle.

Enquanto mecanismo de controle, o sistema penal, entretanto, não está só. Ao contrário, encontra-se inserido na mecânica global de controle social, de tal modo que não se reduz ao complexo estático da normatividade nem da institucionalidade, sendo concebido como um processo articulado e dinâmico de criminalização para qual concorrem não apenas as instituições do controle formal, mas também o conjunto dos mecanismos do controle social informal, a saber: família, escola (da pré-escola à pós-graduação, especialmente as escolas formadores dos operadores do sistema penal), mídia falada (tv), escrita (jornais, literatura, romances, histórias em quadrinhos), internet, moral, religião, medicina, mercado de trabalho (ANDRADE, 2012, p. 133).

Nessa perspectiva, o controle social formal e informal encontram-se unidos, atuando por meio da reprodução da realidade social, ou seja, reforçando desigualdades. Possuindo os discursos hegemônicos produzidos e reproduzidos pelos meios de comunicação de massa, instrumento de perpetuação de estereótipos sobre o crime e o criminoso (BUDÓ, 2013, p. 259-264).

As reportagens e notícias como principais instrumentos de informação, que expõem os delineamentos da sociedade, posto isso não é difícil afirmar que mídia e os meios de comunicação são de suma relevância no controle social informal. Portanto, não é aleatória a construção da imagem do adolescente criminoso na voz dos políticos, e consequentemente nas páginas dos jornais (BUDÓ, 2015, p. 91).

Ademais, verifica-se a mídia como mecanismo de violência e de reprodução da mesma, todavia, ressalta-se que as notícias sobre a violência não constituem um problema em si mesmas, porém o modo de explorar as situações noticiadas simultaneamente com discursos de medo e ondas punitivas alcançados a partir das reportagens, representam o verdadeiro problema (DIAS, 2016).

A mídia de grande massa visa alimentar a opinião pública e sociedade através de seu arsenal discursivo falacioso, reproduzido por meio de suas reportagens, notícias, informações seletivas, a necessidade do recrudescimento do sistema penal e socioeducativo como instrumento capaz e efetivo de contenção da criminalidade (DIAS, 2018, p. 119-120).

Contudo, tanto o sistema penal e meio socioeducativo atuam de forma seletiva e desigual pois visam criar uma identidade, estereótipo de um criminoso, fabricado em grande parcela pelos meios de comunicação que definem esse determinado perfil por meio da ostentação do horror e discursos de medo frente a sociedade.

Com isso, ao definir qual(is) estereótipo(s) correspondem a determinado perfil criminoso (inimigo social) que deve ser combatido a todo custo, do mesmo modo, o próprio sistema penal seleciona quais estereótipos, perfis de criminosos deve-se deixar de lado, ou seja, alguns sujeitos não serão alvo da intervenção penal (ZAFFARONI, 2001, p. 130).

2.1 Os adolescentes vítimas e os adolescentes infratores no jornal O Globo

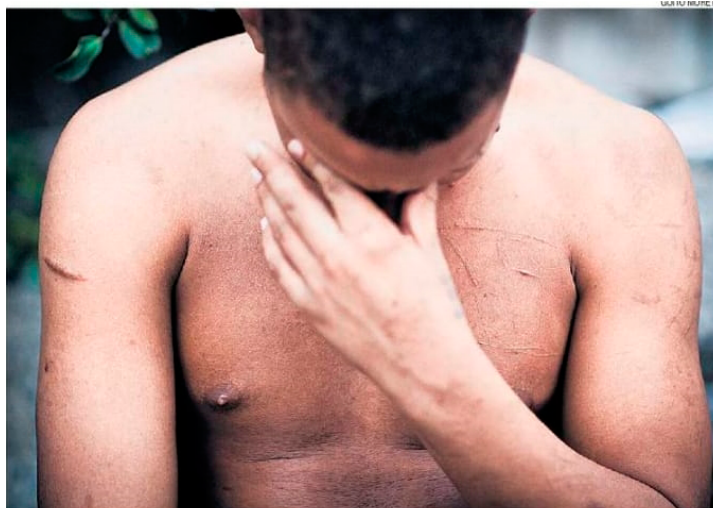
Feita essa passagem pelo marco teórico da criminologia crítica, principalmente no novo conceito dado ao desvio e ao desviante, passa-se a análise de cinco reportagens do jornal O Globo. Frisa-se que a divisão de conceitos está voltada para qual momento o adolescente infrator deixa de ser etiquetado como criminoso e passa a ser visto como vítima da sociedade e do próprio sistema socioeducativo. Outra percepção que será demonstrada é em qual momento ele não será considerado vítima e passa a ser etiquetado como criminoso, e irá necessitar ser contido pelos meios de controle sociais.

2.1.1 A representação do adolescente infrator como vítima no jornal O Globo

Com a análise dessas cinco reportagens foi possível destacar que em algumas oportunidades o jornal divulgou violências sofridas por adolescentes internados nos centros socioeducativos. Na reportagem intitulada “Constitui crime de tortura...”, o jornal retratou a violência sofrida por três adolescentes internas em um centro socioeducativo feminino. A violência foi perpetrada pelos próprios agentes socioeducativos, que deveriam zelar pela educação e reintegração social das adolescentes.

Entre todas as reportagens essa foi a única que mencionou algo sobre os centros socioeducativos femininos. Ao noticiar essa violência o jornal colocou as adolescentes como vítimas do sistema socioeducativo, tendo mencionado ainda que as denúncias não se concretizaram, pois, as adolescentes não tiveram coragem de denunciar.

O foco dessa reportagem foi a violência sofrida por um adolescente, ex-interno, o qual foi torturado por outros adolescentes, ao ser etiquetado como “x-9”, verbete que se refere à pessoa que fala o que não deveria. Foi também mencionada a omissão dos agentes, visto que nada fizeram para parar com as agressões e torturas. A imagem do adolescente é revelada e inclusive suas cicatrizes.



Na pele. Jovem com marcas de tortura que ele diz ter sofrido nas mãos de outros internos de uma unidade do Degase

Figura 1: Fotografia do adolescente retirada da matéria
“Constitui crime de tortura...”

Fonte: O Globo (ARAUJO; MARCOLINI; WERNECK, 2015a, p. 12).

Nessa reportagem foi possível verificar que tanto os centros de internação femininos, quanto nos centros de internação masculinos, os adolescentes sofrem violência pelos agentes e pelos internos, dando a condição de vítima aos adolescentes. E em ambas as violências que foram cometidas, nenhum agressor foi responsabilizado. A partir dessa imagem, o jornal destaca o adolescente infrator como um adolescente negro, reforçando todo o estereótipo preexistente de que a definição de criminoso será perceptível a partir da constatação da cor da sua pele.

Foi possível observar que nas notícias em que o jornal retratou as precariedades dos centros socioeducativos ele colocou os (as) adolescentes internados (as) na condição de vítima de um sistema que não educa e não ressocializa. Com a perceptível intenção de demonstrar que a previsão legal não é cumprida em sua integralidade.

Essa percepção de adolescente como vítima de sistema, que sofre violências por estar internado (a) apareceu como exceção nas reportagens do jornal. Na maioria das vezes etiquetou os pertencentes à classe social mais baixa e os negros como criminosos, o que será apresentado no próximo tópico.

2.1.2 A representação do adolescente como infrator no jornal O Globo

Em algumas reportagens o jornal noticiou uma onda crescente de apreensões de adolescentes envolvidos com o cometimento de “arrastões” nas praias do Rio de Janeiro. A peculiaridade dessa informação está no fato de que os adolescentes estavam sendo abordados e encaminhados à Delegacia sem estarem em situação de flagrância. O secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, ao ser entrevistado afirmou:

Para Beltrame, o Executivo e o Judiciário não podem ignorar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes que viajam “quilômetros até as praias sem dinheiro para se locomover, comer ou mesmo beber água, sem documentos e sem a companhia de responsáveis”. O secretário fez críticas a órgãos que, segundo ele, deveriam estar engajados na prevenção do crime, afirmando que outras esferas do poder público não atenderam

aos seus “chamamentos”. Beltrame destacou que a responsabilidade de encontrar uma saída para a questão não pode ser deixada apenas nas mãos da PM (WERNECK; BOTTARI, 2015d, p. 10).

O Secretário de Segurança relacionou (associou) o fato de adolescentes serem pobres e irem para a praia sem documentação com o envolvimento deles com atos infracionais. De certa forma tentou justificar as abordagens dos adolescentes. O jornal em outra reportagem noticiou as apreensões dos adolescentes e publicou uma foto dos adolescentes apreendidos, todos enfileirados e sentados no chão.



Arrastão. Jovens que, segundo a PM, assaltavam passageiros de um ônibus

Figura 2: Imagem retirada da reportagem “PMS apreendem 24 adolescentes”

Fonte: O Globo (GLOBO, 2015c, p. 17).

A imagem retratada pelo jornal informou que os adolescentes apreendidos eram a maioria negros, a maioria do sexo masculino, e não houve menção na apreensão de meninas. Essa imagem levou a crer que esses são os adolescentes visados pela polícia para serem apreendidos, antes mesmo de cometerem algum ilícito. Sendo assim, novamente o jornal noticiou e expôs os adolescentes (mesmo sendo vedado por lei), pobres e negros, como sendo os criminosos e os que mais são visados pela polícia, uma vez que estavam sendo apreendidos mesmo sem estarem em situação de flagrância. Essa postura do jornal em exibir imagens dos adolescentes apreendidos, reforça a ideia de etiquetamento demonstrada pela teoria do *labelling approach*, e reafirma as seletividades já existentes nos centros socioeducativos.

Em outra notícia o jornal novamente por meio de imagens demonstrou o perfil do adolescente infrator. Nessa eles estavam fazendo uso de drogas e observando um colar que supostamente teria sido roubado.



Figura 3: Imagem retirada da reportagem “Juventude marcada”

Fonte: O Globo (RAMALHO, 2015b, p. 8).

O estereótipo do jornal novamente foi adolescentes negros e do sexo masculino. Nessa reportagem em especial o jornal noticiou inclusive o envolvimento de duas meninas, mas não mostrou suas imagens. Ele revelou os antecedentes infracionais de todos os adolescentes da foto, e inclusive das meninas, tendo uma delas sido abusada sexualmente pelo padrasto (RAMALHO, 2015b, p. 8).

A partir dessas notícias com o uso de imagens dos adolescentes foi possível compreender a raça, o sexo e a classe social dos adolescentes etiquetados como criminosos. Em outras reportagens que foram utilizadas imagens para relatar o adolescente infrator o estereótipo foi o mesmo.

A notícia que fugiu desse estereótipo o jornal caracterizou os adolescentes como bem vestidos, e não utilizou de termos pejorativos para qualificá-los, inclusive mencionando que o ato infracional praticado teria sido uma “brincadeira de mau-gosto”. Na imagem revelada os adolescentes aparecem sentados ao lado da estátua do Carlos Drummond de Andrade, e teriam furtado os óculos da estátua, configurando dano ao patrimônio público (BRISO, 2015e, p. 17).

É perceptível a diferença de tratamento pelo jornal ao retratar ambos os estereótipos e os atos infracionais. Enquanto os “arrastões” precisavam ser contidos mesmo com apreensões sem flagrante delito, o ato infracional equiparado ao crime de dano ao patrimônio público foi retratado como uma brincadeira por adolescentes que não deveriam estar naquele local.

3 Considerações Finais

Após as análises das cinco reportagens específicas, ficou demonstrado que o jornal O Globo como controle social informal reforçou estereótipos preconceitos, ao retratar somente o adolescente negro e pobre como infrator. As imagens trazidas são comumente estampadas nas páginas do jornal para demonstrar, falsamente, que não há um controle dos adolescentes em conflito com a lei.

Entretanto, o jornal estampou também a imagem de um adolescente negro como vítima do sistema socioeducativo, por ter sido agredido pelos internos e pelos agentes socioeducadores. Apesar de ter retratado violência nos centros de adolescentes do

sexo feminino, o jornal não trouxe imagens, fixando somente na figura do adolescente do sexo masculino, o que corrobora com o estereótipo de criminoso, já que a sociedade não espera ser vítima de meninas. Há uma ambiguidade trazida pelo jornal, pois identifica no mesmo perfil a vítima e o infrator: o adolescente negro e pobre.

Portanto, a partir do exposto, é possível concluir que o controle social informal exercido pelo jornal O Globo, é regresso a todos os avanços trazidos pela Criminologia crítica, que busca romper com os estereótipos que foram ideologizados pela Criminologia positivista. Com isso, o papel das instâncias de controle informais conjuntamente com as formais, possuem papel fundamental na ratificação do estereótipo do perigoso (inimigo social), perpetuando uma atuação do sistema penal/socioeducativo que produz e reproduz violências e desigualdades.

Referências

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ARAÚJO, Vera; MARCOLINI, Barbara; WERNECK, Antônio. Constitui crime de tortura.... O Globo, Rio de Janeiro, 12 jul. 2015a, p. 12.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 03 jul. 2018.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BUDÓ, Marília de Nardin. A redução da maioridade penal na folha de S. Paulo: da razão à emoção. *Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM*, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18649#.WPuqXGnyvIU>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídias e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil*. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BRISO, Caio Barretto. Três jovens atacaram a estátua de Drummond. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 dez. 2015e, p. 17.
- DIAS, Felipe da Veiga. Criminologia Crítica e a Insustentabilidade da Criminologia Midiática: Reflexos Invertidos Para Compreensão da Criminalidade no Brasil. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia*, v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/27041>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- DIAS, Felipe da Veiga. Punitivismo midiático nos programas policiais e regulação da comunicação no Brasil com base nos direitos de crianças e adolescentes: ensinamentos uruguaios com a estratégia por la vida y la convivencia. V *Encontro Internacional do Conpedi Montevideu Uruguai 2016*. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/37p0p60l/ows72J6ya7hn4Yl0.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- PMS apreendem 24 adolescentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 set. 2015c, p. 17.
- RAMALHO, Sérgio. Juventude marcada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jul. 2015b, p. 8.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *XIX Conferência Nacional dos Advogados* (25-30 de setembro de 2005), Florianópolis. Disponível em: http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2018.
- WERNECK, Antonio; BOTTARI, Elenilce. Insegurança à beira-mar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2015d, p. 10.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ENSINO-APRENDIZAGEM SOBRE A PROBLEMÁTICA DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS BÁSICAS DO BRASIL: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

Teaching-learning about gender problems in the basic educational institutions of Brazil: a question of human rights

Amanda Brum Porto

Graduanda em Direito (IMED). Membro do grupo de pesquisa e extensão CINELAW “Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o Empoderamento” (IMED/CNPq).
E-mail: amandaportob@hotmail.com

Leilane Serratine Grubba

Doutora e Mestre em Direito. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Complexo de Ensino Superior Meridional (IMED).
E-mail: leilane.grubba@imed.edu.br

Resumo

O artigo tem como objeto a problemática de gênero e objetiva esclarecer a questão da discussão sobre gênero no ambiente escolar, problematizando os fatores que geram tanta resistência por parte da comunidade escolar, da sociedade e da política, que fazem com que a discussão não aconteça dentro da escola. Problematisa, a partir de Bourdieu, o mito que reproduz a ideia de que não existem diferenças entre as pessoas e que gênero é assunto proibido para crianças e adolescentes. Contudo, a falta dessa discussão, nos dias atuais, parece gerar obstáculos para aqueles que, de alguma maneira, sofrem violências como *bullying*, por não seguirem os padrões da sociedade, sabendo que a Constituição Federal brasileira e outras políticas públicas defendem tanto a criança e o adolescente quanto o direito à educação e à igualdade. Utilizou-se, para este artigo, o método dedutivo.

Palavras-chave: Direito. Direitos Humanos. Educação. Gênero.

Abstract

The article has as its object the gender problem and aims to clarify the issue of the discussion about gender in the school environment, problematizing the factors that generate so much resistance on the part of the school community, society and politics, that make the discussion not happen inside from school. From Bourdieu,

he problematizes the myth that reproduces the idea that there are no differences between people and that gender is a prohibited subject for children and adolescents. However, the lack of this discussion today seems to create obstacles for those who, in some way, suffer violence such as bullying, for not following the standards of society, knowing that the Brazilian Federal Constitution and other public policies defend both the child and the right to education and equality. The deductive method was used for this.

Keywords: Law. Human rights. Education. Gender.

1 Introdução

Desde o princípio, a sociedade brasileira determina o que é moralmente certo e errado; partindo disso, não haveria necessidade de discutir assuntos que poderiam mudar essa classificação. No contexto atual, já não parece mais possível negar a discussão sobre a problemática de gênero às novas gerações, pois a discussão é uma forma de identificar, educar, levar ao conhecimento e também determinar a formação do ser humano como um todo. Por isso, deveria acontecer primeiramente na família e, a partir dela, a discussão continuaria na escola.

No entanto, não é o que acontece no Brasil; assim, discutir gênero e sexualidade na escola tornou-se uma polêmica, pois os pais afirmam que essa questão deve ser definida em casa, mas também não é o que parece acontecer (pelas análises de *bullying* escolar), sendo assim, caberia às escolas introduzirem essa discussão por conhecer a realidade de suas comunidades.

Primeiramente, é necessário esclarecer que a distinção de gênero, para crianças, começa a ocorrer antes do seu nascimento. Será um menino ou uma menina? A partir dessa simples indagação, a criança nasce dentro de uma distinção binária que gênero, vinculada à ideia de “sexo biológico”. Entende-se, nesse sentido, que ao nascer com o sexo biológico masculino, por exemplo, a pessoa automaticamente seria um homem (gênero enquanto conceito social), com atribuições sociais, culturais e comportamentais próprias do gênero social e sexo de nascimento.

Contudo, discutir gênero não é definir que rosa é a cor das meninas e azul é a cor dos meninos, tampouco não é apenas questão de ser feminino ou masculino, ainda que a sociedade tenha imposto o que é feminino e masculino e o que é homem e o que é mulher. Gênero¹ tampouco não se trata de sexo ou orientação sexual (sexualidade), pois a identidade de gênero é uma forma como a pessoa se identifica dentro de padrões sociais, ou seja, não necessariamente esta se identificará com o gênero que nasceu.

E a escola? Ela está preparada para as atuais discussões sobre gênero (É importante porquê?)? É importante na educação, mas encontra barreiras (porque?). As políticas públicas que tentam levar e agregar este conhecimento, não sendo só aqueles conhecimentos que a sociedade considera importantes, mas também conhecimentos sociais, que fazem diferença no futuro das crianças.

Agregar esse conhecimento é o que deixaria de alienar as pessoas, a sociedade e construí-las para a sociedade, mas principalmente essas crianças sendo LGBTQI ou

1 Gênero, é a desconstrução da oposição binária entre os sexos, numa tentativa de abrir a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e “feminilidades” presentes na humanidade e comumente apontados/as como um “desvio” do padrão pré-estabelecido como “normal” (RIBEIRO, 2012).

não, é fundamental que desde pequenos compreendam o que é um abuso ou uma violência, pelo fato de não se identificarem como os padrões da sociedade. Contudo, a necessidade de desconstruir essa cultura é para que se consiga chegar a um futuro onde essas pessoas não tenham que ser reprimidas por maridos, por pais, ou até mesmo por serem LGBTQI, e quebrando uma linha de reprodução e uma cultura machista e preconceituosa, com mais empatia, com um olhar humano, e compreender que as pessoas devem ser respeitadas, independentemente de suas diferenças.

Com isso, sabendo-se que existem normas na Constituição Federal de 1988 que protegem jovens LGBTQI, e dar a eles e elas o direito de ser quem eles são, como a dignidade da pessoa humana, e o direito fundamental destes indivíduos à educação, e que muitas vezes estas polêmicas e a falta do debate levam a circunstâncias que acabam fazendo com que os jovens que não seguem os padrões da sociedade deixem de estudar, é que se questiona a ideia de que algumas políticas públicas foram criadas apenas pra dizer que elas existem. Porque é isso que se nota, na prática, que a realidade nas escolas é outra, assim como a falta de orientação para a comunidade escolar.

Um dos principais motivos de existir a educação de gênero e sexualidade dentro das escolas é que, muitas vezes, não só para abrir desde cedo a cabeça das crianças e fazer com que elas deixem de reproduzir esta cultura que vem da sociedade e de berço, mas principalmente para estas compreenderem que um simples gesto, uma simples palavra, muitas vezes na inocência, afinal elas reproduzem o que veem e ouvem achando que é certo, por isso é necessário evitar essa violência e esta reprodução dentro das instituições de ensino, local onde começa o *bullying*², e infelizmente vêm sendo uma das piores violências e que vem se alastrando durante anos nas instituições educacionais gerando, a partir disso, muitos danos à vida daquele que é violentado.

O artigo trata dessa necessidade do debate, o qual precisa-se quebrar essa reprodução, e, então começar pela educação seria o primeiro passo para construir uma sociedade melhor. Porém, para chegar a este ponto, primeiramente precisa-se encontrar qual é o problema, e o problema deste tema é porque a sociedade cria tantas barreiras, políticas e sociais e as consequências geradas pela falta do debate, tendo em vista que tais consequências resultam em violências, e estas devem ser prevenidas não só nas crianças nas escolas mas também fora delas, evitando também que o art. 6º da Constituição Federal, que trata dos direitos fundamentais, sendo a educação um deles, e com isso, sabe que tal direito muitas vezes é violado em decorrência das violências causadas pela reprodução e violência? E definitivamente este é o bullying, sendo que o debate de gênero nas escolas abriria mentes, espaço e portas para todos, independente do seu gênero.

Precisamos tratar, questionar e construir esse assunto dentro da educação de gênero e tratar de direitos humanos dentro das escolas, não só para alertar as crianças dos perigos e violências que podem sofrer, mas para que desde cedo criem uma empatia com o próximo e percebam que *bullying* de gênero também é violência, e o quanto isso afeta a vida dos colegas, ou deles mesmos. Este artigo tem por tema, por conseguinte, a problemática de gênero, e busca realizar uma análise sobre a discussão de gênero no ensino brasileiro, a partir das considerações de Bourdieu sobre violência e ensino.

2 *Bullying* é a exposição de um aluno a ações negativas repetidas por parte de um ou mais estudantes, por um período. Pode ser direto - sob a forma de ameaça e agressão - ou indireto - como no caso do isolamento e exclusão intencional de algumas atividades a que o aluno é submetido. (GARCIA, 2009, p. 6).

2 Reprodução e violência simbólica nas escolas

O diálogo de gênero com crianças e adolescentes nas Instituições Educacionais acaba sendo barrado porque o debate, que deveria iniciar em casa, acaba não ocorrendo. Com isso, há uma necessidade de fazê-lo acontecer pelos educadores. Contudo, muitas vezes, a falta de informação e de uma formação para orientadores e professores, acaba fazendo com que o debate e a educação de gênero não ocorra em nenhum lugar.

Estes debates são levados para o lado da promiscuidade, tanto por parte dos pais e às vezes de educadores, mas por políticos também, alienando tanto as famílias para o assunto quanto os educadores, e acabam ocorrendo discursos de ódio em redes sociais, com informações equivocadas do que realmente é a proposta do debate de gênero.

A resposta para tudo isso seria basicamente o que Bourdieu (1989), em seu livro “O poder simbólico”, esclarece: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (1989, p. 7), portanto esse poder simbólico seria a forma de dominação tanto do agressor, quanto daquele que apenas assiste, pois o poder simbólico é usado por aqueles que, independentemente do lugar, são aquele que tem o poder de dominação e que, conforme Bourdieu (1989), possuem certos capitais, mais elevados que os outros. Neste caso de reprodução e violência nas escolas, pode-se afirmar que aqueles que possuem o capital cultural maior que alguns, ou aquele que vem da família patriarcal, normalmente os meninos, são os que exercem poder sobre os demais colegas.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante. [...]. A cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação a cultura dominante. (1989, p. 11).

A escola se torna, então, uma reprodução do machismo, do preconceito, de dominação e poder, que vêm por parte das famílias e, assim as crianças os reproduzem nas escolas com aqueles que eles consideram “mais fracos”, muito embora, na maioria das vezes, não necessariamente na “maldade”, mas por falta de informação, por estarem fechadas em seu próprio “conforto” e fechados nesta bolha, nesse ciclo reprodutor, ou por normalmente terem sido vítimas desta mesma reprodução.

Analisando Bourdieu (1989), a escola vem se tornar uma reprodução, e esta vem se alastrando cada vez mais, sendo assim, é por meio da escola que as crianças adquirem tais conhecimentos, aqueles básicos, que normalmente são utilizados apenas para a vida futura profissional delas, ou seja, que a sociedade considera valiosa, importante, só que além disso, a sociedade não percebe que existem conhecimentos que também são valiosos e devido à falta de tais conhecimentos, acabam sempre nesta onda de desigualdades e reprodução de violência simbólica, onde nem todas as crianças conseguem se apropriar de tais conhecimentos, aqueles básicos, e contudo acabam ferindo os direitos fundamentais destas, como o direito à educação.

Para Bourdieu, o capital cultural constitui o elemento da herança familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. Seria uma espécie de rentabilização pedagógica, na medida em que a posse do capital cultural favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona. (CUNHA, 2007, p. 515).

A ideia do capital cultural e do capital social, pode ser a chave para a resposta do porquê certas crianças, muitas vezes, não conseguem avançar na escola, ou muitas vezes podem não voltar a estudar, desistem. Sabe-se que há uma grande onda de discriminação por conta, não só apenas do capital cultural, mas também pelo social, assim como da violência se utilizam também do bullying de gênero, que muitas destas sofrem, por não estarem de acordo com os moldes da sociedade e acabam não se enquadrando em “grupos” de coleguinhas, por serem “diferentes”.

O que acaba ocorrendo dentro das escolas é que o próprio poder simbólico, instituído como violência, têm como dominadores um grupo de crianças, as quais se enquadram nos parâmetros da sociedade atual, e, na maioria dos casos, ou sofrem desta reprodução em casa, ou aprenderam que as pessoas devem ser desta forma, e, como consequência, são aqueles que identificam-se como os agressores, os quais vêm de uma reprodução, de fato, negativa, aplicando a violência simbólica com aqueles que aparentam ser diferentes dos moldes os quais estão acostumados.

A desigual distribuição deste recurso raro (capital cultural) estimula ainda mais o conflito pela posse desse bem, o que denuncia o constante jogo de dominação de um grupo sobre o outro para manter estrategicamente a estrutura simbólica reconhecida e legitimamente aceita por todos. (CUNHA, 2007, p. 505).

A partir disto, tem-se a violência simbólica, que seria a que, neste âmbito, pode-se agregar à educação como aquela violência que é o bullying, e se reproduz na comunidade escolar de forma constante com aqueles que seriam os mais frágeis vistos pela cultura da sociedade. Normalmente o bullying de gênero ocorre com meninas e meninos LGBTQI dentro das instituições escolares, sendo provavelmente uma reprodução machista e preconceituosa, como herança familiar, ou aquilo que as crianças ouvem, e veem achando ser o correto, e com isso acabam agindo como opressores de outras crianças que não seguem os seus mesmos padrões.

Esta violência simbólica que Bourdieu (1989) traz seria basicamente um dos principais pontos hipotéticos de como e porque, e a necessidade de existir um debate na educação sobre gênero. O fato de conceituar-se aqui o bullying como um problema nas Instituições de Ensino e este como uma violência simbólica, quando faz-se essa ligação com a violência, é para mostrar que, esse é um problema grande e importante para as crianças e adolescentes debaterem e compreenderem, e que muitas vezes tal ocorrência vem a afetar a vida social destes indivíduos, portanto, a intenção aqui é iniciar com o estudo da reprodução e da violência simbólica para que a sociedade possa perceber que este tem se tornado um problema social, e que deve ser debatido, estudado e problematizado, principalmente com as crianças, ampliar os meios de educação das crianças, não só com conhecimentos básicos, mas conhecimentos importantes para uma sociedade melhor e para um melhor convívio nas escolas, respeito mútuo que refletirá em toda a sociedade.

As crianças aprendem com as estruturas muito cedo e reproduzem todos esses parâmetros que a sociedade impõe e isto se torna assustador, tanto para as crianças

que sofrem, quanto para elas mesmas, que são apenas fantoches desta reprodução, e esta linha deve ser cortada, precisa-se sim fazer algo para mudar. Não é a necessidade de ensinar a respeitar ou dizer que as pessoas são diferentes, e que se deve respeitar os outros, é ensinar a não reproduzir o machismo, o preconceito, a homofobia.

A violência simbólica em forma de *bullying*, machismo, preconceito, cerca as pessoas de todas as formas, pois a violência simbólica é aquilo que, conforme Bourdieu explica, aquela classe, grupo, que domina aqueles que são considerados a minoria ou os mais frágeis, portanto, a violência simbólica é uma coação, pode ser uma dor social, psicológica, emocional, que gera constrangimento e desconforto para o indivíduo que sofre, essa dor social afeta o seu meio social, o convívio com as pessoas, gerando emoções de insegurança de que não pertence àquele meio, ou que está se tornando alguém que não se encaixa em nenhum grupo social.

A reprodução das relações sociais na vida dos jovens deve estar inteiramente ligada à escola, pois é nela que a criança inicia o convívio com pessoas de fora de seu círculo familiar e com as diferenças, mas já se afirmou que há um grande despreparo por parte da orientação escolar, principalmente quando falamos em gênero.

Diante do exposto, nota-se a necessidade da criação de políticas públicas, e que estas sejam seguidas, e não contornadas, como ocorrem com algumas em alguns municípios e estados do Brasil, o debate sobre a educação de gênero e sexualidade necessita de espaço no ambiente escolar e, principalmente, a formação dos educadores, para que sejam repassadas as informações e o conhecimento correto para os alunos quebrando os tabus da sociedade.

3 Educação de gênero e políticas públicas

A necessidade de existir a educação de gênero nas escolas é importante nos dias atuais, pois é preciso que a sociedade compreenda alguns assuntos que antigamente não eram debatidos e, desta forma, eram “passados por cima” ou normalmente eram repassadas informações equivocadas disseminando o ódio com tais discursos, até hoje.

A educação exerce grande e decisiva importância para o exercício da cidadania, a partir da formação integral do educando, da garantia de acesso a permanência na escola e da qualificação para o trabalho, dentre outros, sendo ela, um dever do Estado. (COSTA; RITT, 2008, p. 50).

A importância das políticas públicas em âmbito escolar cria uma perspectiva de cultura diferente da qual vem ocorrendo, muda-se tais conceitos equivocados e tem como premissa levar o conhecimento e o entendimento de que aquela cultura machista, opressora e homofóbica deve ser extinta e que caso isso ocorra existem consequências.

Hoje cresceu, enfim, a importância reconhecida da lei entre os educadores, porque, como cidadãos, eles se deram conta de que, apesar de tudo, ela é um instrumento viável de luta porque com ela podem-se criar condições mais propícias não só para a democratização da educação, mas também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas. (CURY, 2002, no.116).

A educação movimenta todos os outros meios, e é dela onde partem todas as construções de vida, sejam elas profissionais ou pessoais, notando-se que se essa

movimentação e alteração de tal cultura dominante parte de alguma lugar, e porque não começar pelo lugar onde praticamente tudo começa, ou melhor, seria interromper aquela reprodução que vem do “berço” e com isso as violências que ocorrem nas escolas como o bullying, por exemplo, que de certa forma para a maioria dos jovens acarretam em problemas futuros e maiores obstáculos em suas vidas, seja futuramente extinto, trabalhando então com tais premissas.

Os Direitos Fundamentais têm caráter interdependente. O direito à vida está relacionado ao direito à saúde, ao direito à informação; a liberdade de expressão depende de estruturas comunicativas plurais e do direito à educação. (COSTA, 2012, p. 113).

Entende-se por isso que o direito fundamental inclui o direito à educação como um de seus principais direitos junto aos demais, que fazem parte da estrutura da vida de um ser humano e, no caso deste estudo, é o principal direito, pois é na vida escolar que se dá continuidade ao desenvolvimento. Por isso, a importância de começar tais debates nas escolas como formação de vida e com isso melhorando o desempenho social e de respeito das crianças umas com as outras, perdendo e deixando para trás aquela cultura ultrapassada

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de suas pessoas, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- Direito de ser respeitados pelos seus educadores [...] (ECA).

A sociedade deve prezar pelo desenvolvimento escolar da criança, em qualquer aspecto, este é um direito dado a estes indivíduos e um dos direitos mais importantes, sendo assim, deve ser cumprido com total coerência. No entanto, não só deve ser oferecido conforme a lei, mas também deve ser o lugar onde as crianças possam se encontrar e serem respeitadas, cada um com suas diferenças, e não basta dizer que precisa-se de educação, não basta só ensinar o básico, ou seja, aquilo que a sociedade acha ser importante, não deixa de ser, porém há outros aspectos que devem ser conduzidos a eles, para que, além de um futuro profissional, um futuro com dignidade e respeito.

Conforme o art. 1º da LDB, Lei 9394/96, a educação não só abrange a formação da criança e adolescente no desenvolvimento da vida familiar, mas também e, neste caso, diretamente no desenvolvimento da vida escolar. (BRASIL, 1996). Os §1º, §2º deste mesmo artigo tratam especialmente de que a escola age como disciplinadora, importante para o aprendizado das crianças, tanto na vida social dentro da escola quanto na vida profissional fora da escola. Reitera-se que há uma grande necessidade de discussão de gênero e sexualidade dentro das salas de aulas, assim como há esta mesma necessidade quando falamos em bullying, e que quando os temas se unem geram uma grande polêmica, afetando a vida social dos adolescentes dentro das escolas. É preciso também que o Estado se responsabilize por isso no sentido de que é necessário que ele promova formação para as instituições, não só para orientadores, mas para funcionários, professores, abrangendo toda a comunidade escolar, tratando o assunto como prioridade e necessidade e não apenas como mera obrigatoriedade.

Cursos dirigidos a professores/as, jovens e, mais tarde, à crianças, incentivando atitudes críticas e transformadoras no que se referia às relações de gênero e aos temas da sexua-

lidade; buscava desenvolver a capacidade de questionamento e a curiosidade acerca da construção social do saber, ao mesmo tempo em que sublinhava a necessidade de se trabalhar os temas relativos à sexualidade, de maneira a não confiná-las às aulas de ciências. (RIBEIRO, 2012, p. 4).

A falta de conhecimento do contexto, falta de preparo para lidar no dia a dia com as situações de bullying, gênero e outras situações que englobem crianças LGBTQ por dos orientadores, professores e toda a comunidade escolar, não deixam dúvidas de que não há domínio de grande parte deles para lidar com os problemas diários em decorrência da violência de gênero dentro das escolas.

Ressaltasse que, quando se fala em gênero, abrimos caminhos para a diversidade, mas como é visto desde sempre, mulheres, trans, lésbicas, gays, bissexuais e todos aqueles que conforme a cultura do patriarcado e a dominação, não tem a mesma visibilidade pela sociedade como deveria, diante da cultura e reprodução criada em torno do machismo, as crianças não são apenas alvos, mas também são levadas a condições de reprodução desta cultura que as tornam aqueles que praticam a violência, e também as que são de certa forma violentadas, uma disseminação de ódio que vem se alastrando por anos e que no momento atual em que o mundo se encontra está na hora de achar uma solução para dar um fim à isso Mulheres devem ser respeitadas, sendo elas transgênero, lésbicas, transexuais, travestis ou bissexuais entre outras, a cultura machista e sexista impôs por anos o que as mulheres deveriam ser ou fazer, gays, eram considerados doentes, hoje as lutas de equidade e igualdade de gênero estão cada vez mais fortes, e dentro da educação e das escolas, é onde o debate deve começar, quebrando este paradigma pré histórico imposto.

Compreende-se que, de fato, nos dias atuais, o machismo e a homofobia além de terem tomado uma proporção maior de preconceito, têm sido assuntos de grande repercussão, principalmente com discursos de ódio, para com a comunidade LGBTQ e também quando se trata de gênero, tanto por parte de políticos quanto por cidadãos que se intitulam “os cidadãos de bem”. Cabe ao poder público driblar estes discursos, promovendo a informação correta à sociedade, por isso a importância das políticas públicas, mas que estas sejam vistas por todos, levando os debates e assuntos da sociedade para dentro das instituições, abrindo a mente das crianças e repercutir essas informações corretas, sobre o que é gênero e demais assuntos, fazendo-os compreender que o respeito deve ser mútuo.

Hoje cresceu, enfim, a importância reconhecida da lei entre os educadores, porque, como cidadãos, eles se deram conta de que, apesar de tudo, ela é um instrumento viável de luta porque com ela podem-se criar condições mais propícias não só para a democratização da educação, mas também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas. (CURY, no.116 São Paulo, July 2002).

Ainda assim sabe-se que, mesmo a Constituição deixando claro que a educação é um direito e um dever do Estado e da família e deve ser incentivado pela comunidade, no Brasil ainda há falhas no desenvolvimento geral da educação, ou seja, na educação básica, ainda assim, veja-se que, se falta em contexto geral, falta nos mínimos detalhes começando por princípios e regras básicas, de respeitar o direito do próximo, o direito de igualdade, o direito de ir e vir, o respeito pelas diferenças. Se todos têm direito à educação, não cabe a outros criticar, desrespeitar e violentar as crianças e/ou adolescentes que não seguem os “padrões”.

Para finalizar, nota-se também que em 2015 foi criada a lei 13.185/15, Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), que visa já proteger a todas as pessoas que passam por tal situação, precisa-se enxergar com clareza que os danos sofridos pelas pessoas que são alvos de bullying vem crescendo acarretando em graves problemas para sua vida, contudo fica o entendimento de que realmente é um problema que deve ser debatido nas escolas, pois sabe-se que os bullyings ocorrem por gênero, homofobia, racismo, religião, e com todas as pessoas que não seguem aos padrões que a sociedade impõe ser “normal”, em seu Art. 1º, § 1º:

No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas [...].

O abalo emocional muitas vezes gerado por bullying acaba gerando um desempenho menor do que dos outros, pois, a criança ou adolescente já não está tão interessado em ir à escola por sofrer tal violência psicológica ou emocional, ouvir comentários preconceituosos de grupos, desta forma, não fica difícil entender o porque da evasão escolar, desta forma ferindo o direito do indivíduo à dignidade humana, de ser quem é, e o seu direito a educação.

O bullying um dos porquês, ou seja, mais uma consequência, muitas vezes, da falta do debate de gênero nas escolas e de formações de profissionais que trabalham nas escolas, para uma comunidade mais diversa, com respeito e assim quebrando toda a cultura vinda de machismo, preconceito, e discursos de ódio formados pela falta de empatia e respeito.

Nos dias de hoje é imprescindível tratar deste assunto, principalmente na comunidade escolar, pois um debate sobre este assunto nas instituições escolares acarretará em uma perspectiva social dinâmica, orientando os educadores para observar crianças e adolescentes que podem estar enfrentando a discriminação e o bullying na escola, pois todos os envolvidos no processo educacional devem ser orientados e conscientizados para que não fechem os olhos, ou se sintam acuados pelo medo de serem repreendidos.

4 Conclusão

A intenção deste artigo em pesquisar, e tentar compreender, e demonstrar porque é necessário o debate nas escolas, porque a discussão precisa ser nas escolas e com as crianças e ainda assim, analisar porque há tanta dificuldade de levar isso para as escolas pois é óbvio que a discussão dentro das instituições quebraria com os tabus criados pela sociedade e que devido a não discussão são reproduzidos e passadas de geração para geração. Com o debate de gênero, tal reprodução e violência simbólica como tratado no texto, que ocorrem e ocorriam nas instituições educacionais, quebrariam com elas, educando então as crianças e adolescentes para um futuro com mais equidade e igualdade, empatia e respeitando cada um com suas condições e diferenças.

Assim, com a vinda das políticas públicas, bem como o direito a educação, que é um direito fundamental inserido no art. 6º da Constituição Federal, no entanto

estaria este direito sendo violado, em decorrência da falta de informação, as crianças, as quais geram conflitos entre elas e no entanto leva algumas a deixarem muitas vezes de estudar, bem como o art. 53 do ECA e tendo em vista que muitas vezes essas violências que normalmente acabam se tornando em bullying, associando assim nitidamente como violências simbólicas, foram criadas políticas públicas anti bullying, visto que é uma violência a qual leva a fatores extremos, algumas vezes, bem como o direito a dignidade humano, de poder ser quem você é.

Nos dias de hoje há esta necessidade de tratar de assuntos, com certeza mais polêmicos, ensinar e reproduzir o respeito a igualdade, a equidade entre as pessoas, a empatia uns pelos outros, e nada mais válido e, contudo, possa parecer mais trabalhoso, porém, com certeza gratificante, que, ao invés de reproduzir o machismo, a violência, a intolerância. Muito embora, ainda há um grande caminho e luta a percorrer e grandes pesquisas a fazer.

Referências

- BRASIL. Emendas Constitucionais. Constituição da República Federativa do Brasil De 1988.
- BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*
- BRASIL. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). *Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.*
- BRASIL. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COSTA, Ana Paula Motta. *Os Adolescentes e seus Direitos Fundamentais: Da invisibilidade à Indiferença.* Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2012.
- CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva, Florianópolis*, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul/dez. 2007.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cad. Pesqui*, São Paulo, n. 116, July 2002.
- RIBEIRO, Monica Dias. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Sua relevância como Conteúdo Estruturante no Ensino Médio. ed. n. 2, vol. 1, jul-dez. 2012.
- STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Dominação e Reprodução na Escola: Visão de Pierre Bourdieu.

POLÍTICAS DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM CÂMPUS DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO PRELIMINAR

*Alcoholic beverage consumption policies in brazilian higher
education institutions: a preliminary study*

Tainá Broetto

Aluna da Graduação em Psicologia da Faculdade IMED e Bolsista de Iniciação Científica.
E-mail: tainacbroetto@gmail.com.

Leonardo Bock

Aluno da Graduação em Administração da Faculdade IMED e Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: bockleo@icloud.com.

Cintia Sonale Rebonatto

Mestranda do PPGA da IMED *Business School* e Especialista em Gestão de Pessoas (UPF). E-mail: cintiasonale@gmail.com.

Carlos Costa

Ph.D. in *Plant Science* (McGillUniversity, Canadá) e MBA em Gestão Empresarial (FGV).
Professor do Programa de PPGA da IMED *Business School*.
E-mail: carlos.costa1@gmail.com.

Resumo

O uso excessivo de bebidas alcoólicas entre universitários tornou-se fator de preocupações à sociedade, não somente em razão de prejuízos causados a quem o consome, mas também, pela baixa assertividade dos esforços de prevenção e redução do seu uso abusivo. Diante disso, o presente estudo teve por objetivo identificar a existência de programas de prevenção e medidas educativas direcionadas ao combate do consumo excessivo de bebidas alcoólicas em Instituições de Ensino Superior (IES). Assim, conduziu-se uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva e de corte transversal, com uma amostra de 99 IES públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A coleta de dados ocorreu mediante um inquérito telefônico junto aos setores de atenção aos estudantes (SAEs) ou órgãos afins, por meio de um questionário estruturado, com questões fechadas. Como resultados do estudo observou-se que 79,8% das IES não possuem ou realizaram quaisquer tipos de ações preventivas. No período analisado (da fundação da IES até 2018), em poucas IES

(4,04%) os docentes encaminharam discentes ao SAEs em função de questões relativas ao uso de álcool e, na mesma direção, constatou-se que os universitários não têm buscado os setores responsáveis à procura de auxílio (5,1%).

Palavras-chave: Estudantes Universitários. Prevenção do Consumo de Álcool. Instituições de Ensino Superior. Universidades.

Abstract

In the face of the harm done to both the consumer and society, the excessive consumption of alcoholic beverages among university students has become a serious concern, particularly in light of lack of implementation of efforts to prevention or curtail abusive consumption. Therefore, the present study was designed to identify prevention programs and educational measures implemented in Higher Education Institutions (HEIs) targeted at combating the excessive consumption of alcoholic beverages in the academic environment. Conducted by a quantitative, descriptive and cross-sectional approach, the study investigated 99 public and private HEIs operating within Rio Grande do Sul State, Brazil. Data collection was carried out through a telephone survey through the institution's Student Services Office (SSO) or similar body, through a structured questionnaire with closed questions. Overall, close to 80% of HEIs had not and did not presently implement any kind of preventive measures. Within the period under analysis (from the HEI foundation up to 2018), in a few HEIs (4,04%), teachers sent students to the SSO on issues related to alcohol use. Similarly, university students were found not to have sought out service providers to seek help (5,1%).

Keywords: University students. Alcohol consumption prevention. Higher Education. Institutions.

1 Introdução

O ingresso no ensino superior representa um momento importante na vida dos jovens, representado por mudanças em sua rotina, nos relacionamentos interpessoais e na forma de perceber o mundo (GUERREIRO-CASANOVA; POLYDORO, 2011; CARLOTTO; TEIXEIRA; DIAS, 2015). Esse panorama de transição, associado às expectativas e incertezas em relação à formação acadêmica e ao contexto universitário, para muitos, constitui-se em uma experiência estressora, favorecendo a aquisição de comportamentos inadequados, por vezes associados ao consumo excessivo de álcool (HAAS et al., 2012). Substância psicoativa mais consumida mundialmente, sendo uma das cinco principais causas de doença, incapacidade e morte para todas as faixas etárias (WHO, 2017). Ainda, o álcool constitui-se o principal fator de risco para a incapacidade em indivíduos entre 10 a 24 anos (MEZQUITA et al., 2018).

Os universitários brasileiros têm maior tendência ao consumo excessivo de álcool em comparação com os estudantes que não frequentam o ensino superior, sendo mais propensos a se tornarem bebedores compulsivos (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010). Nesse contexto, o uso abusivo de álcool, incluindo episódios de uso pesado (*Binge Drinking*) e consequências negativas, constituem uma preocupação de saúde pública e um problema comum (STOCKINGS et al., 2016).

Diante dessa realidade, considerando-se os estudos que trazem evidências sobre a eficácia da prevenção e da intervenção precoce na redução de danos em jovens para tabaco, álcool e drogas ilícitas, verificam-se lacunas importantes (HALL et al., 2016; NORDLUND, 2016; STOCKINGS et al., 2016; JOHNSTON et al., 2018). Trabalhos prévios observam a inexistência de programas e medidas educativas nas IES, bem como, declarações de estudantes afirmando nunca terem recebido informações sobre o consumo de álcool em tais contextos (CAVALCANTE et al., 2012).

Além disso, pesquisadores alertam para o fato de que mesmo tendo conhecimento dos riscos e consequências das bebidas alcoólicas, os estudantes universitários não demonstram ter reduzido o consumo (PICOLOTTO et al., 2010), indicando a relevância de as IES iniciarem a adoção de políticas de prevenção e combate ao consumo excessivo. Isso, posto que esses jovens comporão o grupo de futuros profissionais do Brasil e, também, considerando o alto custo social que os problemas decorrentes do uso de álcool acarretam ao indivíduo, às suas famílias e à sociedade como um todo. Além disso, justifica-se a conveniência dessa frente de trabalho em função da considerável oneração aos sistemas públicos e privados de saúde.

Diante desse cenário, constatou-se a necessidade de identificar a presença de programas educativos e preventivos com relação ao uso do álcool dentro das IES brasileiras. Buscou-se, assim, responder à seguinte pergunta de pesquisa: há evidências de programas ou medidas educativas nas IES relacionadas especificamente à prevenção e moderação do consumo excessivo de álcool? Para responder à essa questão norteadora definiu-se como objetivo geral o de identificar a existência de programas e medidas educativas direcionadas ao combate do uso excessivo de bebidas alcoólicas em IES. Como objetivos específicos pesquisou-se sobre encaminhamentos de alunos, pelos seus professores, aos setores institucionais de assistência ao discente e, ainda, buscou-se saber se os universitários têm, por iniciativa própria, procurado por auxílio ou informações concernentes à problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas junto a tais setores nas faculdades a que pertencem.

2 O consumo de álcool e a realidade da população universitária

Bebidas alcoólicas são um dos tipos de substâncias psicoativas. O que as difere das demais é o fato de sua produção, comércio e uso serem permitidos por lei, tornando-as amplamente acessíveis (BABOR, 2010). No Brasil o álcool é, dentre essas substâncias, a mais ingerida, seu consumo de 8,9 litros per capita é superior à média mundial de 6,4 litros (WHO, 2017).

Referindo-se a populações específicas, no Brasil, em 2010, foi realizado um inquérito sobre o consumo de drogas psicotrópicas com crianças e jovens de 10 a 19 anos (50.890) do ensino fundamental e médio das 27 capitais (CARLINI et al., 2010). O levantamento epidemiológico evidenciou o álcool como a substância mais usada e com o início de consumo mais precoce, em média aos 13 anos. Dessa amostra, 60,5% das crianças e jovens informaram ter feito uso de álcool; 42,4%, uso no ano; 21,1% uso no mês; 2,7% uso frequente e 1,6% uso pesado. Foi detectado que entre os jovens há uma tendência desse consumo evoluir com a idade, aumentando significativamente nas faixas etárias acima dos 15 anos.

Para Carlini et al. (2010), a ascendência no consumo de álcool e drogas em geral se deve à presença constante dessas substâncias na vida dos jovens e à facilidade de

obtenção no decorrer dos anos, dentre outras variáveis que podem exercer influência sobre o padrão de consumo entre essa população. Evidências de variações no padrão de consumo em relação à faixa etária da população mais jovem é corroborada por Munhoz et al. (2017), ao examinarem a tendência nacional de consumo abusivo em adultos (≥ 18 anos) no período de 2006 a 2013. A partir de dados de estudos transversais nas 27 capitais brasileiras, concluíram que na medida em que aumenta a idade é observado um padrão de menor frequência do consumo abusivo. Porém, identificaram que a prevalência de consumo abusivo de álcool torna-se maior na medida em que aumenta a escolaridade.

Diante desse contexto, pesquisas nacionais têm tornado evidente a alta prevalência do uso e do abuso de bebidas alcoólicas entre universitários, indicando que o consumo tende a ser maior entre essa população específica do que na geral (MACHADO et al., 2016; MESQUITA FILHO; CARVALHO; GARCIA, 2017). Estudos em países considerados desenvolvidos indicam que até 90% dos estudantes universitários bebem álcool, e 25 a 50% fazem uso pesado ou são bebedores compulsivos (JAISOORYA et al., 2018).

Partindo desse pressuposto, o período de transição do ensino médio à universidade representa uma fase de vulnerabilidade do jovem para circunstâncias que podem não colocar somente a sua saúde em risco, mas sua vida (PEUKER; FOGAÇA; BIZARRO, 2006; CUNHA; PEUKER; BIZARRO, 2012; SILVA; TUCCI, 2014). Trata-se de um período onde os indivíduos estão sujeitos a uma série de alterações fisiológicas que podem impactar cognitivamente (MILLS et al., 2014), afetar a tomada de decisão, regulação emocional e favorecer a adoção de comportamentos de risco, dentre eles o consumo abusivo de bebidas alcoólicas (STOCKINGS et al., 2016).

Andrade, Duarte e Oliveira (2010) promoveram um inquérito em âmbito nacional com 12.711 universitários de instituições de ensino públicas e privadas em 108 grandes cidades brasileiras. Evidenciaram que 86% dos estudantes fizeram uso de álcool em algum momento de suas vidas, 77,3% dos homens e 66,6% das mulheres relataram ter consumido álcool nos últimos 12 meses. Além disso, 30% dos estudantes enquadravam-se nas faixas de consumo moderado a grave para o risco de desenvolver dependência de álcool. Observaram, ainda, que entre os estudantes do sexo masculino o consumo de álcool obteve destaque. Associações significativas foram identificadas entre o padrão de consumo e turno dos cursos, destacando-se o consumo no período noturno.

O Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA) publicou um estudo em âmbito nacional, o I Levantamento Nacional Sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010), com 12.711 universitários. O estudo ocorreu de forma conjunta entre IES, Governo Federal, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREU/ FMUSP). Sendo parte dos esforços de implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e a Política Nacional sobre o Álcool (PNA), os resultados da pesquisa evidenciaram a vulnerabilidade dos universitários, o que os torna mais suscetíveis ao uso de drogas e suas consequências, ainda, que essa população precisa ser melhor estudada.

Como observado, há existência de poucas iniciativas específicas envolvendo órgãos, tanto públicos quanto privados, em parceria com IES, na pesquisa sobre o

consumo de bebidas alcoólicas e suas consequências envolvendo exclusivamente a população universitária. Tal fato pode servir de justificativa para o relato de pesquisadores que referem pouca eficácia das campanhas de prevenção, intervenção e outras medidas destinadas à ao combate ao uso excessivo de bebidas alcoólicas entre os jovens, especificamente no contexto do ensino superior (PEDROSA et al., 2011; MEDEIROS et al., 2012; SANTOS; PEREIRA; SIQUEIRA, 2013; SILVA; TUCCI, 2014; STOCKINGS et al., 2016; PANTANI; PINSKY, 2017).

2.1 Consequências do consumo de álcool

As bebidas alcoólicas são tidas como substâncias tóxicas em razão de seus efeitos diretos e indiretos no organismo. Dentre esses, com o consumo crônico e a intoxicação repetida, desenvolve-se uma síndrome de comportamentos inter-relacionados em função de sintomas físicos e cognitivos, a qual se denomina de dependência (BABOR, 2010). Ainda para o referido autor, o uso precoce do álcool está associado a problemas de saúde na idade adulta, aumentando significativamente o risco do consumo compulsivo no decorrer da vida e, conseqüentemente, o alcoolismo.

Estima-se que grande parte dos problemas de saúde pública possuam relação com o consumo excessivo de álcool, sendo as populações jovens as mais afetadas (REHM et al., 2009). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 3,3 milhões de mortes são decorrentes do uso de álcool, 25% dessas ocorrem em indivíduos na faixa etária de 20 a 39 anos (WHO, 2017). Seus efeitos de morbimortalidade não trazem consequências somente à saúde de quem bebe, mas incorrem em um amplo conjunto de custos sociais atribuídos às consequências do uso problemático (REHM et al., 2009).

Em geral, entre adolescentes e jovens, o uso de álcool está associado a várias consequências adversas e problemas relacionados à saúde, tais como: apagões, desmaios, depressão, tentativas de suicídio, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis. Ainda, pode atrelar-se à violência, abuso sexual, acidentes de trânsito, problemas com a lei, morte violenta, queda no rendimento escolar, prejuízo no desenvolvimento e na estruturação de habilidades cognitivas (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010; MERRILL; READ, 2010; NÉMETH et al., 2011; VAGENAS et al., 2013; VAN DAMME et al., 2013; O'HARA; ARMELI; TENNEN, 2015; MUHAMMAD et al., 2017).

Entre os estudantes universitários brasileiros as consequências advindas do consumo de álcool são preocupantes. Principalmente em virtude de a ingestão de álcool ser considerada mais elevada nessa população do que na população geral, estando ritualizada e institucionalizada (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010; CARLOTTO; TEIXEIRA, DIAS, 2015; OLIVEIRA; FARINHA; GOMIDE JR., 2016; THURIN; CEBALLOS; GRAHAM, 2017; JAISOORYA et al., 2018).

Dados empíricos do I Levantamento Nacional Sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras revelaram que 30% dos estudantes (3.813) encontravam-se enquadrados como consumidores de grau moderado a grave para o risco de desenvolver dependência de álcool (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010). Os referidos autores sustentam que os estudantes são expostos, preponderantemente, a acidentes de trânsito, intoxicação, atos de violência e abuso sexual sob influência do álcool, sexo sem proteção, problemas acadêmicos

(aprendizado, queda no rendimento escolar e comportamentos inadequados) e problemas legais.

No estado de São Paulo, Fachini e Furtado (2013) investigaram a interferência do consumo de álcool e outras drogas na vida acadêmica de 437 estudantes de distintas áreas do conhecimento. Seus achados revelaram os estudantes do curso de Administração como os que mais perceberam sua vida acadêmica prejudicada em virtude de tal hábito. Mesquita Filho, Carvalho e Garcia (2017) realizaram uma pesquisa a fim de verificarem os fatores associados à ocorrência de acidentes entre universitários. Dos 500 estudantes que participaram, 42% haviam sofrido algum tipo de acidente associado ao uso abusivo de álcool ou a trafegar em veículo cujo condutor havia consumido álcool.

Klabunde et al. (2017) publicaram um estudo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Datasus) relativo ao impacto da Lei Seca no Estado de Santa Catarina. Concluíram que, apesar de ter havido uma queda no número total de mortes por acidentes de trânsito (97,18 para 91,80/100 mil), essa redução não foi significativa para os indivíduos do sexo masculino, na faixa etária dos 20 e 29 anos. Esses dados representam um forte indicativo de que, apesar de positivas, essas medidas preventivas ainda não são suficientemente eficazes no combate do uso de bebidas alcoólicas por jovens.

A partir de dados secundários, Hingson et al. (2005) realizaram uma pesquisa com o objetivo de comparar o número de acidentes de trânsito relacionados ao uso de álcool e outras mortes por acidentes não intencionais no período decorrido entre 1998 e 2001 entre jovens universitários de 18 a 24 anos nos Estados Unidos. Dessa forma, perceberam que durante os dois anos mais de 500 mil estudantes foram feridos involuntariamente em decorrência do uso de bebidas alcoólicas, em torno de 600.000 foram prejudicados ou assaltados por outros estudantes que haviam consumido álcool.

Apesar de todos esses danos, nos estudos brasileiros desenvolvidos com universitários têm sido constante a alta porcentagem de alunos que relatam nunca ter recebido informações na sua IES sobre o consumo de álcool (CAVALCANTE et al., 2012). Ainda, citam a essas como a última fonte de informação sobre assuntos relacionados ao uso de bebidas alcoólicas (MACHADO et al., 2016). Dessa forma, o ambiente acadêmico torna-se um espaço adequado para o desenvolvimento de programas preventivos, sendo recomendável a implantação de políticas nessa direção, bem como possíveis ações de marketing social (BASTOS; COSTA; VASCONCELOS, 2017).

3 Fundamentação metodológica

Este estudo teve por objetivo a investigação da existência de programas de prevenção e medidas educativas em IES direcionadas à prevenção e ao combate do uso excessivo de bebidas alcoólicas em contexto universitário. Analisou-se a ocorrência de encaminhamentos de discentes ao Setor de Apoio ao Estudante (SAEs) em virtude do uso de bebidas alcoólicas, por parte dos docentes e, também, se há, pelos estudantes universitários, busca por auxílio junto a esses setores em razão de problemas decorrentes do uso de álcool ou mesmo no esforço de obter informações sobre o seu consumo.

Tratou-se de um estudo de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e delineamento transversal. O método quantitativo, conforme Malhotra (2012), tem por objetivo quantificar os dados e generalizar os resultados, conduzindo a análise com rigor estatístico. A opção pelo caráter descritivo ocorreu por sua pertinência para descrever as características, as propriedades ou as relações existentes no grupo ou na realidade pesquisada (MALHOTRA, 2012). Estudos de delineamento transversal, por sua vez, são aqueles onde os dados são observados, medidos e coletados em um ponto do tempo (TRIOLA, 2017), tornando-se potente ao entendimento da situação no momento atual no contexto das IES investigadas.

Com tal delineamento, a população de pesquisa consistiu em 165 IES públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul, identificadas junto à base de dados oficial e única de informações relativas às IES e aos cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino do Ministério da Educação (Sistema e MEC). Das instituições que constavam na relação e possuíam mais de uma filial ou câmpus, foi incluso apenas o central, perfazendo um total de 105 IES. Considerando que uma amostra pode ser definida como um subconjunto de indivíduos selecionados de uma população (TRIOLA, 2017), para esta pesquisa ela constituiu-se de 99 IES do Estado do Rio Grande do Sul. O processo de amostragem caracterizou-se como probabilístico, com margem de erro de 8%, onde as instituições foram escolhidas de forma aleatória, por meio de sorteio, a partir da listagem já referida.

O levantamento dos dados primários foi instrumentalizado por meio de um inquérito telefônico, mediante um questionário estruturado com dez perguntas (Quadro 1). Algumas das IES amostradas solicitaram o envio do questionário via e-mail.

Quadro 1. Instrumento de coleta de dados

Q1) Instituição de Ensino Superior
Q2) Tipo IES
Q3) Possui serviços/Setor de Apoio ao Estudante (SAEs)?
Q4) Quais profissionais compõem o SAEs?
Q5) Realiza/já realizou campanhas sobre a prevenção ao consumo excessivo de álcool?
Q6) Possui programa para avaliação de alunos com problemas relacionados ao consumo excessivo de álcool ou profissional capacitado para este fim?
Q7) Em 2018, algum docente encaminhou aluno ao setor em razão do uso de bebidas alcoólicas?
Q8) Se sim, em torno de quantos alunos?
Q9) Em 2018, algum aluno por conta própria procurou atendimento para orientação ou encaminhamento em virtude do uso de álcool?
Q10) Se houve, quantos alunos foram?

Fonte: Os autores (2018).

Em relação às instituições que não possuíam SAEs ou eram EADs, além do contato telefônico e o envio de e-mail, foi verificado junto ao site de cada uma se havia indícios da existência, ou não, de informações que indicassem ocorrência, atual ou passada, de campanha destinada à prevenção ao consumo excessivo de álcool. Para

tanto, foram utilizados os descritores: “álcool”, “bebidas alcoólicas”, “drogas”, “prevenção” e “campanha”. Esse procedimento foi adotado em decorrência de não haver nas IES pessoa responsável que pudesse esclarecer a respeito do assunto.

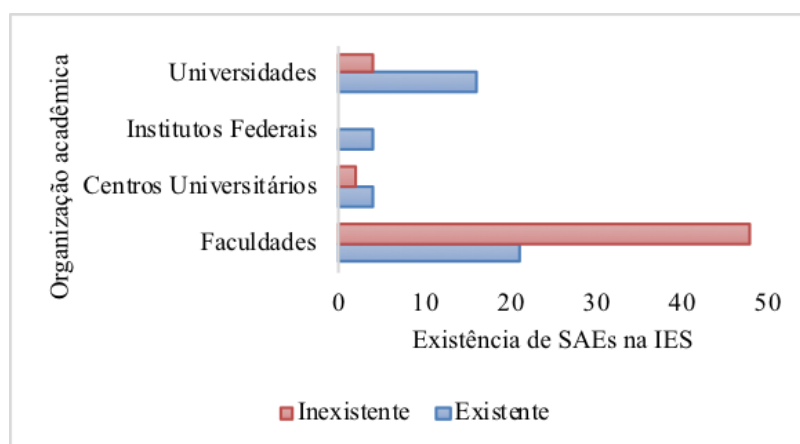
Após coleta e compilação dos dados, os procedimentos estatísticos consistiram na análise descritiva da amostra e na exploração das variáveis. Tal direcionamento visou à organização e à apresentação dos dados, permitindo conhecer as características do grupo estudado, tornando possível o conhecimento das variáveis observadas. Primeiramente, os dados foram digitados em planilhas elaboradas especificamente para essa pesquisa utilizando-se o software Microsoft Excel. Após, as informações foram transportadas para um banco de dados desenvolvido por meio do uso do software IBM SPSS Statistics v.24, explorando-se a frequência observada e relativa, medidas de tendência central, variação e dispersão das variáveis.

4 Análise e discussão dos resultados

A análise baseou-se na amostra da pesquisa composta de 99 IES caracterizadas como públicas ou privadas, presenciais e/ou EAD, com ou sem setor específico de atenção ao estudante, situadas no Estado do Rio Grande do Sul. A análise descritiva apontou, em relação à categoria das IES, que 90% são particulares, enquanto 10% são públicas. Quanto à organização acadêmica, a maior parte da amostra é compreendida por faculdades (70%), sendo o restante dividido entre universidades (20%), centros universitários (6%) e institutos federais (4%).

Em relação à existência de SAEs, apenas 45,5% (n=45) das IES possuem ou dispõem desse setor. Conforme pode ser visualizado na Figura 1, embora as faculdades representem o maior número de IES com SAEs, (n=21, 30,43%) percentualmente ficam atrás das universidades (80%). Destacam-se, ainda, os institutos federais que, em sua totalidade, possuem SAEs. Entre os profissionais que compõem esses setores, predominantemente encontram-se psicólogos e pedagogos, representando um percentual de 33% e 17%, respectivamente.

Figura 1: Existência de SAEs nas IES



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Das IES pesquisadas, 79,8% não mantêm ou não realizaram campanha relativa ao uso de álcool. Esse número, se analisado em conjunto com a organização acadêmica da IES, revela um predomínio das universidades, com metade dos casos

relatados, seguido dos institutos federais com 20% dos casos, mas contabilizando a totalidade em sua categoria. Destaca-se novamente a grande diferença em termos percentuais entre universidades e faculdades, com 50% e 4,5%, respectivamente.

Os dados indicaram, também, que 94% das instituições não possuem programa para avaliação de alunos com problemas decorrentes de consumo de álcool, bem como não há, na IES ou no SAEs, profissional treinado para essa finalidade. As IES que mais chamam a atenção, diante dessa constatação, são as faculdades e centros universitários, que relataram não possuir programa para avaliação de alunos com problemas decorrentes do consumo de álcool.

Um dado que chama a atenção é o fato de somente 4,04% (n=4) das instituições terem relatado a ocorrência de encaminhamento de estudantes por orientação dos docentes da IES. Nesse sentido, a baixa procura dos estudantes por auxílio junto aos SAEs para tratar questões relativas ao consumo de álcool também merece destaque, uma vez que apenas 5,1% (n=5) das IES que compuseram a amostra referem ter recebido tal demanda.

Das IES que possuem SAEs, cerca de 20,2% (n=19), afirmam já ter realizado ou manter campanha destinada à conscientização ou à prevenção ao consumo de bebidas alcoólicas. Dessas, em 3,03% (n=3) houveram encaminhamento de estudantes ao SAEs em função de problemas relacionados ao uso do álcool por meio de indicação de docentes no ano de 2018. Em relação a ter havido procura do SAEs por iniciativa do próprio acadêmico, isso ocorreu em 3,03% (n=3). Grande parte das IES não realiza ou possui programa que permita a avaliação de problemas relacionados ao uso do álcool, nem profissional treinado para este fim, sendo que das IES pesquisadas, apenas 6,1% (n=6) relataram possuir programa, dentre essas cinco universidades e um instituto federal.

Percebe-se que as IES públicas, apesar de serem em menor número (apenas 10 entre as 99 pesquisadas), realizaram o mesmo número de ações direcionadas ao consumo de álcool do que as privadas. Elas representam aproximadamente 10% da amostra, porém são responsáveis por metade das ações direcionadas ao consumo de álcool. Destaca-se, ainda, o fato de que todas as IES públicas realizaram ações referentes ao consumo de bebidas alcoólicas.

No ano de 2018, em relação aos encaminhamentos de alunos aos setores de atendimento por docentes, foram relatados quatro casos em quatro diferentes IES: duas (2) universidades e duas faculdades, sendo três delas privadas. Em relação à procura por conta própria por estudantes, o número de casos relatados foi de cinco, sendo 40% desses de IES públicas. A maior parte desses cinco relatos são de universidades (três casos), com os demais divididos entre faculdade e instituto federal.

Os resultados desta pesquisa corroboram aqueles obtidos no estudo de Machado et al. (2016), no que tange ao fato de que as IES são a última fonte de informações procurada pelos alunos, uma vez que dentre as 45,5% (n=45) das IES possuidoras de SAEs, apenas 11,1 % (n=5) relatam ter havido procura destes setores por iniciativa dos acadêmicos. Os dados demonstram, inclusive, um baixo índice de encaminhamentos por parte dos docentes, 8,08% (n=4).

Além disso, percebe-se a alta porcentagem de instituições que não realizam ações ou campanhas tangenciando o consumo de bebidas alcoólicas e seus riscos. Tal aspecto parece reforçar o postulado por Cavalcante et al. (2012), afirmando que grande parte dos universitários nunca recebeu informações na sua IES sobre o consumo de álcool.

5 Considerações finais

Em razão dos prejuízos ao indivíduo e ao custo social que os problemas decorrentes do uso do álcool geram à sociedade como um todo, a presente pesquisa perquiriu avaliar a existência de programas de prevenção e medidas educativas direcionadas ao combate do uso excessivo de bebidas no contexto universitário. Convergou a esse intuito, inquerir sobre a existência de encaminhamento de discentes aos setores de atenção ou apoio ao estudante - nomeadamente os SAE ou outros similares - em virtude do uso excessivo de álcool via indicação de docentes das IES. Também, buscou-se verificar se há, por parte dos estudantes universitários, busca por auxílio ou informações relativas aos problemas decorrentes do uso ou mesmo informações sobre o consumo de álcool, junto a esses setores.

Como resultados da pesquisa emergiu que, apesar de existirem esforços preventivos em âmbito institucional, eles por si só são incipientes. Esse dado é preocupante, pois o ambiente acadêmico é um relevante espaço para o incremento de programas preventivos, sendo recomendável a implantação de políticas nessa direção, em virtude de dados que apontam a alta incidência de consumo de álcool dentre a população universitária.

O baixo percentual de encaminhamento de alunos aos SAEs sugere que os docentes das IES pesquisadas desconhecem ou não percebem o problema em seus alunos, apesar do contexto universitário ser descrito como favorável ao consumo excessivo e os estudantes universitários uma população de risco. As instituições não possuem, em seus SAEs, mecanismos para avaliar o consumo excessivo, ou profissionais orientados especificamente para essa finalidade - condição que soa como um sinal de alerta.

Ficou evidente que os estudantes não têm procurado auxílio relativo ao consumo de bebidas alcoólicas ou problemas decorrentes dele. Resta a dúvida quanto ao motivo que leva o jovem a não recorrer à sua IES, se é por falta de conhecimento dos serviços que as instituições oferecem, por medo, por vergonha ou por se sentirem conhecedores do assunto.

Como limitação deste estudo pode-se considerar que os resultados obtidos não devem ser extrapolados a uma escala geográfica maior. Sugere-se, portanto, estudos futuros mais abrangentes, envolvendo todas as IES brasileiras, incluindo outras variáveis de análise, como por exemplo, número de alunos, região e cursos oferecidos. De igual forma, sugere-se o inquérito também dos estudantes, como forma de fomentar ações que sejam relevantes para medidas efetivas de prevenção ao uso abusivo do álcool por essa população específica.

O meio acadêmico favorece a discussão da temática consumo de álcool, razão pela qual considera-se que a disseminação de informações sobre os efeitos nocivos do consumo exagerado de álcool pode contribuir para a prevenção de danos à saúde e dos agravos sociais decorrentes desse. É importante conhecer como as universidades têm trabalhado a problemática do abuso de álcool e drogas junto aos acadêmicos, tendo em vista que essas instituições são espaços que favorecem a disseminação de informações ao público jovem. Salienta-se que estratégias integradas e sustentáveis de monitoramento, prevenção e controle são necessárias, e devem envolver um esforço conjunto de familiares, IES e órgãos governamentais.

Referências

- ANDRADE, A.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, L. *I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras*. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <http://justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/relatorios-politicas-sobre-drogas/ilevantamentodrogasuniversitarios-pt-br-2010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- BABOR, T. Alcohol: No Ordinary Commodity - a summary of the second edition. *Addiction*, v. 105, n. 5, p. 769–779, 2010.
- BASTOS, A.; COSTA, F.; VASCONCELOS, M. Consumo de bebidas alcoólicas por jovens: implicações para o marketing social. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 16, n. 4, p. 469–486, 2017.
- CARLINI, E.; NOTO, A.; SÁNCHEZ, Z.; VAN DER M.; CARLINI, C.; LOCATELLI, D.; ABEID, L.; AMATO, T.; OPALEYE, E.; TONDOWSKI, C.; MOURA, Y. *VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre os estudantes do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas de ensino nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo, SP: CEBRID - Centro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2010.
- CARLOTTO, R.; TEIXEIRA, M.; DIAS, A. Adaptação acadêmica e *coping* em estudantes universitários. *Psico USF*, v. 20, n. 3, p. 421–432, 2015.
- CAVALCANTE, D.; GOMES, R.; SOUSA, V. de; SARDINHA, A.; FILHO, M. Uso de álcool entre acadêmicos de farmácia de uma universidade pública. *Revista Enfermagem*, v. 20, n. 3, p. 312–316, 2012.
- CUNHA, S.; PEUKER, A.; BIZARRO, L. Consumo de álcool de risco e repertório de habilidades sociais entre universitários. *PSICO*, v.43, n. 3, p. 289–297, 2012.
- FACHINI, A.; FURTADO, E. Uso de álcool e expectativas do beber entre universitários: uma análise das diferenças entre os sexos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 4, p. 421–428, 2013.
- GUERREIRO-CASANOVA, D.; POLYDORO, S. Autoeficácia e integração ao ensino superior: um estudo com estudantes de primeiro ano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 13, n. 1, p. 75–88, 2011.
- HAAS, A.; SMITH, S.; KAGAN, K.; JACOB, T. Pre-college pregaming: Practices, risk factors, and relationship to other indices of problematic drinking during the transition from high school to college. *Psychology of Addictive Behaviors*, v. 26, n. 4, p. 931–938, 2012.
- HALL, W.; PATTON, G.; STOCKINGS, E.; WEIER, M.; LYNKEY, M.; MORLEY, K.; DEGENHARDT, L. (2016). Why young people's substance use matters for global health. *The Lancet Psychiatry*, v. 3, n. 3, p. 265–279, 2016.
- HINGSON, R.; HEEREN, T.; WINTER, M.; WECHSLER, H. Magnitude of alcohol-related mortality and morbidity among u.s. college students ages 18–24: changes from 1998 to 2001. *Annual Review of Public Health*, v. 26, n. 1, p. 259–279, 2005.
- JAISOORYA, T.; GOWDA, G.; SIVASANKARAN, N.; MENON, P.; RANI, A.; RADHAKRISHNAN, K.; REVAMMA, M.; PHIL, J.; KISHORE, A.; THENNARASU, K.; BENEGAL, V. Correlates of High-Risk and Low-Risk Alcohol Use among College Students in Kerala, India. *Journal of Psychoactive Drugs*, v. 50, n. 1, p. 54–61, 2018.
- JOHNSTON, L.; MALLEY, P.; MIECH, R.; BACHMAN, J.; SCHULENBERG, J. *Intergovernmental Panel on Climate Change*. Climate Change 2013 - The Physical Science Basis. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- KLABUNDE, F.; FREITAS, P.; CATARINA, S.; RELATIVO, R. Impacto da Lei Seca na taxa de mortalidade por acidentes de trânsito, Santa Catarina, entre 2005 a 2011. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, v. 46, n. 2, p. 108–117, 2017.
- MACHADO, J.; FINELLI, L.; JONES, K.; SOARES, W. Consumo de álcool entre acadêmicos de medicina. *Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde*, v. 2, n. 2, p. 46–51, 2016.
- MALHOTRA, N. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

- MEDEIROS, S.; REDIESS, S.; HAUCK FILHO, N.; MARTINS, M.; MAZONI, C. Prevalência do uso de drogas entre acadêmicos de uma universidade particular do sul do Brasil. *Aletheia*, n. 38–39, p. 81–93, 2012.
- MERRILL, J.; READ, J. Motivational pathways to unique types of alcohol consequences. *Psychology of Addictive Behaviors*, v. 24, n. 4, p. 705–711, 2010.
- MESQUITA FILHO, M.; CARVALHO, C.; GARCIA, E. Fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito entre universitários. *Ciência & Saúde*, v. 10, n. 2, 2017.
- MEZQUITA, L.; CAMACHO, L.; SUSO-RIBERA, C.; ORTET, G.; IBÁÑEZ, M. Development and validation of the alcohol Expectancy Questionnaire Short Form (EQ-SF). *Adicciones*, v. 30, n. 2, 2018.
- MILLS, K.; LALONDE, F.; CLASEN, L.; GIEDD, J.; BLAKEMORE, S. Developmental changes in the structure of the social brain in late childhood and adolescence. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, v. 9, n.1, p. 123–131, 2014.
- MUHAMAD, N.; ROSLAN, N.; MAHDI, A.; ITHNAIN, N.; MUSTAPHA, N.; ALIZA L.; MELATI, R.; SURAIYA, S. Association between Health Risk Behavior and Suicidal Ideation, Continuous Sadness and Depression among Malaysian Youth. *Global Journal of Health Science*, v. 10, n. 1, 2017.
- MUNHOZ, T.; SANTOS, I.; NUNES, B.; MOLA, C.; SILVA, I.; MATIJASEVICH, A. Tendências de consumo abusivo de álcool nas capitais brasileiras entre os anos de 2006 a 2013: análise das informações do VIGITEL. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 7, p. 1–11, 2017.
- NÉMETH, Z.; URBÁN, R.; KUNTSCHKE, E.; PEDRO, E.; NIETO, J.; FARKAS, J.; FUTAKI, G.; KUN, B.; MERVÓ, B.; OLÁH, U.; DEMETROVICS, Z. Drinking motives among Spanish and Hungarian young adults: A cross-national study. *Alcohol and Alcoholism*, v. 46, n. 3, p. 261–269, 2011.
- NORDLUND, S. Alcohol Policy, Norms and Drinking Habits in Different European Countries. *Journal of Alcoholism & Drug Dependence*, v. 4, n. 5, 2016.
- O'HARA, R.; ARMELI, S.; TENNEN, H. College students' drinking motives and social-contextual factors: Comparing associations across levels of analysis. *Psychology of Addictive Behaviors*, v. 29, n. 2, p. 420–429, 2015.
- OLIVEIRA, Í.; FARINHA, M.; GOMIDE JR., S. Consumo alcoólico por estudantes de ciências agrárias de uma universidade pública do centro-oeste brasileiro. *Revista NUFEN*, v. 8, n. 2, p. 98–111, 2016.
- PANTANI, D.; PINSKY, I. *Álcool, saúde pública e responsabilidade social na América Latina*. São Paulo: UNIAD - Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, 2017.
- PEDROSA, A.; CAMACHO, L.; PASSOS, S.; OLIVEIRA, R. Consumo de álcool entre estudantes universitários. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 8, p. 1611–1621, 2011.
- PEUKER, A.; FOGAÇA, J.; BIZARRO, L. Expectativas e beber problemático entre universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 193–200, 2006.
- PICOLOTTO, E.; LIBARDONI, L. F.; MIGOTT, A. M. B.; GEIB, L. T. C. Prevalência e fatores associados com o consumo de substâncias psicoativas por acadêmicos de Enfermagem da Universidade de Passo Fundo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.15, n.3, p. 645–654, 2010.
- REHM, J.; MATHERS, C.; POPOVA, S.; THAVORNCHAROENSAP, M.; TEERAWATTANANON, Y.; PATRA, J. Global burden of disease and injury and economic cost attributable to alcohol use and alcohol-use disorders. *The Lancet*, v. 373, n. 9682, p. 2223–2233, 2009.
- SANTOS, M.; PEREIRA, D.; SIQUEIRA, M. Uso de álcool e tabaco entre estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 62, n. 1, p. 22–30, 2013.
- SILVA, É.; TUCCI, A. Estudo transversal sobre o uso de risco de álcool em uma amostra de estudantes de uma universidade federal brasileira. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 63, n. 4, p. 317–325, 2014.

STOCKINGS, E.; HALL, W.; LYNSKEY, M.; MORLEY, K.; REAVLEY, N.; STRANG, J.; PATTON, G.; DEGENHARDT, L. Prevention, early intervention, harm reduction, and treatment of substance use in young people. *The Lancet Psychiatry*, v. 3, n. 3, p. 280–296, 2016.

THURIN, K.; CEBALLOS, N.; GRAHAM, R. Alcohol preferences and event-related potentials to alcohol images in college students. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, v. 78, n. 6, p. 916–921, 2017.

TRIOLA, M. *Introdução à estatística: atualização da tecnologia*. 11. ed. São Paulo: LTC, 2017.

VAGENAS, P.; LAMA, J.; LUDFORD, K.; GONZALES, P.; SANCHEZ, J.; ALTICE, F. A systematic review of alcohol use and sexual risk-taking in Latin America. *Pan American Journal of Public Health*, v. 34, n. 4, p. 267–274, 2013.

VAN DAMME, J.; MAES, L.; CLAYS, E.; ROSIERS, J.; VAN HAL, G.; HUBLET, A. Social motives for drinking in students should not be neglected in efforts to decrease problematic drinking. *Health Education Research*, v. 28, n. 4, p. 640–650, 2013.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World Health Statistics 2017: monitoring health for the sustainable development goals (SDGs)*. Geneva: World Health Organization, 2017.

OS RECURSOS E O DESEMPENHO: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE PEQUENAS EMPRESAS

*Resources and performance: the perception
of small business managers*

Édia Karling

Acadêmica do curso de Administração da Faculdade IMED.
E-mail: Ediapf@hotmail.com.

Adrieli Cecchin Fortuna

Acadêmica do curso de mestrado em Administração da Faculdade IMED.
E-mail: adrielicecchin@hotmail.com.

Aline Ortiz Rauber

Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade IMED
e Bolsista de Iniciação Científica PIBITI/CNPq.
E-mail: aorauber@gmail.com.

Claudionor Guedes Laimer

Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação
em Administração da Faculdade IMED.
E-mail: claudionor.laimer@imed.edu.br.

Resumo

Adquirir uma vantagem competitiva tem-se mostrado extremamente difícil, pois as empresas encontram-se em um ambiente onde há muita competição e as inovações e mudanças ocorrem de forma rápida. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar os recursos e o desempenho de empresas, que propiciam vantagem competitiva. Assim, foi realizada uma *survey* nos setores metal-mecânico, vestuário, alimentício e moveleiro, sendo aplicado um questionário semiestruturado. Os dados coletados foram confrontados com a literatura que trata da Visão Baseada em Recursos. Como resultado, observou-se que as empresas analisadas não estão utilizando redes de cooperação para obter mais facilmente estes recursos, por isso, os valores apresentados estão aquém do esperado. Pois, a cooperação pode ser uma alternativa estratégica para obtenção da vantagem competitiva, ao facilitar o acesso aos recursos e melhorar o desempenho das empresas.

Palavras-chave: Visão Baseada em Recursos. Vantagem Competitiva. Recursos. Desempenho. Modelo VRIO.

Abstract

Acquiring a competitive advantage has proven extremely difficult as companies find themselves in an environment where there is a lot of competition and innovations and changes occur very quickly. In this sense, this article aims to analyze the resources and performance of companies, which provide a competitive advantage. Thus, a survey was carried out in the metal-mechanic, clothing, food and furniture sectors, and a semi-structured questionnaire was applied. The collected data were confronted with the literature that deals with the Resource Based View. As a result, it was observed that the analyzed companies are not using cooperative networks to obtain these resources more easily, therefore, the values presented are lower than expected. For cooperation can be a strategic alternative to gaining competitive advantage by facilitating access to resources and improving business performance.

Keywords: Resource Based View. Competitive advantage. Resources. Performance. Model VRIO.

1 Introdução

No ambiente corporativo, o estabelecimento de uma vantagem competitiva é cada vez mais almejado. Uma das formas de atingir esta vantagem é por meio da potencialização de recursos considerados estratégicos. É exatamente este tema que aborda a teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV – *Resource-Based View*). De acordo com Junges e Dal-Soto (2017), a RBV utiliza competências internas da organização, a fim de adquirir uma posição competitiva vantajosa no mercado, de modo que dificilmente conseguirá adquirir essa vantagem se não possuir recursos internos que permitam identificar e aproveitar oportunidades do ambiente.

Segundo Barney e Hesterly (2007), a forma para mensurar se um determinado recurso é efetivo na geração de vantagem competitiva é analisando aspectos como valor, raridade, imitabilidade e insubstituição.

Vive-se em um tempo onde tudo muda constantemente, de forma rápida e radical. As organizações enfrentam um ambiente de negócios extremamente turbulento, complexo e imprevisível. De tal modo, que a concorrência nesse ambiente é bastante acirrada por fatores como inovação tecnológica por parte de outras empresas de forma rápida, mudanças nos hábitos e desejos dos clientes e consumidores, além de seguidas mudanças em normas e legislações.

O principal desafio dessas organizações é estabelecer um posicionamento que forneça uma vantagem competitiva sustentável, isto é, criar para o cliente um valor maior que suas concorrentes. Para Barney e Hesterly (2007), os recursos tangíveis, passíveis de aquisição e substituição representam uma vantagem competitiva temporária de curta duração, no entanto, os recursos intangíveis geram uma vantagem competitiva duradoura, pois são específicos, complexos e estão atrelados diretamente a identidade da empresa.

Neste sentido, supõem-se que empresas que atuam em setores com informações complexas, que demandem usuários com conhecimento e que necessitem de muita pesquisa e desenvolvimento tendem a possuir uma vantagem competitiva mais sustentável, em comparação às empresas que não atuam em setores com esses atributos.

Desta forma, este estudo tem por objetivo analisar os recursos e o desempenho de empresas, que propiciam vantagem competitiva, a partir da coleta de dados em empresas atuantes nos setores metal-mecânico, vestuário, alimentício e moveleiro. Assim, pode-se evidenciar quais os recursos as empresas dispõem com maior facilidade e qual o impacto destes no resultado econômico das empresas.

Para possibilitar o entendimento do objetivo deste artigo, além desta introdução é apresentado a seguir uma revisão da literatura acerca da teoria que trata da visão baseada em recursos. Na sequência, os procedimentos metodológicos que foram adotados para conduzir a pesquisa. Por fim, são apresentados os resultados e as considerações finais.

2 Referencial teórico

Este referencial teórico aborda temas relacionados à estratégia na elaboração de vantagem competitiva, com foco na teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV *Resource-based View*). Baseia-se tanto em literaturas mais recentes que explicam a importância dessa estratégia, quanto nos textos de autores mais citados, como Wernerfelt (1984), Barney (1991), Barney e Hesterly (2007), além de outros.

2.1 Conceitos

A teoria da Visão Baseada em Recursos mostra-se atualmente uma das maiores perspectivas teóricas na área de estratégia empresarial (GOHR et al., 2011), baseia-se no conceito de que o desempenho de empresas se dá conforme os seus recursos e capacidades que elas têm sob seu domínio (BARNEY; HESTERLY, 2007). Para Collis e Montgomery (1995), as organizações são singulares e diferentes umas das outras pois possuem recursos e capacidades distintos, oriundos de experiências, habilidades e culturas únicas, como por exemplo conhecimentos já adquiridos.

Segundo Lauretti, Matias Filho e Basso (2011), essa visão foca nos recursos internos das empresas, que podem ser utilizados para estabelecer uma vantagem competitiva sustentável. Mais detalhadamente, Barney (1991), afirma que para representar uma vantagem competitiva, o recurso deve ser valioso, raro, difícil de imitar e insubstituível.

2.2 Características

Para uma melhor compreensão desses atributos, Barney e Hesterly (2007) nos apresentam o modelo VRIO. Este modelo representa um conjunto de ferramentas que permite analisar cada recurso da empresa, podendo avaliar seu potencial de geração de vantagem competitiva (GOHR et al., 2011).

Quadro 1. Estrutura do modelo VRIO.

Estrutura do modelo VRIO				
Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Aproveitado Pela Empresa?	Implicância Competitiva
Não	Não	Não	Não	Desvantagem Competitiva
Sim	Não	Não	Sim	Paridade Competitiva
Sim	Sim	Não	Sim	Vantagem Temporária
Sim	Sim	Sim	Sim	Vantagem Sustentável

Fonte: Adaptado de Barney e Hesterly (2007).

Segundo este modelo, para se considerar valioso um recurso deve permitir que a empresa possa aproveitar oportunidades e neutralizar ameaças do ambiente externo. Em caso positivo, diz-se que esse recurso valioso representa uma força para a empresa. Do contrário, ele representa uma fraqueza.

O segundo aspecto abordado pelo modelo VRIO é a raridade. Um recurso é considerado raro se além de ser valioso, ele estiver sob o controle de poucos concorrentes (GOHR; MEDEIROS; SANTOS, 2014). Possuir um recurso raro leva a empresa a um estado de vantagem competitiva, porém não é uma vantagem duradoura. Além de valioso e raro, as organizações devem ponderar a utilização de suas características individuais, a fim de obter recursos que sejam complexos para a concorrência copiar, obtendo, assim, uma vantagem competitiva sustentável (JUNGES; DAL-SOTO, 2017).

Ainda, os recursos podem ser classificados como financeiros, físicos, individuais e organizacionais.

Quadro 2. Tipologia de Recursos Organizacionais.

Tipos de Recursos	Características
Financeiros	Representa todo o dinheiro que a empresa possui para elaborar suas estratégias.
Físicos	Máquinas, equipamentos, edificações, localização geográfica, entre outros.
Individuais	Treinamento, experiência, visão e habilidades em gerir processos da empresa por funcionários e gerentes.
Organizacionais	Sistemas formais e informais de planejamento, controle e coordenação, cultura e reputação da empresa.

Fonte: Adaptado de Gohr et al. (2011) e Barney e Hesterly (2007).

De forma mais ampla, os recursos também são classificados de duas maneiras (Gohr et al., 2011):

- ♦ **Tangíveis:** São recursos que podem ser facilmente percebidos, como por exemplo recursos físicos e humanos;
- ♦ **Intangíveis:** São recursos difíceis de identificar e mensurar, estão ligados aos fatores organizacionais.

Recursos tangíveis tendem a ser de fácil aquisição ou cópia por outras empresas, por isso não servem para estabelecer uma vantagem competitiva duradoura. Entretanto, recursos intangíveis sim podem tornar sustentável uma vantagem compe-

titiva, visto que devido a suas características de complexidade e estar diretamente relacionado a cultura da empresa, não são fáceis de serem adquiridos por outras empresas (BARNEY; HESTERLY, 2007).

3 Método

Este estudo tem por objetivo analisar os recursos e o desempenho de empresas, que propiciam vantagem competitiva. Assim, foi realizada uma *survey* nos setores metal-mecânico, vestuário, alimentício e moveleiro, sendo aplicado um questionário semiestruturado. Para o levantamento e análise de dados, utilizou-se o método de pesquisa de natureza quantitativa. Este método mostra-se relevante, pois por meio da análise de dados objetivos de uma amostra, reflete-se os dados de todo o grupo do qual a amostra faz parte, permitindo que ao final da pesquisa possa ser elaborado um plano de ação (RODRIGUES, 2015).

A pesquisa foi realizada na forma descritiva, na qual foi aplicado um questionário semiestruturado, composto por 34 questões que abordam diversos fatores ligados aos recursos e o desempenho das empresas, em uma escala de concordância que vai de 0 a 10, onde 0 significa discordo totalmente e 10 concordo totalmente. As questões foram divididas em 8 grupos:

- ♦ **Recursos Físicos:** Facilidade na obtenção de máquinas, equipamentos, materiais, infraestrutura física e equipamentos de informática;
- ♦ **Recursos Financeiros:** Facilidade na obtenção de empréstimos, financiamentos e aporte dos sócios;
- ♦ **Recursos Organizacionais:** Facilidade em responder mudanças e oportunidades do mercado e realização dos processos organizacionais;
- ♦ **Recursos Humanos:** Facilidade na contratação e treinamento de funcionários;
- ♦ **Recursos Reputacionais:** Visão da empresa perante os Stakeholders;
- ♦ **Relações com outras empresas:** Parcerias comerciais e de troca de informações com empresas do mesmo setor;
- ♦ **Inovação:** Desenvolvimento de novos produtos, serviços ou tecnologias no recente período.
- ♦ **Desempenho:** Crescimento no faturamento, vendas, produtividade e rentabilidade nos últimos anos.

Os questionários foram aplicados em 7 empresas que atuam nos setores alimentício, moveleiro, vestuário e metal-mecânico, localizadas no município de Passo Fundo, região norte do estado do Rio Grande do Sul, durante o decorrer do mês de maio de 2018. As empresas foram segmentadas em Microempresa, Pequenas, Médias e Grandes, conforme o Quadro 3.

Quadro 3. Classificação das empresas, conforme o faturamento.

Classificação das empresas conforme o faturamento	
Porte	Faturamento
Microempresa	Inferior a R\$ 360.000,00
Pequena	Entre R\$ 360.000,01 e R\$ 3.600.000,00
Média	Entre R\$ 3.600.000,00 e R\$ 20.000.000,00
Grande	Acima de R\$ 20.000.000,00

Fonte: Adaptado de Sebrae (2016).

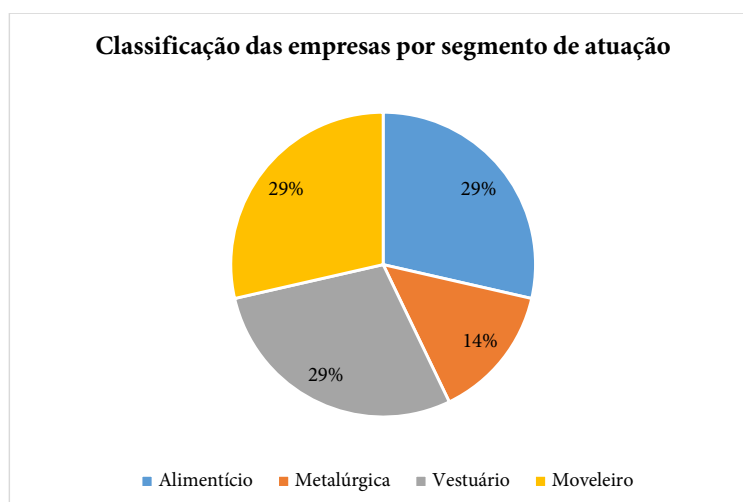
Partindo dessa segmentação conforme o faturamento, optou-se por realizar esta pesquisa em empresas classificadas como Microempresa e Pequena empresa. Assim, a aplicação do questionário de coleta de dados foi realizada de duas maneiras: presencialmente e por e-mail, para os que alegam não ter tempo de receber a pesquisadora. Após a coleta dos dados, os dados foram submetidos a análise, confrontando os mesmos com os conceitos já apresentados no referencial teórico. Obtidos os resultados, estes foram apresentados de forma descritiva, fazendo o uso de gráficos e tabelas de modo que facilite o entendimento.

4 Resultados

Este tópico apresenta os resultados obtidos na pesquisa por meio de gráficos e tabelas, levando em consideração os conceitos apresentados no referencial teórico. Sendo dividido em dois tópicos, o primeiro envolve a caracterização da amostra e o segundo a devida apresentação dos resultados.

4.1 Caracterização da amostra

A amostra da qual foi realizado a coleta dos dados é composta por sete empresas, sendo duas atuantes no setor alimentício, duas do setor de vestuário, duas do setor moveleiro e uma do setor metal-mecânico, todas localizadas no município de Passo Fundo.

Gráfico 1. Classificação das empresas por segmento de atuação.

Analisando a Tabela 1, percebe-se que as empresas analisadas possuem em média 11 funcionários, sendo que as atuantes nos setores de vestuário possuem a menor quantidade (2).

Tabela 1. Quantidade de funcionários por empresa

Empresa	Segmento	Número de Funcionários
Empresa A	Alimentício	40
Empresa B	Alimentício	4
Empresa C	Metalúrgica	8
Empresa D	Vestuário	2
Empresa E	Vestuário	2
Empresa F	Moveleiro	6
Empresa G	Moveleiro	15
Média:		11

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda, cabe-se dizer que uma das empresas se classifica como pequena empresa e as outras 6 como microempresa. Nenhuma das sete empresas que fazem parte da amostra estão diretamente associadas a uma rede.

4.2 Recursos e desempenho

Assim como no questionário aplicado, esta apresentação dos dados é dividida em 8 grupos, conforme o tipo de recurso (físicos, financeiros, organizacionais, humanos, reputacionais, relações com outras empresas e inovações) e o desempenho. Os valores apresentados consideram uma escala de 11 pontos, sendo 0 para discordo totalmente de 10 para concordo totalmente.

Tabela 2. Recursos Físicos

Questões	Empresas							Média	D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G		
Aquisição de máquinas e equipamentos.	2	6	8	7	4	8	8	6,14	2,34
Aquisição de matérias-primas e produtos.	4	7	8	6	4	8	8	6,42	1,81
Infraestrutura física (prédio, instalações, etc.).	3	7	8	8	3	6	10	6,42	2,63
Aquisição de programas e equipamentos de inf.	8	6	6	4	3	6	8	5,85	1,86

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Conforme pode-se observar na Tabela 2, a facilidade na obtenção de recursos físicos ficou com valores médios próximos a 6,00. A questão que apresentou os menores valores foi no que diz respeito à aquisição de software e equipamentos de informática, cujo valor médio ficou em 5,85. Já os maiores valores médios apresentados (6,42)

ficaram por conta da facilidade na aquisição de matéria-prima, produtos, mercadorias e serviços, bem como da facilidade em melhorar a infraestrutura física.

Tabela 3. Recursos Financeiros

Questões	Empresas								Média	D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G			
Empréstimo bancário para capital de giro.	4	7	5	8	7	6	10	6,71	1,97	
Financiamento para máquinas e equipamentos.	2	7	5	8	7	6	10	6,42	2,50	
Financiamento para construção e reforma.	1	7	5	7	6	6	10	6,00	2,70	
Investimentos dos sócios no negócio.	8	7	5	4	5	4	10	6,14	2,26	

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No que diz respeito aos recursos financeiros, a obtenção de financiamentos para construção, reforma e ampliação demonstraram os menores valores, cuja média ficou em 6,00. Isto pode ser explicado pelo fato de que tais investimentos demandam de volumes bastante expressivos de capital. A facilidade na obtenção de empréstimo para o capital de giro foi o que obteve os melhores resultados dentre os recursos financeiros, com média de 6,71.

Tabela 4. Recursos Organizacionais

Questões	Empresas								Média	D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G			
Flexibilidade e rapidez de resposta.	6	8	6	7	4	7	9	6,71	1,60	
Identificar as oportunidades de mercado.	7	8	6	6	7	7	8	7,00	0,81	
Rotinas e processos organizacionais.	7	8	7	6	6	9	8	7,28	1,11	
Processos organizacionais para os clientes.	6	8	7	6	6	9	7	7,00	1,15	

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Analisando a Tabela 4, percebe-se que as empresas demonstram um desempenho mediano em termos de recursos organizacionais. Caso optassem por uma visão mais estratégica, poderiam atingir níveis mais satisfatórios, o que levaria a um status de vantagem competitiva.

Conforme descrito no referencial teórico, a teoria da Visão Baseada em Recursos considera os recursos organizacionais como o principal criador de vantagem competitiva, podendo ser considerado uma força caso bem aproveitado ou do contrário uma fraqueza. Percebe-se que as empresas analisadas nesta amostra estão no meio

termo, no qual os recursos organizacionais não representam fraquezas, porém também não chegam a ser forças da forma como deveriam.

Tabela 5. Recursos Humanos

Questões	Empresas								D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G	Média	
Contratação de funcionários qualificados.	4	5	5	4	6	5	7	5,14	1,06
Treinamento dos funcionários.	6	6	5	5	5	7	5	5,57	0,78
Troca de informações entre os funcionários.	5	7	5	3	4	8	5	5,28	1,70
Conhecimentos gerados pelos funcionários.	7	8	5	4	4	8	5	5,85	1,77

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Analisando a Tabela 5 que aborda os recursos humanos, percebe-se que no geral as empresas não estão tendo facilidade na contratação e treinamento de funcionários. O maior valor médio obtido (5,85) foi no que diz respeito a utilização dos conhecimentos gerados pelos funcionários, e o menor valor (5,14) foi na facilidade em contratar funcionários qualificados.

Tabela 6. Recursos Reputacionais

Questões	Empresas								D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G	Média	
Credibilidade	9	10	6	8	6	10	9	8,28	1,70
Visibilidade	9	8	6	8	6	10	9	8,00	1,52
Status e prestígio	9	8	7	8	5	10	9	8,00	1,63
Boa reputação	9	9	8	8	8	10	9	8,71	0,75

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os recursos reputacionais chamaram bastante atenção na amostra, pois possuem os maiores valores médios entre todos os grupos de recursos. Isso indica que as empresas estão bem colocadas no mercado perante seus clientes, concorrentes, fornecedores e instituições locais. Os menores valores médios apresentados (8,00) ficaram por conta da visibilidade, status e prestígio. Os maiores valores médios apresentados (8,71) e (8,28) são relacionados a boa reputação e credibilidade.

Tabela 7. Relações com Outras Empresas

Questões	Empresas							Média	D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G		
Compra, venda ou propaganda.	0	0	0	6	0	7	8	3,00	3,78
Projetos e/ou atividades.	0	0	0	6	0	6	5	2,42	3,04
Contratação e treinamento de pessoal.	0	0	0	4	0	8	7	2,71	3,59
Troca informações e conhecimentos.	0	4	6	7	0	9	5	4,42	3,40

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Conforme demonstra a Tabela 7, as relações com outras empresas ocorrem de maneira bastante deficitária ou nem ocorrem. O maior valor médio apresentado foi de 4,42, no que diz respeito à troca de informações e conhecimentos com empresas do setor, e o menor valor apresentado foi de 2,42 na questão que aborda a realização de projetos e/ou atividades em conjunto com empresas do setor.

De acordo com a Visão Baseada em recursos, a utilização de redes de cooperação torna a obtenção de vantagem competitiva um objetivo mais fácil de ser alcançado. Caso estes valores apresentados fossem maiores, ou seja, as empresas cooperassem mais, por consequência as demais tabelas apresentadas teriam seus valores mais próximos de níveis satisfatórios.

Tabela 8. Inovação

Questões	Empresas							Média	D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G		
Novos produtos e/ou serviços.	10	8	6	10	3	8	8	7,57	2,43
Melhoria de produtos e/ou serviços.	9	8	7	8	3	8	8	7,28	1,97
Novos processos organizacionais.	9	7	7	6	2	8	10	7,00	2,58
Melhoria de processos organizacionais.	7	7	7	8	2	8	10	7,00	2,44
Investimento em pesquisa e desenvolvimento.	7	7	7	4	1	3	8	5,28	2,62
Investimento no treinamento de funcionários.	5	7	7	3	1	8	8	5,57	2,69

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Observando a Tabela 8, percebe-se que as empresas têm inovado nos últimos anos. As primeiras 4 questões do grupo que abordam o desenvolvimento e melhoria de novos produtos, serviços ou processos ficaram com média geral próxima a 7,00. O principal problema encontrado nesses dados é que o investimento direto em ino-

vação por parte das empresas ainda é baixo, sendo que as duas últimas questões do grupo que abordam o investimento em pesquisa e desenvolvimento ficaram com média próxima a 5,00. O ideal seria que as empresas investissem mais, tanto na inovação em si quanto no treinamento de funcionários para atividades de inovação.

Tabela 9. Desempenho

Questões	Empresas								D. Pad.
	A	B	C	D	E	F	G	Média	
Aumento no faturamento.	6	7	6	6	2	7	8	6,00	1,91
Crescimento nas vendas.	6	8	6	6	2	8	8	6,28	2,13
Aumento na produtividade.	7	8	6	6	2	8	8	6,42	2,14
Aumento na rentabilidade.	4	8	6	5	2	8	8	5,85	2,34

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Ainda, analisando a Tabela 9 pode-se concluir que no geral as empresas têm demonstrado um pequeno crescimento nos últimos anos em termos de desempenho. O maior valor médio encontrado (6,42) foi em relação ao aumento de produtividade. Já o menor valor médio apresentado foi no aumento da rentabilidade, que ficou em 5,85. Esse fraco crescimento na rentabilidade pode ser explicado por uma série de fatores macroambientais, como por exemplo a crise econômica que o Brasil enfrentou nos últimos anos.

Tabela 10. Resumo dos Grupos

Recursos	Média Geral
Recursos Físicos	6,21
Recursos Financeiros	6,32
Recursos Organizacionais	7,00
Recursos Humanos	5,46
Recursos Reputacionais	8,25
Relações com Outras Empresas	3,14
Inovação	6,61
Desempenho	6,14

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Analisando a média geral dos grupos, observa-se que as empresas analisadas na amostra demonstraram ter maior facilidade em termos de recursos reputacionais, isto é, possuem boa credibilidade, visibilidade, status, prestígio e boa reputação. Por outro lado, as relações com outras empresas apresentaram os menores valores, o que indica que a principal dificuldade está em estabelecer estas relações de colaboração. Os demais recursos ficaram em um patamar mediano, com valores médios entre 6,00 e 7,00.

5 Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os recursos compartilhados e o desempenho de empresas, que atuam nos setores metal-mecânica, vestuário, alimentício e moveleiro, percebendo de que forma se dá o compartilhamento desses recursos e qual o impacto dessa colaboração na obtenção de vantagem competitiva e consequentemente no desempenho econômico.

A principal contribuição desta pesquisa para a teoria da visão baseada em recursos dá-se pelo fato de que o foco do estudo não foram apenas recursos organizacionais utilizados individualmente pelas empresas, mas sim os recursos compartilhados através de redes de cooperação. Conforme verificado no levantamento do referencial teórico, esta visão mais coletiva ainda é muito pouco abordada por pesquisadores que estudam sobre recursos organizacionais. Para as empresas analisadas, este estudo mostra-se extremamente relevante pois permite que os gestores observem quais são os seus pontos fracos no que diz respeito aos recursos organizacionais, bem como o quanto facilita na obtenção de recursos estratégicos o estabelecimento de redes de cooperação.

De acordo com o referencial teórico, a Visão Baseada em Recursos apresenta como principal gerador de vantagem competitiva os recursos que as empresas utilizam a seu favor. Sendo assim, quanto mais fácil for para as empresas adquirirem tais recursos, melhor será o seu desempenho econômico. Observando os dados apresentados, conclui-se que no geral as empresas não têm facilidade em adquirir ou desenvolver estes recursos da forma como deveriam, portanto, não estão em um patamar de vantagem competitiva perante as demais. Um dos fatores que levam a essa dificuldade é o fato de que nenhuma das empresas que compõe a amostra estão afiliadas a uma rede, ou seja, só conseguem adquirir estes recursos por esforço próprio, sem qualquer auxílio das demais empresas do setor.

Como sugestão para estudos futuros na área, recomenda-se que sejam escolhidas para amostra empresas que de fato façam parte de redes de cooperação, identificando de que forma se dá estas relações e qual o impacto no estabelecimento de vantagem competitiva e por consequência no desempenho econômico.

Referências

- BARNEY, J. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17, p. 99-120, 1991.
- BARNEY, J.B.; HESTERLY, W.S. *Administração Estratégica e Vantagem Competitiva*. São Paulo: Pearson, 2007.
- COLLIS, D. J.; MONTGOMERY, C. A. "Competing on Resources: Strategy in the 1990s." *Harvard Business Review*, v. 73, n. 4, p. 118-128, 1995.
- GOHR, C. F.; MEDEIROS, R. A.; SANTOS, L. C. Vantagem Competitiva Em Um Apl de Móveis. *Pretexto*, Belo Horizonte, v.15, n.4, p. 64-82, 2014.
- GOHR, C. F.; SANTOS, L. C.; BURIN, C. B.; MARQUES, M. D. S.; ARAI, R. M. Recursos estratégicos e vantagem competitiva: aplicação do Modelo VRIO em uma organização do setor sucroalcooleiro. *Revista Gestão Organizacional*, v. 4, n. 1, p. 115-139, 2011.
- JUNGES, V. C.; DAL-SOTO, F. Recursos E Capacidades Estratégicas Como Fontes De Vantagem Competitiva No Clube Arranca. *Revista Capital Científico*, v. 15, n. 1, 2017.

LAURETTI, C. M.; MATIAS FILHO, J.; BASSO, L.F.C. A Valoração de Recursos que Geram Vantagens Competitivas Sustentáveis. *Revista Brasileira de Estratégia*, v. 4, n. 1, p. 11-21, 2011.

RODRIGUES, A. *Pesquisa Mercadológica*. São Paulo: Pearson, 2015.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Site Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: Maio 2018.

MAUS-TRATOS COM IDOSOS: RELATO DE ENTREVISTA COM IDOSAS

Elderly Mistreatment: An Interview Report with Elderly Women

Cyntea Cappelli Mantovani

Icaro Bonamigo Gaspodini

Resumo

Esta pesquisa foi realizada durante a disciplina de Desenvolvimento Adulto e Envelhecimento Humano, no quinto semestre do curso de Psicologia da IMED. O objetivo foi compreender a percepção de maus-tratos contra idosos na visão de duas idosas residentes em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas elaboradas com base na literatura. As participantes relataram nunca ter sofrido ou praticado maus-tratos e pontuaram como a negligência é prejudicial. Exemplificaram alguns cuidados básicos que tiveram com seus familiares idosos que adoeceram e precisaram de cuidados, demonstrando afeto, dedicação e calma mesmo diante dificuldades e teimosias dos mesmos. As instituições de longa permanência para idosos foram mencionadas com aspectos positivos e negativos, assim como abuso financeiro foi exemplificado através das histórias de conhecidos. A escassez de denúncias foi justificada pelo fato das pessoas não quererem se intrometer na vida das outras, mas dita como necessária para que idosos parem de sofrer. Esse contato foi rico, tanto para as entrevistadas, que se sentiram valorizadas por serem ouvidas e informadas sobre maus-tratos a idosos, quanto para as alunas que tiveram um primeiro contato com a prática psicológica através da entrevista.

Palavras-chave: idosos, violência, relações familiares

Abstract

This research was carried out during the course of Adult Development and Human Aging, in the fifth semester of the Psychology course of IMED. The objective was to understand the perception of elder abuse in the eyes of two elderly women living in a city in the interior of Rio Grande do Sul. For this purpose, semi - structured interviews were conducted with open questions based on literature. Participants reported never having suffered or practiced mistreatment and pointed out how negligence is harmful. They exemplified some basic care they had with their elderly relatives who became ill and needed care, showing affection, dedication and calm even in the

face of difficulties and stubbornness. The institutions for the elderly were mentioned with positive and negative aspects, just as financial abuse was exemplified through the stories of acquaintances. The shortage of denunciations was justified by the fact that people did not want to intrude on the lives of others, but dictated as necessary for the elderly to stop suffering. This contact was rich, both for the interviewees, who felt valued for being heard and informed about elder abuse, and for the students who had a first contact with the psychological practice through the interview.

Keywords: elderly, violence, family relationships

Introdução

Muitos idosos sofrem maus-tratos diariamente. No ano de 1975, revistas britânicas descreveram pela primeira vez esse fenômeno, o chamando de “espancamento de avós”. Posteriormente, na década de 1980 vários países, inclusive o Brasil, passaram a relatar as primeiras pesquisas e intervenções nesse problema, passando a lhe considerar uma questão de saúde pública e criminal. Desde então, esses campos são os que orientam a forma de analisar e intervir nos maus-tratos a idosos, que vem sendo considerado um fenômeno universal. Porém, tem se observado que é nos países emergentes que, frequentemente, a velhice é vista como uma fase onde a pessoa perde autonomia e capacidade de dar segmento aos papéis significativos que lhe foram atribuídos ao longo da vida, principalmente na família e no trabalho (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2002).

Há carência de pesquisas sobre esse assunto, principalmente no Brasil, até mesmo em função da subnotificação desses crimes, pelas vítimas velarem os maus-tratos, mantendo-os no âmbito familiar por vergonha, culpa, medo de serem repreendidas ou abandonadas pela família, onde, na grande maioria das vezes, se encontra o agressor (Oliveira, Trigueiro, Fernandes, & Silva, 2013; Irigaray, Esteves, Pacheco, Grassi-Oliveira, & Argimon, 2016; Paiva & Tavares, 2015).

No ano de 1995 a população mundial de idosos, com 60 anos ou mais, era acima de 542 milhões de pessoas, sendo que a previsão para 2025 é que essa população aumente drasticamente e chegue a cerca de 1,2 bilhão de idosos em todo o mundo. Um fator de risco que torna os idosos mais pobres e vulneráveis é a economia mundial ter tantas desigualdades estruturais, como precariedade nos serviços de saúde, educação, desemprego e salários baixos, além da discriminação do gênero feminino. Porém, essa explosão de idosos na sociedade, trará benefícios muito relevantes como a experiência e o conhecimento que os mesmos trazem consigo (OMS, 2002). Além disso, é importante aumentar o respeito a essa população que cada vez mais participa de grupos sociais e que, ricos ou pobres, independentes ou não, auxiliam no sustento de suas famílias e movimentam a economia (Minayo, 2003).

Os maus-tratos contra o idoso são caracterizados como abuso físico, emocional ou psicológico, sexual, financeiro e negligência. Essa violência é descrita por ações inapropriadas, pontuais ou repetidas, em relações próximas onde haja expectativa de confiança e que cause prejuízo à pessoa idosa, assim como, a ausência de cuidados é tida como prejudicial. As instituições de longa permanência para idosos (ILPI), com suas equipes multidisciplinares, tem tido uma demanda crescente na assistência de idosos onde, em função das mudanças culturais, sociais e econômicas, familiares se sentem despreparados para cuidarem de seus parentes fragilizados e vulneráveis

(OMS, 2002). Ainda sobre a institucionalização de idosos, a referência anterior traz uma pesquisa em um estado dos Estados Unidos que apontou que, 36% dos profissionais que nelas atuam já testemunharam ao menos um ato de agressão física aos idosos no último ano, e que 10% admitiram ter cometido esse tipo de abuso.

O Brasil adotou políticas públicas, como o Estatuto do Idoso, como forma de prevenir, punir e orientar familiares, cuidadores e ILPIs quanto aos maus-tratos com idosos (Brasil, 2003). Entretanto, a morte de idosos, institucionalizados ou não, ainda tem sido justificada como causas naturais, indeterminadas ou, até mesmo acidentais, porém, muitas vezes são consequência de maus-tratos ou negligência (OMS, 2002).

O idoso pode correr riscos de ser maltratado mesmo quando não vive junto com o agressor, mas em lares onde os mesmos coabitam o risco é maior e, muitas vezes, esse indivíduo que pratica os maus-tratos é a única pessoa que o idoso tem para lhe acompanhar. Esse risco também está estreitamente ligado à pobreza, pois nesses contextos eles se tornam ainda mais vulneráveis a exploração, por não terem suas necessidades básicas supridas, como uma boa alimentação, higiene, saúde e pela falta de apoio familiar (OMS, 2002).

O perfil dominante do idoso maltratado é sendo de gênero feminino, desprovida de companheiro, com idade avançada, baixa escolaridade e com limitações, físicas ou cognitivas, que tornam os familiares seus principais cuidadores (Oliveira et al., 2013; Irigaray et al., 2016; Bolsoni et al., 2016). Enquanto o perfil do agressor é sendo um familiar, frequentemente filho adulto com problemas mentais ou dependência química e financeira do idoso (Grossi & Souza, 2003; Quinn & Tomita, 1997; Skirbekk & James, 2014). Diante desses dados, o objetivo deste trabalho foi compreender a percepção de maus-tratos contra idosos na visão de duas idosas residentes em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, as quais serão descritas neste relato, assim como a percepção das alunas que tiveram um primeiro contato com a prática psicológica, através da entrevista.

Relato de Experiência

Esta pesquisa foi realizada durante a disciplina de Desenvolvimento Adulto e Envelhecimento Humano, no quinto semestre do curso de Psicologia da IMED, ministrada pelo Prof. Me. Icaro Bonamigo Gaspodini. Para isso, foram entrevistadas duas idosas residentes em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul/Brasil, no mês de junho de 2018. Foram eleitos os nomes fictícios Violeta e Margarida para se referir às entrevistadas, afim de não as expor. Violeta, 77 anos, viúva, pensionista e Margarida, de 75 anos, casada, aposentada. Seu objetivo foi compreender a percepção de maus-tratos contra idosos na visão das entrevistadas.

Inicialmente, entrou-se em contato com as mesmas para agendar a data e o local da entrevista, apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, suprir possíveis dúvidas, assim como explicar a temática e o objetivo da entrevista. No dia e horário marcados, foram realizadas entrevistas individuais, semiestruturadas, com perguntas abertas elaboradas com base na literatura. Deixou-se claro a elas que não existiam respostas certas ou erradas e que podiam desistir ou fazer perguntas a qualquer momento. A interação entrevistadas-entrevistadoras se manteve constante todo o tempo, inclusive por elas possuírem experiência no cuidado com idosos, pois a viveram em suas famílias.

A primeira pergunta veio a fim de investigar o que elas entendiam por maus-tratos ao idoso. Margarida pontuou que muitas vezes as pessoas assumem o compromisso de cuidar uma pessoa idosa sem saber como é uma tarefa difícil, que é necessário estar preparado, ter paciência, cuidado e amor, pois se tratados sem amor os idosos sentem e sofrem. Violeta diz não conhecer maus-tratos por nunca os ter sofrido ou praticado e conta como costumava agir com sua falecida sogra que morou com ela por trinta e seis anos e passou os últimos cinco anos de sua vida acamada, sob seus cuidados, assim como precisou cuidar de seu falecido marido. Falou das dificuldades que passou e de como a paciência é fundamental.

A segunda pergunta veio com um texto explicativo e introdutório sobre os tipos de maus-tratos contra os idosos, contextualizando-se que a maioria dos idosos maltratados são mulheres, desprovida de companheiro, com idade avançada, baixa escolaridade e com limitações, físicas ou cognitivas, e que são cuidadas por familiares. E por fim questionou-se o que elas pensam sobre essas várias formas de maus-tratos. As entrevistadas reagiram com tristeza desde o momento que os maus-tratos foram descritos e rememoraram as dificuldades do trato de idosos e as palavras paciência e amor tornaram a aparecer. Em suas percepções a violência física, verbal, a negligência e o abandono são as mais praticadas com os idosos. As ILPIs foram mencionadas com aspectos positivos e negativos: o primeiro na forma de uma boa opção para familiares despreparados e o segundo pelo fato de serem locais onde muitos idosos são abandonados.

A terceira pergunta foi um comparativo de como os idosos eram tratados antigamente e como são hoje. A falta de tempo dos familiares foi pontuada, assim como a falta de respeito por parte de noras, netos e demais familiares. Esse desrespeito, principalmente dos netos, foi justificado pela falta de instrução dos pais em ensinarem desde cedo o respeito aos avós. Margarida lembrou que, antigamente, as filhas que não casavam permaneciam em casa e cuidavam dos pais e avós e que hoje em dia, os familiares querem trabalhar e terem suas vidas, sem se incomodarem com o cuidado aos idosos.

A quarta pergunta foi direcionada para como a sociedade tem falado dos maus-tratos contra o idoso. As entrevistadas trouxeram que a sociedade diz que não se deve maltratar, mas que não é o que acontece, de forma velada, em muitas famílias. Violeta relata já ter tentado conversar com um agressor, mas que ele não aceitou seus conselhos e lhe disse que cada um faz o quer. Diante da quinta pergunta que se tratava de se conheciam alguém ou já haviam sofrido maus-tratos, as entrevistadas relataram nunca terem sofrido essa violência, mas admitiram ter ouvido falar de pessoas que os sofreram. Margarida conta que cuidou de uma cunhada, solteira, que adoeceu e precisou de seus cuidados durante anos, assim como cuidou de sua mãe, viúva. O abuso financeiro foi pontuado e exemplificado no relato de Violeta quando fala de amigas que doaram seus bens e terras para os filhos na promessa de serem cuidadas por eles e seus familiares, mas que isso não aconteceu.

Na sexta pergunta, quando questionadas sobre como as autoridades poderiam ajudar esses idosos, foi sugerida a orientação a esses familiares assim que fossem feitas as denúncias. Porém no sentido da escassez delas, Margarida traz a questão das pessoas não quererem se intrometer na vida dos outros, mas diz que isso é necessário, pois servirá como alerta a quem também comete esses crimes e pode ser o próximo a ser punido.

A sétima e última pergunta foi relacionada à como elas acreditavam que os idosos deveriam ser tratados desde dentro das famílias até a sociedade. E o respeito foi citado inúmeras vezes, dentro da família, nos ônibus, inclusive Margarida diz que, mesmo sendo idosa, cede lugar para indivíduos mais velhos que ela nos ônibus. Os idosos abandonados em ILPIs foram novamente lembrados com muita tristeza, pois muitos que lá são deixados estão lúcidos, sentem saudades e sofrem, muitas vezes, maltratados por funcionários. Violeta pontuou que muitos familiares desejam o falecimento dos idosos para se virem livres deles e que já ouviu casos de negligência inclusive com a medicação desses indivíduos.

Discussão

As entrevistas confirmaram o que a literatura diz sobre maus-tratos com idosos. Dos quatro indivíduos com mais de 60 anos, cuidados pelas entrevistadas, três eram mulheres, viúvas ou solteiras, doentes, de baixa escolaridade e foram cuidadas por familiares, portanto, se encaixam no perfil vulnerável a maus-tratos (Oliveira et al., 2013; Irigaray et al., 2016; Bolsoni et al., 2016). Conforme as referências anteriores relembram e as entrevistadas pontuam, as negligências, a violência física, psicológica e financeira, são realmente as mais praticadas contra esses indivíduos. Diante da subnotificação desses crimes, as denúncias e a orientação são imprescindíveis, conforme elas confirmaram na entrevista.

As ILPIs foram citadas pelas entrevistadas com aspectos positivos, como uma boa opção para familiares despreparados, e negativos, pelo fato de serem locais onde muitos idosos são abandonados e, muitas vezes, maltratados por funcionários, como a literatura pontua (OMS, 2002). Ainda como a referência anterior informa, a morte de idosos, muitas vezes, justificada por causas naturais, indeterminadas ou acidentais, são consequência de maus-tratos ou negligência, conforme Violeta pontua quando diz que muitos familiares desejam o falecimento do idoso e negligenciam, inclusive, a medicação desses indivíduos.

Considerações Finais

As entrevistadas eram mulheres idosas saudáveis, independentes e capazes de suprir suas próprias necessidades em função da autonomia que possuem e que ainda participam ativamente das atividades de suas famílias e da comunidade em geral.

O contato das estudantes com as idosas foi rico. As entrevistadas se sentiram valorizadas por serem ouvidas, poderem contar suas histórias, além de serem informadas sobre o assunto em pauta. A experiência do primeiro contato com a prática psicológica, através da entrevista, foi muito válida para as alunas, que puderam treinar a escuta, a empatia e o acolhimento a essas idosas.

Referências

- Bolsoni, C. C., Coelho, E. B. S., Giehl, M. W. C., & d'Orsi, E. (2016). Prevalence of violence against the elderly and associated factors - a population based study in Florianópolis, Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 19(4), 671-682. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150184>
- Brasil. Lei nº 10.741. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União; 01 out 2003.
- Grossi, P. K., & Souza, M. R. R. (2003). Os idosos e a violência invisibilizada na família. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 2(2), 1-14.
- Irigaray, T. Q., Esteves, C. S., Pacheco, J. T. B., Grassi-Oliveira, R., & Argimon, I. I. de L. (2016). Maus-tratos contra idosos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um estudo documental. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(3), 543-551. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000300017>
- Minayo, M. C. de S. (2003). Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 783-791. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300010>
- Oliveira, A. A.V. de, & Trigueiro, D. R. S. G., & Fernandes, M. das G. M., & Silva, A. O. (2013). Maus-tratos a idosos: revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(1), 128-133. Retrived for: <http://www.redalyc.org/html/2670/267028450018>
- Paiva, M. M. de, & Tavares, D. M. dos S. (2015). Violência física e psicológica contra idosos: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(6), 1035-1041. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680606i>
- Quinn, M. J., & Tomita, S. K. (1997). *Elder abuse and neglect: Cause, diagnosis and interventions strategies*. New York: Springer.
- Skirbekk, V., & James, K. S. (2014). Abuse against elderly in India: The role of education. *BMC Public Health*, 14(336), 1-8.
- World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneve: Author.

PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO NA GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM GRUPOS

*Psychological prenatal in high-risk pregnancy:
report on the experience with groups*

Carine Tabaczinski

Psicóloga, Mestranda em Psicologia na Faculdade Meridional (IMED- Passo Fundo, RS),
Pós-graduanda em Psicologia e Maternidade na Faculdade de Araraquara (UNIARA-
ARARAQUARA, SP). E-mail: carinepsico14@gmail.com

Kélin Aparecida da Silva

Psicóloga, Mestranda em Psicologia na Faculdade Meridional (IMED- Passo Fundo, RS).
E-mail: dasilvakelin@gmail.com

Israel Kujawa

Pós-Doutor em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto (FPCEUP-Porto). Docente na Faculdade Meridional (IMED- Passo
Fundo, RS). E-mail: israel.kujawa@imed.edu.br

Resumo

Atualmente, as políticas públicas de saúde preconizam cada vez mais o atendimento humanizado, e no caso da assistência pré-natal, há atenção específica à gestante, ao recém-nascido e à puérpera. O Pré-natal psicológico complementa o pré-natal biomédico e visa promover intervenções psicoeducativas, momentos de escuta e troca de experiências. O presente estudo diz respeito à um relato de experiência de estágio profissionalizante em psicologia, realizado em um hospital geral no interior rio-grandense, que propôs uma intervenção psicológica as gestantes de alto risco que frequentaram o ambulatório da instituição. Os encontros ocorreram semanalmente, durante seis meses, no período da manhã, antes da consulta com o obstetra e contou com a colaboração pontual de outros profissionais da saúde. No decorrer dos encontros, constatou-se que a participação das gestantes no grupo proporcionou alívio aos sentimentos exacerbados, bem como, observou-se indícios de desenvolvimento de uma conduta adaptativa frente às vivências subjetivas desencadeadas pelo contexto de gestação de alto risco.

Palavras-chave: gravidez, assistência pré-natal, psicoterapia de grupo, intervenção psicológica.

Abstract

Currently, public health policies increasingly recommend humanized care, and in the case of prenatal care, there is specific attention to the pregnant woman, the newborn and the puerpera. Psychological prenatal care complements the biomedical prenatal care and aims to promote psychoeducational interventions, moments of listening and exchange of experiences. This study is about an experience report of a psychology internship in a general hospital in the interior of Rio Grande do Sul, which proposed a psychological intervention for high-risk pregnant women attending the institution's outpatient clinic. The meetings were held weekly, for six months in the morning, before the appointment with the obstetrician and had the occasional collaboration of other health professionals. During the meetings, it was observed that the participation of the pregnant women in the group provided relief to the exacerbated feelings as well as evidence of the development of an adaptive behavior towards the subjective experiences triggered by the context of high risk pregnancy. *Keywords:* pregnancy, prenatal care, group psychotherapy, psychological intervention.

Introdução

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde estima-se que, em 1990, aproximadamente 585.000 mulheres em todo o mundo morreram vítimas de complicações ligadas ao ciclo gestacional (Ministério da Saúde, 2007). Os casos de mortalidade perinatal, por vezes, vinculam-se a causas preveníveis, como: o acesso desigual no uso dos serviços de saúde e déficit na qualidade da assistência pré-natal ao parto e ao recém-nascido (Ministério da Saúde, 2012).

A fim de diminuir as altas taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal registradas no Brasil, o Ministério da Saúde através da Portaria/GM nº 569, de 1/6/2000, instaurou o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. Este é amparado nas análises das necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e à mãe no período pós-parto, visando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde aos usuários.

Para tanto, faz-se necessário um atendimento especializado garantido por estratégias disponibilizadas na rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS) (Camillo et al., 2016). Assim, em 2011 o Ministério da Saúde lançou o programa Rede Cegonha que visa garantir à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro, ao crescimento e desenvolvimento saudáveis (Ministério da Saúde, 2011).

Considerando esse novo modelo de assistência humanizado, para Arrais e Araújo (2016) o pré-natal psicológico é um conceito recente de atendimento perinatal. Este pauta-se na escuta e acolhimento das gestantes, capaz de reduzir a ansiedade, promover a adaptação pós-parto e diminuir o índice de depressão pós-parto quando associado a fatores preventivos presentes na história das mesmas (Arrais, Cabral, & Martins, 2012; Almeida & Arrais, 2016).

Através de uma comparação entre pré-natal psicológico (PNP) e pré-natal tradicional, Arrais, Cabral e Martins (2012) obtiveram como resultado a importância do pré-natal psicológico como um espaço de apoio às mulheres, para escuta e

troca de experiências. Ressalta-se a importância do trabalho preventivo do PNP para diminuir os índices de depressão pós-parto, pois permite a desmistificação da maternidade idealizada e adaptação da puérpera a esse período (Arrais, Mourão, & Fragalle, 2014).

A gestação, de acordo com dados do Ministério da Saúde (2010), trata-se de um fenômeno fisiológico e sua evolução se dá, em sua maioria, sem intercorrências. No entanto, existe uma parcela de gestantes que, por tratar-se de portadoras de alguma doença, sofrem algum agravo ou desenvolvem problemas durante o período gestacional. Desta forma, apresentam maiores probabilidades de evolução desfavorável, tanto para o feto como para a mãe (MS, 2010).

As intervenções psicológicas nesses casos estão voltadas aos aspectos emocionais e relacionais deste contexto e na formação e/ou o fortalecimento do vínculo afetivo com o novo indivíduo em formação, protegendo assim, seu desenvolvimento (Caldas, Silva, Böing, Crepald, & Custódio, 2013). O grupo de gestantes faz-se necessário tanto para levantar questões das mães como também para estabelecer a díade mãe-bebê (Cunha, Santos, & Gonçalves, 2012). Ademais, é um momento oportuno antes do parto, onde se abordam queixas pontuais e coletivas sobre a vivência do período gestacional e os aspectos emocionais presentes na internação hospitalar (Herbas, 2014).

Sendo assim, o relato de experiência profissional faz-se necessário ao embasamento das práticas psicológicas no âmbito hospitalar, voltados ao trabalho de prevenção e promoção de saúde nos serviços públicos. Para tanto, este trabalho objetivou relatar a experiência de um grupo de gestantes de alto risco, conduzido por duas psicólogas em formação durante o período de estágio profissionalizante, com ênfase na experiência do pré-natal psicológico aplicado as vivências proporcionadas pelo grupo.

Método

Trata-se de um relato de experiência de uma das atividades de estágio profissionalizante supervisionado, denominada “Grupo de gestantes de alto risco”. Vivenciada por duas estudantes da disciplina de Estágio Profissionalizante em Psicologia Clínica e Saúde, do curso de Graduação em Psicologia de uma instituição do interior rio-grandense. O mesmo foi realizado em um hospital geral da região, especificamente no setor da Maternidade, no período de março a novembro de 2017. O grupo iniciou formalmente no mês de agosto de 2017, após o projeto passar por apreciação da instituição acadêmica e Comitê de Ética da instituição hospitalar em questão.

Apresentou-se uma proposta de intervenção às gestantes de alto risco que frequentaram o ambulatório hospitalar neste período, com o objetivo de promover a humanização da assistência ao processo gravídico-puerperal da mulher, respeitando as condições físicas e psíquicas da mesma. Além disso, buscou-se promover intervenções de caráter psicoterapêutico e psicoprofilático e divulgar informações de cuidado à saúde promovendo o autocuidado das gestantes. O grupo foi aberto e o trabalho teve início a partir do convite das psicólogas em formação, por meio de convites impressos entregues pessoalmente as gestantes, cartazes expostos na maternidade e sala de espera e conversa prévia com médicos e enfermeiras sobre o conteúdo e importância da atividade.

O planejamento previu, em cada encontro: 1) apresentação das coordenadoras, da proposta de trabalho e das participantes; 2) introdução e contextualização do tema proposto pela pelo convidado; 3) problematização; 4) fechamento; e 5) considerações sobre a atividade. Alguns assuntos foram trazidos para discussão pelas coordenadoras, como: os aspectos psicológicos da gravidez, comunicação intrauterina entre mãe-bebê, aspectos psicológicos do pós-parto, prematuridade, doenças gestacionais, parto normal e parto cesáreo e amamentação.

As intervenções com as gestantes de alto risco aconteceram com a formação de um grupo psicoeducativo. O grupo foi conduzido pelas estudantes, sob a supervisão do Setor de Psicologia da instituição e contou também com algumas participações de demais profissionais da saúde. Foram convidados profissionais da Nutrição, Assistência Social, Medicina (Pediatria), Fisioterapia e Enfermagem. Este ocorreu semanalmente, todas às quintas-feiras, das 07h 30min às 8h 30min, em umas das salas de estudos disponibilizadas pelo hospital. Além disso, o serviço em rede proporcionou o seguimento no acompanhamento das gestantes, nos casos de internação hospitalar.

Resultados e Discussão

Os aspectos levantados ao longo dos encontros grupais mostrou que o pré-natal Psicológico atua como fator de proteção na prevenção da depressão pós-parto nas gestantes, onde fatores de risco podem ser minimizados através da abordagem psicoterapêutica. Fato que corrobora com as ideias de Arrais, Mourão e Fragalle (2014) sobre grupos-intervenção.

Além disso, a literatura também relata o pré-natal psicológico voltado à escuta e acolhimento das gestantes, capaz de reduzir a ansiedade e promover a adaptação (Arrais & Araújo, 2016; Arrais, Cabral, & Martins, 2012). Neste sentido, o objetivo central do grupo foi de promover este espaço de escuta e acolhimento diminuindo os níveis de ansiedade frente ao período, sendo este também capaz de proporcionar a readaptação diante das possíveis intercorrências de uma gestação de alto risco.

Ao longo dos primeiros encontros do Grupo de Gestantes de Alto Risco as participantes foram levadas a refletirem e explanaram sobre os aspectos emocionais de suas gestações. Para Caldas, Silva, Böing, Crepald & Custódio (2013) às intervenções da psicologia nas gestações de alto risco estão voltadas, em especial, aos aspectos emocionais e relacionais deste contexto e, na formação e/ou o fortalecimento do vínculo afetivo com o novo indivíduo em formação, protegendo assim, seu desenvolvimento.

Além das intervenções psicoterapêuticas grupais, foram realizadas duas atividades focais. A primeira, denominada “linha da gestação”, propôs a reflexão do processo gestacional, repassando por fatos importantes deste momento. Frisou-se a importância em relatar os principais sentimentos despertados em cada mês, sejam eles positivos ou negativos, destacando aspectos de sua vida familiar que influenciaram neste período significativo.

A segunda, “complete o desenho”, as gestantes iniciaram um retrato acerca de como imaginavam a gestação e, após um breve intervalo de tempo, participantes deveriam passar o desenho para o colega da direita prosseguir, até o mesmo retornar ao familiar de origem. Essas atividades proporcionaram o questionamento acerca dos aspectos comuns da gestação, bem como, os que se diferem entre as participantes

e proporcionando também uma troca de experiências, a qual demonstrou-se fator redutor de ansiedade deste período.

As participantes, na sua maioria, expressaram seus sentimentos de ambivalência frente à alegria da descoberta da gestação e o medo frente ao diagnóstico de alto risco. No entanto, encontram formas positivas de enfrentar as dificuldades, como nos mostra as pesquisas de Dourado e Pelloso (2007), que ressaltam a importância que o acompanhamento pré-natal, o planejamento familiar e a qualidade da reprodução feminina tem na qualidade de vida pessoal das gestantes e a relevância destes aspectos no enfrentamento de uma gestação envolvendo riscos.

A descoberta da gravidez desperta nos pais sentimentos e expectativas que são direcionadas ao bebê, ainda durante o período gestacional. É importante que a mãe reconheça esse corpo que está para nascer como um objeto singular e deposite sua libido na constituição deste novo sujeito (Ferrari, Piccinini, & Lopes, 2007). Essa construção da criança no imaginário materno pode ser dificultada frente uma gravidez de alto risco, como abordado pelas participantes do grupo, onde prevaleceu o choque ao receber a notícia da gravidez e com ela suas possíveis complicações e também sobre a impotência diante deste diagnóstico, impossibilitando-as de “curtir a gravidez” (sic).

A gravidez implica nas fantasias, medos e anseios da mãe sobre o nascimento do bebê. Para poder suprimir tais fantasias, a futura mãe mobiliza inúmeras defesas, a partir disso, passa então a idealizar seu bebê, a percebê-lo como um ser perfeito e amado (Brazelton & Cramer, 1992). As participantes do grupo tinham muitas expectativas em comum sobre o nascimento do filho, bem como, medos e anseios relacionados ao parto e fantasias relacionadas a personalidade do bebê. O grupo proporcionou trocas de experiências entre as participantes, minimizando a ansiedade e proporcionando a compreensão das peculiaridades do período gestacional.

Durante os encontros, as gestantes relataram também ter vivenciado o *choque* inicial frente a descoberta de alguma intercorrência com o filho, sentimento do qual se amenizava com o passar dos dias. Neste sentido, o confronto entre o bebê real e imaginário, abordado por Fleck e Piccinini (2013), pode desencadear uma confusão emocional e estranhamento da mãe frente ao filho. Os autores mencionam que a aproximação das mães com o bebê real é feita de forma gradual bem como a elaboração da perda pelo bebê imaginário do qual poderá ocorrer apenas no período de alta.

Além disso, as famílias podem ainda se deparar diante da possibilidade de terem seu bebê internado em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), consolidando o distanciamento do filho e a sensação de perda, conduzindo os pais a um sentimento de luto (Oliveira, Veronez, Higarashi, & Corrêa, 2013). Luto, que também é vivenciado pelas gestantes que explanaram sobre o sentimento de perda por uma gestação idealizada, o qual foi evidente e inevitável.

As participantes percebiam sua gestação como esperada e que o acompanhamento de alto risco não passava de “um acompanhamento que todas as gestantes têm que fazer mensalmente” (sic). Diante de notícias inesperadas e impactantes a primeira reação é negar a realidade. A negação atua como um mecanismo para evitar manejar a situação que se apresenta, permitindo que o sujeito se recupere com o tempo, sendo em seguida substituída por uma aceitação incompleta (Kubler-Ross, 1996).

No grupo, as mães relataram que apesar do alto risco cada dia era considerado uma conquista e que mesmo diante das adversidades encontram em suas crenças

motivação para enfrentar esse período. A literatura nos mostra a importância de se considerar os aspectos emocionais nestes casos, logo, durante o pré-natal é fundamental que essa gama de sentimentos despertados pelo período gestacional sejam amenizados, proporcionando às gestantes que aprendam a manejar esses sentimentos e, por vezes, superá-los (Wilhelm et al., 2015).

Desta forma, o grupo de gestantes de alto risco proporcionou um espaço de humanização, acolhimento e escuta terapêutica. Além disso, por meio da troca de experiências, o grupo proporcionou as gestantes acolhimento de suas angústias, criando-se uma rede de apoio efetiva entre elas. Ademais, a participação das gestantes nos respectivos grupos proporcionou o alívio dos sentimentos exacerbados, bem como, observou-se indícios dos participantes para o desenvolvimento de uma conduta de enfrentamento diante do período intenso da gestação frente ao alto risco.

Referências

- Almeida, M. N. de C., & Arrais, A. da R. (2016). O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 847-863. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001382014>
- Arrais, A. da R., & Araújo, T. C. C. F. de. (2016). Pré-natal psicológico: perspectivas para atuação do psicólogo em Saúde. *Revista SBPH – Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 19(1), 103-116.
- Arrais, A. da R., Cabral, D. S. R., & Martins, M. H. de F. (2012). Grupo de pré-natal psicológico: avaliação de programa de intervenção junto a gestantes. *Encontro: Revista de Psicologia*, 15(22), 53-76.
- Arrais, A. da R., Mourão, M. A., & Fragalle, B. (2014). O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. *Saúde e Sociedade*, 23(1). doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100020>
- Brazelton, T.B., Cramer, B.G. (1992). O Alvorecer do Apego. In T. B. Brazelton, & B. G. Cramer (Eds.), *As primeiras relações* (pp. 21-36). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Caldas, B. C., Silva, A. L. R. da Boing, E., Crepaldi, M. A., & Custódio, Z. A. de O. (2013). Atendimento psicológico no pré-natal de alto-risco: a construção de um serviço. *Psicologia Hospitalar*, 11(1), 66-87.
- Camilo, B. S., Nitsche, E. A., Salbego, C., Cassenote, L. G., Dal Osto, D. S., & Bock, A. (2016). Ações de educação em saúde na atenção primária as gestantes e puérperas: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFPE* (Online), 10(6), 4894-4901. doi: <https://doi.org/10.5205/reuol.8200-71830-3-SM.1006sup201623>
- Cunha, A. C. B., Santos, C., & Gonçalves, R. M. (2012). Concepções sobre maternidade, parto e amamentação em grupo de gestantes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 139-155.
- Dourado, V. G., & Pelloso, S. M. (2007). Gravidez de alto risco: o desejo e a programação de uma gestação. *Acta Paul Enfermagem*, 20(1), 69-70.
- Ferrari, A. G., Piccinini, C. A., Lopes, R. S. (2007). O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 305-313. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200011>
- Fleck, A., & Piccinini, C. A. (2013). O bebê imaginário e o bebê real no contexto da prematuridade: do nascimento ao 3º mês após a alta. *Aletheia*, 40, 14-30.
- Herbas, D. T. A. de. (2014). Improvisação: experiência com grupo de gestantes. *Revista IGT na Rede*, 11(21), 362- 385. Recuperado de <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807 - 2526.
- Kubler-Ross, E. (1996). Primeiro estágio: negação e isolamento. In E. Kubler-Ross (Ed.), *Sobre a morte e o morrer* (pp. 51-63). São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Ministério da Saúde. (2000). *Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html
- Ministério da Saúde. (2007). *Manual dos Comitês de Mortalidade Materna*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2010). Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Manual Técnico Gestação de Alto Risco*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
- Ministério da Saúde. (2012). Síntese de evidências para políticas de saúde: mortalidade perinatal. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_mortalidade_perinatal.pdf
- Oliveira, K. de Veronez, M., Higarashi, I. H., & Corrêa, D. A. M. (2013). Vivências de familiares no processo de nascimento e internação de seus filhos em UTI neonatal. *Esc Anna Nery*, 17(1), 46-53.
- Wilhelm, L. A., Alves, C. N., Demori, C. C., Silva, S. C. da., Meincke, S. M. K., & Ressel, L.B. (2016). Sentimentos de mulheres que vivenciam a gestação de alto risco: estudo descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 14(3), 284-293. doi: <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20155206>

A INFLUÊNCIA DAS APACS NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS

The influence of APACs in the resocialization of detents

Gabriele Santin Figueiró

Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo IMED, bolsista FAPERGS e membro do Grupo de Pesquisa THAC – IMED, Passo Fundo, RS, Brasil. Email: gabriele.figueiro@hotmail.com

Henrique Aniceto Kujawa

Orientador, professor do mestrado de Arquitetura e Urbanismo Imed, membro do Grupo de Pesquisa THAC – IMED, coordenador do projeto Habitação Rural: uma análise da efetivação da política pública de habitação rural do RS, financiado pela FAPERGS (edital 012017-ARD). E-mail: henrique.kujawa@imed.edu.br

Caliane Christie Oliveira de Almeida Silva

Co-orientadora, docente e pesquisadora do Programa de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo – IMED. Coordenadora do Grupo de Pesquisa THAC – IMED e bolsista de Produtividade da Fundação Meridional, Passo Fundo, RS, Brasil. E-mail: caliane.silva@imed.edu.br

Resumo

O sistema carcerário brasileiro passa por uma grande crise provocada por vários fatores, dentre os quais destacam-se a constituição de organizações criminosas, a superlotação e a inadequação arquitetônica dos espaços. Este artigo tem por objetivo analisar a reincidência criminal no país e os impactos gerados pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs. Estas instituições operam um novo sistema de reabilitação e acompanhamento de seus detentos, incorporando a participação ativa dos mesmos no planejamento da rotina prisional e no funcionamento das unidades, envolvendo familiares e comunidade no processo de cumprimento de pena e reestabelecendo as relações entre indivíduos-espaços como estratégia comportamental de ressocialização dos apenados. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, documental, e o estudo de caso da unidade APAC Santa Luzia de Minas Gerais. Constata-se provisoriamente, a positividade deste modelo como meio efetivo de recuperação e ressocialização dos internos, com índices e relatos otimistas de suas implantações.

Palavras-chave: Modelo APAC. Ressocialização. Reincidência Criminal.

Abstract

The Brazilian prison system is undergoing a major crisis caused by several factors, among which the constitution of criminal organizations, overcrowding and the architectural inadequacy of spaces. This article aims to analyze the criminal recidivism in the country and the impacts generated by the Associations of Protection and Assistance to the Damned - APACs. These institutions operate a new system of rehabilitation and monitoring of their inmates, incorporating their active participation in prison routine planning and the functioning of the units, involving family and community in the process of fulfilling sentences and reestablishing relationships between individuals and spaces as behavioral strategy of resocialization of the victims. The methodology used is the bibliographic review, documentary, and the case study of the APAC Santa Luzia unit of Minas Gerais. The positivity of this model as an effective means of recovering and re-socializing the inmates, with indexes and optimistic reports of their implantations, is provisionally confirmed.

Keywords: APAC model. Resocialization. Criminal recidivism.

1 Introdução

As instituições penais brasileiras deparam-se com o agravamento da crise penitenciária decorrente de múltiplos fatores, dentre eles a carência de investimentos do Estado e o ínfimo apoio social dado aos detentos, tornando mecanismos de ressocialização em proliferadores da criminalidade. Além do mais, o poder público enfrenta dificuldade para cumprir sua função estabelecida na legislação brasileira, regida pelos princípios da Constituição Federal, da Lei de Execução Penal, do Código Penal, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras diretrizes internacionais de regras mínimas para o tratamento do apenado (DULLIUS; HARTMANN, 2016).

A rotina em estabelecimentos prisionais no país é comumente definida por ondas de violência e por segmentações de poder seguindo critérios próprios do ambiente inadequado e superlotado, carregado de estigmas e assolado constantemente por doenças e mortes, que caracterizam os desmontes das instituições presidiárias e dos próprios presídios brasileiros (MINAS GERAIS, 2011). Nestes estabelecimentos encontram-se, ainda, grandes obstáculos para o progresso e eficácia do sistema penal tendo como exemplo a falta de assistência jurídica, aliada à impunidade, à precária infraestrutura dos estabelecimentos, aos altos índices de reincidência e à falta de conscientização populacional, tonando duvidosa a efetiva recuperação dos detentos (DULLIUS; HARTMANN, 2016).

Um dos maiores problemas enfrentados atualmente pelo sistema carcerário é a reincidência criminal, fenômeno caracterizado pelo retorno do presidiário ao ciclo “prisão-liberdade-prisão”, decorrente, dentre outros fatores, das experiências desrespeitosas vividas durante o cumprimento de pena e, principalmente, da insuficiência de políticas destinadas ao apoio ao apenado após a conquista de liberdade (MINAS GERAIS, 2011). Com o intuito de minorar estes problemas, se fez necessária a definição de um novo modelo penal para o país, indo além de medidas paliativas e, com investindo efetivos nas transformações derivadas de novos conceitos de instituições penais (ROLIM, 2003).

Desta necessidade, adveio, em 1972, um modelo prisional singular denominado APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que acredita e investe na recuperação dos apenados, motivando o retorno deste ao convívio social, presumindo que este indivíduo deve regressar a sociedade sentindo-se útil e recuperado para agir como um cidadão de bem (ANDRADE, 2014).

Um dos mais importantes aspectos deste modelo é o cuidado, o pertencimento e a apropriação dos espaços pelos internos, sendo uma fração essencial para a convivência respeitosa com os demais e para uma plena recuperação, valorizando as experiências e transformações que aquele ambiente promove (CAMPOS, 2005).

Segundo Pol (1996), a identificação com o local e a possibilidade de apropriação do espaço pelo apenado são refletidas nas ligações afetivas entre pessoa-ambiente e nas relações de poder sobre o mesmo. Segundo seu ideário, se estas relações possuem aspectos positivos, a apropriação pode se reverberar por meio de atitudes de respeito para com o espaço. No entanto, em relações negativas que envolvem sentimentos de segregação e alienação, a apropriação do ambiente ocorre de maneira hostil, com vandalismos e invasões, comumente presenciado em estabelecimentos penais.

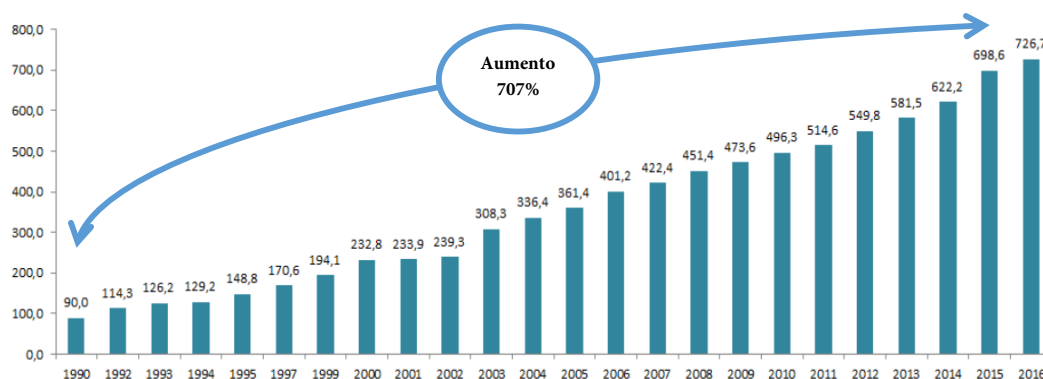
Neste contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar de que formas a política, a estrutura e o programa da APAC de Santa Luzia/MG, conhecida como modelo de implementação no país, influencia e auxilia na humanização da pena e na ressocialização dos detentos, modificando positivamente os índices de reincidência criminal no país. As análises da evolução da população carcerária brasileira e do estado de Minas Gerais, a análise das taxas de reincidência criminal no país, o modo no qual o espaço pode influenciar na humanização e ressocialização definem os objetivos específicos. A metodologia empregada caracteriza-se pela revisão bibliográfica e de documentos pertinentes ao tema, angariados no banco de dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Ministério da Justiça, além dos dados do IBGE, relatórios fornecidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen e da análise projetual do modelo carcerário proposto pela APAC.

O artigo está dividido em três tópicos principais. O primeiro apresenta uma análise evolutiva da população carcerária no Brasil, entre os anos de 1990 e 2016, e o quadro no estado de Minas Gerais do ano de 2006 até 2016. No segundo tópico é destacado os principais estudos sobre reincidência criminal no país e os resultados obtidos por meio destes. O terceiro, por fim, apresenta um breve histórico, a caracterização e os princípios das APACs aprofundando-se no estudo de caso arquitetônico da unidade APAC Santa Luzia/MG.

2 População carcerária brasileira

O agravamento da crise penitenciária no Brasil corrobora-se nos dados fornecidos pelo Ministério da Justiça e pelo Infopen referentes aos índices da população prisional do país desde os anos de 1990 até o ano de 2016, oferecendo um panorama nacional e mundial da atual situação. Mais detalhadamente no ano de 1990, a população carcerária brasileira alcançava o número de 90 mil detentos em todo o território nacional e, ao longo de mais de duas décadas, esse octuplicou, chegando a marca histórica de 726,712 mil detentos representando um aumento de 707% em relação a década de 1990, conforme figura 1 (INFOPEN, 2016).

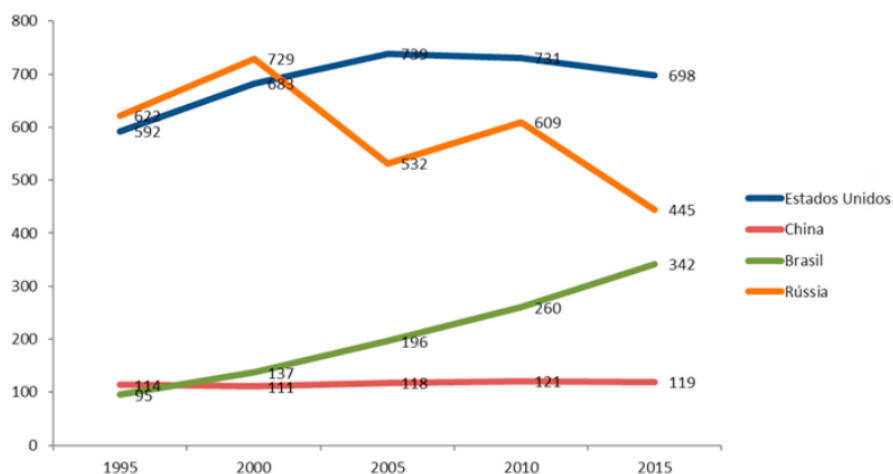
Figura 1. Evolução da população carcerária brasileira entre 1990 e 2016 a cada grupo de 100 mil habitantes



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016.

No contexto internacional, em 2015 o Brasil havia assumido, pela primeira vez, o terceiro lugar no ranking mundial do encarceramento com 698.618 mil detentos, ultrapassando a Rússia (646.085) e ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.145.100) e China (1.649.804). Neste mesmo ano, o país apresentava uma taxa de aprisionamento de 342 detentos para um grupo de 100 mil habitantes, sendo o único país entre os Estados Unidos, a China e a Rússia em que este índice apresentou crescimento nos últimos 5 anos de análise (INFOPEN, 2015).

Figura 2. Evolução da taxa de aprisionamento nos 4 países com maior população carcerária do mundo no período entre 1995 e 2015 para um grupo de 100 mil habitantes



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Dez/2015.

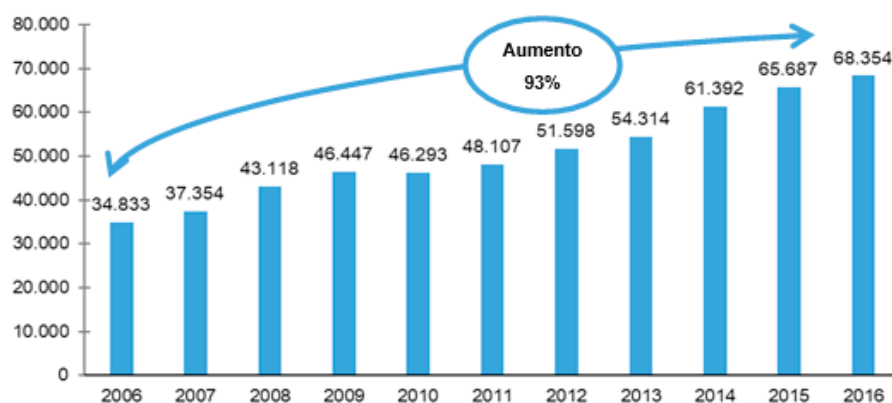
Assim como constata-se na figura 2 o aumento da taxa de aprisionamento brasileiro não cessou entre 2010 e 2015. Mais precisamente em junho de 2016 este número já havia alcançado 352,6 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Observa-se assim, que a crise carcerária no Brasil, o país vem intensificando-se com

o passar dos anos, indo na contramão de países não somente desenvolvidos, como alguns em desenvolvimento, a exemplo do Chile e Peru. O país vem defrontando-se com um grande déficit de vagas no sistema, necessitando, no ano de 2016, de 358.663 mil vagas em presídios de todas as unidades federativas (INFOPEN, 2016).

2.1 População prisional de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais encontra-se como segundo colocado no ranking das unidades federativas com maior população carcerária do país entre os anos de 2006 e 2016, ficando atrás apenas do estado de São Paulo em todo este período. Durante o intervalo de 10 anos, a população prisional do estado teve um aumento de 93%, conforme figura 3, e em junho do ano de 2016 já apresentava um déficit de mais de 31 mil vagas em toda unidade federativa (DEPEN).

Figura 3. Evolução da população carcerária do estado de Minas Gerais entre 2006 e 2016 a cada grupo de 10 mil habitantes



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Todavia, mesmo com este déficit de vagas, Minas Gerais é o estado com maior número de estabelecimentos penais do país, possuindo um total de 189 estabelecimentos destinados ao recolhimento de presos provisórios, presos em regime fechado, semiaberto, aberto, entre outros. Ademais o Ministério da Justiça classifica Minas Gerais como o estado brasileiro com maior percentual de detentos trabalhando em atividades laborais, com um percentual de 30%, seguido de Mato Grosso do Sul com 25% e Rio Grande do Sul com 24% (DEPEN; INFOPEN, 2016).

3 Índices de reincidência criminal no Brasil

Os poucos estudos que abordam as taxas de reincidência criminal do país utilizam-se de diferentes significados sobre o tema para a coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa, partindo de conceitos sociológicos ou jurídicos.

Para a Sociologia, um indivíduo reincidente é aquele que egressa do sistema prisional e volta a cometer um novo delito após o cumprimento da pena pelo crime anteriormente cometido. No Brasil, a interpretação de reincidência criminal sucede-se por seu caráter jurídico, constando no artigo 63 do Código Penal que para uma con-

figuração de reincidência jurídico-penal é imprescindível que haja uma condenação por um crime que não convenha mais nenhum tipo de recurso. Porém os estudos já realizados no país não abordam uma conceituação jurídica, estes aplicaram cálculos para reincidência no âmbito penitenciário (SAPORI; SANTOS; MAAS, 2017).

Os escassos estudos nacionais sobre a reincidência criminal ainda corroboram para uma repercussão de dados muito amplos, pouco úteis para o planejamento de políticas criminais e que não se restringem aos presos condenados e as temporalidades determinadas em legislação. Um dado muito divulgado pela imprensa e por gestores públicos à época determinou uma taxa de 70% de reincidência no país. Entretanto ainda na década 1980 já haviam estudos produzidos para apresentar dados precisos a fim de desmistificar essas informações (IPEA, 2015).

Uma pesquisa realizada no Brasil, com autoria de Adorno e Bordini (1989), acompanhou durante os anos de 1974 e 1985 todos os sentenciados liberados das penitenciárias do estado de São Paulo a fim de se conhecer a magnitude real da reincidência no país. Ao final do estudo chegou-se a uma taxa de 46,03% de reincidentes penitenciários, sendo estes aqueles indivíduos que já haviam cumprido sua pena e foram recolhidos outra vez para casas prisionais (IPEA, 2015).

No ano de 1988, Lemgruber realizou uma pesquisa junto ao Departamento do Sistema Penal (Desipe) no estado do Rio de Janeiro e analisou apenas 5% dos apenados do sistema prisional do estado (8.269 homens e 251 mulheres). Mediante entrevistas e técnicas quantitativas de análises, a taxa final de reincidência totalizou 30,7% (sendo 31,3% para homens e 26% para as mulheres) (IPEA, 2015).

Sob outra ótica de análise, os autores Adorno e Bordini (1991) utilizaram-se do conceito jurídico para reincidência criminal definido no Código Penal Brasileiro, conforme explicitado na figura 4. O estudo considerou apenas os detentos já condenados pela justiça criminal de São Paulo, revelando uma taxa de 29,34% de reincidentes no estado (IPEA, 2015).

No ano de 1994, o Censo Penitenciário Nacional apontou uma taxa de reincidência de 34,4%. Em 2001, Túlio Kahn realiza uma pesquisa para o estado de São Paulo e constata uma taxa de reincidência penal de 50% em 1994; 45,2% em 1995 e 47% em 1996 (IPEA, 2015).

Em 2001, o Ministério da Justiça, por meio do Depen apresentou que a taxa de reincidência em 01 de janeiro de 1998 era de 70%, com metas de redução para 50% até o ano de 2003. Todavia este índice de 70% torna-se de difícil apuração por incluir os presos provisórios, que não necessariamente são condenados. Em análise a figura 4 referente aos estudos realizados no país, nota-se uma grande variação dos índices de reincidência devido aos diferentes conceitos utilizado como base para pesquisa (IPEA, 2015).

Figura 4. Pesquisas brasileiras realizadas sobre reincidência no país

Autor	Conceito de reincidência utilizado na pesquisa	Taxa de reincidência
Sérgio Adorno; Elia Bordini	Reincidência criminal – mais de um crime, condenação em dois deles, independentemente dos cinco anos.	São Paulo: 29,34%.
Sérgio Adorno; Elia Bordini	Reincidência penitenciária – reingresso no sistema penitenciário para cumprir pena ou medida de segurança.	São Paulo: 46,30%.
Julita Lemgruber	Reincidência penitenciária – reingresso no sistema penitenciário para cumprir pena ou medida de segurança.	Rio de Janeiro: 30,70%.
Túlio Kahn	Reincidência penal – nova condenação, mas não necessariamente para cumprimento de pena de prisão.	São Paulo: 50% em 1994; 45,2% em 1995; 47% em 1996.
Depen	Reincidência penitenciária – considerando presos condenados e provisórios com passagem anterior no sistema prisional.	Brasil: 70%; e Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro: 55,15%.

Fonte: Dados IPEA, 2015 adaptados pela autora.

Neste artigo opta-se pelos dados apresentados pelo Depen (2001) como base para análises comparativas entre os diferentes sistemas penitenciários. Em termos de reinserção social, as APACs possuem resultados bem inferiores se comparados aos 70% de reincidência criminal do sistema prisional comum. No ano de 2014, as unidades que utilizavam o Método APAC possuíam taxas de reincidência entre 8% e 15%, demonstrando uma promissora melhora no cenário penitenciário, sendo recomendada a expansão desta metodologia durante mutirões carcerários realizados pelo Conselho Nacional de Justiça em todo o país (CNJ, 2014). Porém, o CNJ não especifica qual metodologia e conceito foi utilizado para se chegar a este dado, não tornando clara a efetiva relação entre os índices das APACs e as taxas fornecidas pelo DEPEN.

4 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC

Criado em 1972, na cidade de São José dos Campos/SP, pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni, juntamente com o auxílio de um grupo de amigos cristãos, o modelo nomeado como APAC mostrou uma nova alternativa para a diminuição da prática de violência com os indivíduos em cumprimento de pena em nosso país (ANDRADE, 2014; FARIA, 2011; D'AGOSTINI; RECKZIEGEL, 2016).

A APAC conforma-se como uma entidade civil de direitos privados, possuindo personalidade jurídica e patrimônio próprios, sem fins lucrativos. Ademais, é uma instituição autônoma nos âmbitos administrativos, financeiros e jurídicos, amparada pela Constituição Federal para atuação em presídios, possuindo um estatuto respaldado na Lei de Execução Penal e no Código Civil (FERREIRA, 2016; MINAS GERAIS, 2011).

O principal objetivo desta instituição, como já mencionado, é a promoção da humanização de ambientes prisionais sem postergar o caráter punitivo do cumprimento de pena, buscando uma diminuição na reincidência criminal, oferecendo alternativas para a recuperação e reintegração dos apenados na sociedade (MINAS GERAIS, 2011). Um dos princípios da atuação da APAC é a aplicação de disciplina, baseando-se no respeito, na ordem, no envolvimento das famílias de detentos e no trabalho, sendo os próprios recuperandos os corresponsáveis por sua recuperação (FERREIRA; OTTOBONI, 2016).

Atualmente o território nacional conta com 115 unidades de APAC distribuídas pelo país, tendo uma maior concentração no estado de Minas Gerais, com 81 instituições (FBAC, 2018). Mundialmente reconhecidas, as APACs já foram implantadas em países africanos (Nigéria, Senegal, Uganda e Zimbábue), europeus (Alemanha, Bielorrússia, Bulgária, Itália, Letônia, Lituânia, Portugal e Ucrânia), asiáticos (Quirguistão, Paquistão e Rússia), países americanos (Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Equador, México, Peru e Uruguai) e países da Oceania (Austrália e Nova Zelândia) (FBAC, 2018b).

4.1 APAC Santa Luzia – MG

Localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, o município de Santa Luzia, recebeu em 2006 o primeiro projeto criado exclusivamente para abrigar uma APAC. Denominada APAC Santa Luzia, a instituição foi desenvolvida para atender 200 detentos, organizados em três setores. O primeiro deles oferece 120 vagas para o regime fechado; o segundo setor 80 vagas para o regime semiaberto; e o último setor composto pela administração do sistema, comportando a secretaria, diretoria, salas de reuniões e um espaço destinado a hospedagem de 12 visitantes em dias de seminários e palestras (CAMPOS, 2005).

Um dos principais diferenciais deste projeto é o seu desenvolvimento a partir de um modelo arquitetônico preconizado para atingir os objetivos de gestão propostos pela APAC. Destaca-se que, partindo do princípio da múltipla influencia entre o indivíduo e o ambiente, o modelo arquitetônico pode contribuir para o comportamento dos internos bem como para sua condição de ressocialização (CAMPOS, 2005).

As inter-relações entre o ambiente e as pessoas refletem no ânimo afetivo, na natureza das comunicações sociais planejadas e obtidas e no status das pessoas envolvidas (CAVALCANTE; ELALI, 2011) demonstrando a importância do planejamento arquitetônico dos espaços e a maneira com a qual os indivíduos se correlacionam.

O ambiente atua em várias características humanas, podendo ser individuais (imagem e orientação corporal, demarcação de uma trajetória entre dois pontos e a concessão de casualidade as ações) ou sociais (utilização de uma determinada linguagem e o desempenho de papéis no grupo e espaço) (ELALI, 2009).

Salientada a relação e a importância do ambiente no humano, o projeto arquitetônico concebe uma maior abertura para novas experiências do ambiente penal e sua gestão, possibilitando a recuperação dos presos por meio da humanização da pena, sem dispensar a segurança e o controle da instituição (CAMPOS, 2005).

Uma das principais estratégias de projeto foi a inserção da APAC no contexto urbano, distando apenas 3 km do centro da cidade, diferentemente dos diversos espaços prisionais brasileiros considerados hiatos ou fraturas urbanas. A aproximação

da edificação com o centro da cidade permitiu a criação de uma grande praça pública que possibilita o acolhimento das famílias dos recuperandos e a integração da comunidade com a instituição. Esta praça conta com banheiros, espaços de oficinas e três lojas que possibilitam o comércio de bens produzidos artesanalmente pelos internos (CAMPOS, 2005).

Neste projeto houve uma distinção espacial entre os diferentes regimes, transformando os pavilhões de celas do regime fechado em unidades habitacionais dispersas do regime semiaberto. As obrigações do interno também se modificam conforme o cumprimento da pena, tendo maior participação e responsabilidades no cotidiano da instituição os internos do regime semiaberto (CAMPOS, 2005), dando aos recuperandos a possibilidade de atuar no ambiente, ressaltando a noção de pertencimento e a importância ao ambiente e suas ações.

A segurança destes espaços passou por uma remodelação e se inseriu com a noção de proximidade, onde funcionários compartilham os mesmos ambientes que os internos promovendo a prática cotidiana de convivência, diálogo e respeito entre os indivíduos (CAMPOS, 2005).

Outra significativa mudança na arquitetura prisional foi a criação de terraços, em diferentes gabaritos, que permitem uma apreciação da paisagem sem estabelecer contato com edificações vizinhas e pedestres. Ademais há uma pulverização de vazios, multiplicando as possibilidades de apropriação e realização de atividades pelos presos e voluntários (CAMPOS, 2005). A figura 5 retrata os diferentes espaços abertos projetados para os internos, valorizando as relações do indivíduo-ambiente e os benefícios que este traz para o indivíduo.

Figura 5. Terraços APAC Santa Luzia



Fonte: <https://m3arquitetura.com.br/category/institucionais/apac-santa-luzia/>

A figura 6 demonstra esquemas feitos pela equipe de arquitetos para comparar o atual modelo com o projeto da APAC, tornando evidente a mudança arquitetônica e projetual.

Figura 6. Diretrizes projetuais APAC Santa Luzia

Modelo atual espaços prisionais	Característica	APAC Santa Luzia
	INSERÇÃO: o projeto da APAC se insere na malha urbana, diferente do modelo atual onde os espaços prisionais ficam distantes do centro da cidade.	
	RELAÇÃO COM A COMUNIDADE: o projeto preocupou-se com a integração comunidade-instituição, criando uma praça pública para uso de recuperandos, familiares e comunidade local.	
	SEGURANÇA: diferente dos sistemas empregados em estabelecimentos penais, a APAC permite uma relação de proximidade entre os recuperandos e os agentes penitenciários, onde estes dividem os mesmos espaços que os recuperandos, criando uma relação de respeito e diálogo.	
	PROGRESSÃO: conforme a progressão de penas e de comportamentos, os recuperandos saem de celas do regime fechado e passam para unidades habitacionais com maior liberdade e participação no funcionamento da APAC.	
	VISÃO: oposto aos presídios, o projeto da APAC buscou criar terraços para gerar visuais ao entorno e a paisagem do local, demonstrando a preocupação da relação indivíduo-ambiente e o bem estar do recuperando.	
	VAZIOS: o projeto cria diferentes vazios entre as edificações, permitindo diferentes usos a estes espaços e permitindo que vários grupos possam utilizar áreas abertas ao mesmo tempo.	
	INDIVIDUALIDADE: a criação de alojamento que possibilitem a privacidade e individualidade sem comprometer a segurança da unidade, remodelam os espaços conhecidos como celas, modificando a relação do indivíduo com o ambiente e consequentemente melhorando a relação entre indivíduos.	

Fonte: Dados Campos, 2005. Elaborado pela autora.

5 Considerações finais

O Brasil vivencia um aumento significativo dos índices de violência e da sensação de insegurança pública. Ao mesmo tempo, o sentimento populacional e as políticas públicas depositam no judiciário e no sistema carcerário a esperança de minimizar o contexto de violência. Por outro lado, a realidade mostra um sistema carcerário, essencialmente, caracterizado pela superlotação e pela baixa capacidade de ressocialização.

O presente estudo demonstrou a existência da reincidência criminal no país por diferentes métodos e conceituações, revelando a falha e inadequabilidade das instituições penais no viés da reinserção social do detento. Neste contexto, o país possui, ainda que em menor quantidade e representatividade, instituições denominadas APACs que vem utilizando metodologias voltadas à ressocialização efetiva do recuperando e a relação do mesmo com o ambiente e demais indivíduos. Os resultados apresentados revelam a contribuição positiva destas instituições para os índices de reincidência, sendo um modelo para os demais estabelecimentos penais por devolver à sociedade indivíduos mais humanos.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à FAPERGS/CAPES pela bolsa concedida e apoio para realização de estudos e pesquisas e aos meus orientadores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo – IMED pelo conhecimento compartilhado e pelo suporte oferecido durante o desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço ao Grupo de Pesquisa THAC – IMED, pela oportunidade de aprendizagem e contribuição em pesquisas.

Referências

- ANDRADE, Durval Ângelo. *APAC: a face humana da prisão*. 2. ed. Belo Horizonte: o Lutador, 2014.
- APAC Santa Luzia*. M3 Arquitetura. Disponível em: <https://m3arquitetura.com.br/category/institucionais/apac-santa-luzia/>. Acesso em: 10 Junho 2018.
- BRASIL. *DEPEN*. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN>. Acesso em: 28 Maio 2018.
- CAMPOS, Alexandre et al. *Espaços Colaterais*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2005. p. 113-132.
- CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (org.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011, 318p.
- CNJ recomenda expansão das APACs para a redução da reincidência criminal no país*. 15 de Abril de 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61552-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>. Acesso em: 10 Junho 2018.
- D'AGOSTINI, Caroline Trevisol; RECKZIEGEL, Roque Soares. O Método APAC e a Humanização do Sistema Penitenciário Brasileiro. *Revista Síntese: Direito Penal e Processual Penal*. Porto Alegre, Ano XVI, v. 95, p. 09-32. dez. 2016. Bimestral.
- DULLIUS, Aladio Anastacio; HARTMANN, Jackson André Müller. Análise do Sistema Prisional Brasileiro. *Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre. Ano XVI. V. 16, n. 95, p. 33-56. dez-jan/2016.

ELALI, Gleice Azambuja. *Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental*. In: Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009.

FARIA, Ana Paula. APAC: Um Modelo de Humanização do Sistema Penitenciário. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 87, abr. 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296. Acesso em: 28 maio 2018.

FBAC (2018a). *Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados*. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=13KjPKttCoky_0WzNMmtdB7gJsok&ll=-16.020904520032275%2C-56.03097160000004&z=4. Acesso em: 8 Junho 2018.

FBAC (2018b). *Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados*. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1oHGYaONE28eiKyMS2oohh5elPJw&ll=76.12565759943845%2C97.15088909999994&z=2>. Acesso em: 8 Junho 2018.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. APAC: sistematização de processos. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. “Reincidência criminal no Brasil”, 2015. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA. Brasília, Ipea.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. *INFOPEN – JUNHO DE 2016*. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em: 13 abril 2018.

MINAS GERAIS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Cartilha APAC: Programa Novos Rumos*. 2011. Disponível em: http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_apac.pdf. Acesso em: 05 Junho 2018.

POL, E. *La apropiacion del espacio*. In: INIGUEZ, L.; POL, E. *Cognicion, representacion y apropiacion del espacio*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 45-62.

ROLIM, M. Prisão e Ideologia: limites e possibilidade para a reforma prisional no Brasil. *Revista de Estudos Criminais*, nº 12, Rio Grande do Sul, 2003.

SAPORI, L. F.; SANTOS, R. S.; MAAS, L. W. D. *Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 32, nº 94, junho, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294092017.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

AVALIAÇÃO DA FELICIDADE DOS MORADORES DE PASSO FUNDO-RS

Evaluation of the happiness of the dwellers of Passo Fundo-RS

Tauana Bertoldi

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional-IMED.

E-mail: tauanabertoldi@hotmail.com

Carla Gabriela Carlot Zorzi

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional-IMED.

E-mail: zorzicarla@gmail.com

Alcindo Neckel

Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional-IMED.

E-mail: alcindo.neckel@imed.edu.br

Resumo

A conceituação do termo “felicidade”, ao se tratar de um indivíduo está fortemente ligada a fatores socioambientais. Dessa forma, a organização da sociedade pode interferir sobre os comportamentos do indivíduo, o que poderá refletir na materialização dos objetivos de forma indireta. O objetivo geral do presente artigo é analisar o nível de felicidade dos indivíduos amostrados, residentes da cidade de Passo Fundo/RS, pelas suas relações de conceber o ambiente. Metodologicamente, alocou-se aportes teóricos de providos de teses, artigos, dissertações e pesquisas documentais, aplicação de instrumentos de pesquisa de maneira quantitativa, aplicado à diferentes faixas etárias da população, abrangendo assim, informações fornecidas de acordo com a percepção de habitantes. Os resultados obtidos revelaram a necessidade de melhorias na infraestrutura urbana da cidade. Essa pesquisa poderá contribuir com arquitetos urbanistas, gestores municipais e técnicos que planejam e pensam a cidade de maneira acolhedora e segura, atendendo assim, as demandas populacionais.

Palavras-chave: Felicidade. Bem-estar. Mobilidade urbana.

Abstract

The conceptualization of the term “happiness”, when dealing with an individual, is strongly linked to socio-environmental factors. In this way, the organization of the society can interfere on the individual’s behavior, which may reflect in the materialization of the objectives in an indirect way. The general objective of this article is

to analyze the level of happiness of the individuals sampled, residents of the city of Passo Fundo / RS, for their relations to conceive the environment. Methodologically, theoretical contributions of theses, articles, dissertations and documentary researches were applied, applying research instruments in a quantitative way, applied to different age groups of the population, thus covering information provided according to the perception of inhabitants. The results showed the need for improvements in the urban infrastructure of the city. This research may contribute to urbanistic architects, municipal managers and technicians who plan and think about the city in a welcoming and safe way, thus meeting the population demands. **Keywords:** Happiness. Welfare. Urban mobility.

1 Introdução

A felicidade da população começou a ser estudada desde a antiguidade. Na Grécia, há cerca de 4 séculos a.C., a felicidade era vista como espécie de um objetivo de vida maximizado os prazeres que a vida pudesse lhes proporcionar (NETTLE, 2005). Já, em meados do século XIX, filósofos afirmam que as políticas sociais trabalhavam a fim de fornecer felicidade para o maior número de pessoas possíveis (SCALCO; ARAÚJO; BASTOS, 2011).

Atualmente, ao estudar o tema felicidade, ainda é considerado instigante, principalmente pelas suas diferentes determinações. Além disso, o termo felicidade, vem sendo debatido também no campo da política, como por exemplo, o país do Reino de Blután. Este, tem como finalidade, aumentar a felicidade nacional bruta ao invés do produto nacional bruto. No Brasil, o tema apresenta interessante crescimento no campo (SCALCO; ARAÚJO; BASTOS, 2011).

O que é a felicidade? Felicidade pode ser definida com facilidade para uns, contudo, para outros pode ser assunto bastante polêmico; uma vez que é tarefa árdua conceituar tal palavra, de grande amplitude em termos de significado e variabilidade de acordo com cada indivíduo, sua maneira de pensar, bem como, de suas expressões. Ao longo da história, os filósofos têm considerado a busca pela felicidade a principal motivadora das ações humanas. Sabe-se que a felicidade é uma sensação, é sentir-se bem, estar bem consigo mesmo. A partir disto, observa-se a individualidade que uma palavra pode ter diante dos membros de uma sociedade. Trata-se de um estado de espírito sem referência fixa; visto que a felicidade de uns, pode vir a ser a infelicidade de outros (DIENER, 1984).

É perceptível que o ser humano muda de comportamento diante de situações, pessoas e principalmente na presença de determinados ambientes. O “cenário” em que o indivíduo se encontra pode dizer muito sobre sua maneira de agir e sobre a forma como este se sente. Da mesma forma, a organização da sociedade pode interferir sobre os comportamentos do indivíduo, esta refletirá a materialização dos objetivos de forma indireta (MATOS, 2007). Ao passo que as atitudes de uns para com os outros alterem a percepção espacial e sensorial dos mesmos, cabe aos Urbanistas qualificar o meio urbano para que haja incentivo e engajamento psicologicamente induzidos através da organização espacial de uma cidade; fornecendo suporte para que as pessoas que ali vivem sintam-se bem em meio ao caos urbano, gerado pela pressa do dia-a-dia (RODRIGUES, 2012).

Inúmeras vezes, confunde-se felicidade com liberdade; o que é errôneo, uma vez que a primeira pode auxiliar no caminho da segunda, proporcionando o livre arbítrio de fazer escolhas de maneira consciente, sabendo administrar as consequências de seus atos. É de suma importância que os planejadores do meio urbano utilizem tal liberdade para realizar boas escolhas na hora de planejar as cidades; haja vista, tais alternativas refletirão em um grande número de pessoas por tempo indeterminado; influenciando, diretamente a saúde mental das pessoas que ali residem ou estão, até mesmo, de passagem. Afinal, a felicidade não é permanente, uma vez que não há a possibilidade de alguém estar bem o tempo todo, porém, não há necessidade de que a esta se torne um conceito utópico, uma eterna projeção de como as coisas deveriam ou poderiam ser, mas não são (RODRIGUES, 2012).

Segundo Chaves (2007) não basta apenas falar da importância da liberdade e da felicidade, mas é necessário questionar as condições oferecidas para que elas existam e o tipo de homem que está sendo constituído, de modo torna-se possível inferir sobre a possibilidade ou não da sua existência. Nisto, reduz-se a subjetividade na esfera da sociedade, articulando o pensamento sobre a liberdade e a felicidade às condições concretas de existência, à dinâmica da socialização e à formação dos indivíduos (CHAVES, 2007).

Felicidade nada mais é que a satisfação do indivíduo a respeito da sua forma de vida. Esta é caracterizada a partir da avaliação que uma pessoa realiza sobre critérios pessoais e únicos como por exemplo, pode-se perguntar qual o grau de felicidade na vida de duas pessoas, ambas podem responder entre 0 e 10 (felicidade máxima) o mesmo ou diferente grau, sendo que a resposta obtida é de acordo com as razões individuais dos entrevistados. É por isso, que a avaliação da felicidade é considerada uma avaliação subjetiva (PAIS-RIBEIRO, 2012).

Muitas são as percepções, sendo que para Scalco, Araújo e Bastos (2011) a felicidade pode-se ser entendida como o quanto as pessoas estão satisfeitas com a forma de vida que possuem. Além disso, também pode ser avaliada a partir do grau, segundo uma pessoa pode avaliar positivamente a qualidade de vida no presente (SCALCO; ARAÚJO; BASTOS, 2011).

A felicidade pode ser classificada em três categorias: Primeira categoria, estuda o bem-estar através de critérios como a virtude e a sanidade, onde define-se o qual a qualidade desejável de modo não subjetivo. A segunda categoria, foi formulada por cientistas sociais e investiga quais são as características que levam os indivíduos a avaliar suas vidas a partir dos termos positivos. Já, a terceira categoria, leva em consideração o que o estado denota uma preponderância do afeto positivo sobre o negativo. Além disso, ressalta o quanto as pessoas estão passando por experiências emocionais sendo estas positivas ou negativas (SCALCO; ARAÚJO; BASTOS, 2011).

Por outro lado, existem três aspectos sobre bem-estar – sendo este importantíssimo para avaliação da felicidade. Assim,

O primeiro é a subjetividade - o bem-estar reside dentro da experiência do individual; o segundo consiste no entendimento de que bem-estar não é apenas a ausência de fatores negativos, mas também a presença de fatores positivos; o terceiro salienta que o bem-estar inclui uma medida global ao invés de somente uma medida limitada de um aspecto da vida (SCALCO; ARAÚJO; BASTOS, 2011, p. 44).

2 Metodologia

Em maio de 2018, realizou-se um estudo transversal de base populacional na zona urbana do município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. A investigação foi conduzida pelos graduandos do curso de Arquitetura e Urbanismo integrados ao núcleo de estudos e pesquisas em mobilidade urbana – NEPMOUR, da Faculdade Meridional campus Passo Fundo.

O município de Passo Fundo localiza-se no norte do estado do Rio Grande do Sul e possui cerca de 198.799 habitantes, segundo a última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), e população demográfica de 235,92 habitantes por quilômetro quadrado, entre as coordenadas Latitude: -28.2612, e Longitude: -52.4083 28°.

O estudo caracteriza-se como quantitativo e foi aplicado a partir de um questionário online onde as pessoas o respondiam por livre e espontânea vontade, obtendo, 60 respostas o total. A partir disso, os dados foram analisados de acordo com as informações fornecidas de acordo com a percepção de habitantes entre quinze à maiores de sessenta e cinco anos de idade.

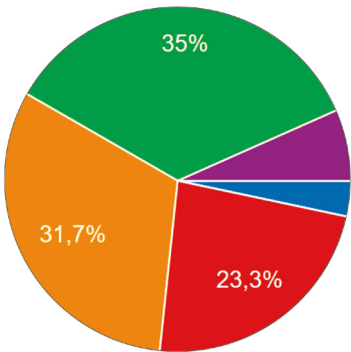
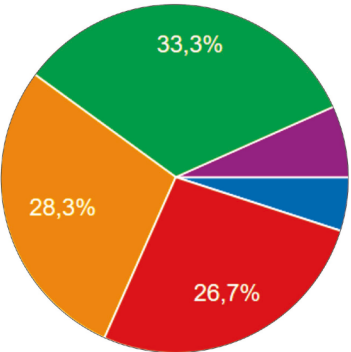
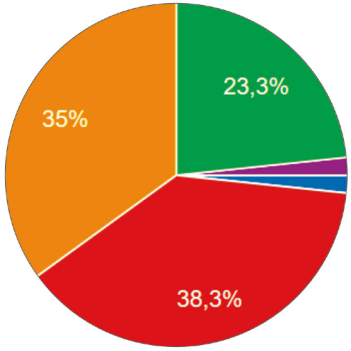
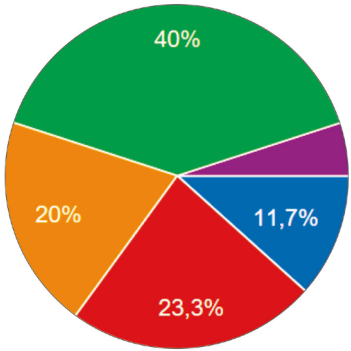
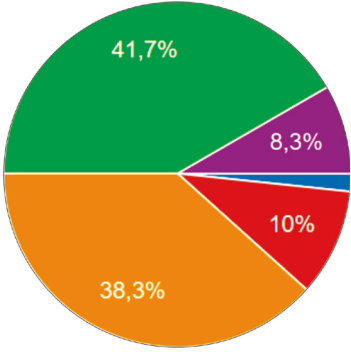
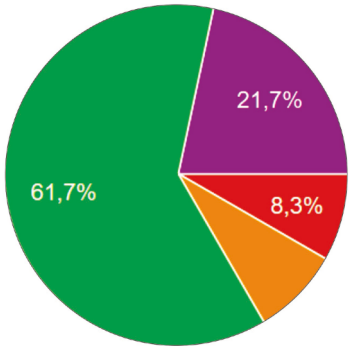
3 Resultados e discussão

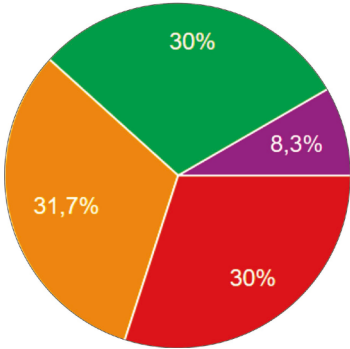
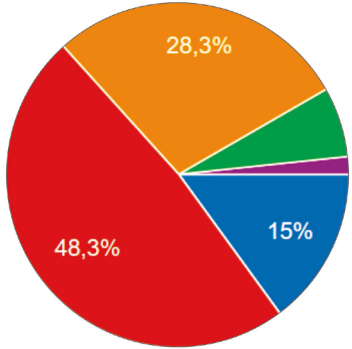
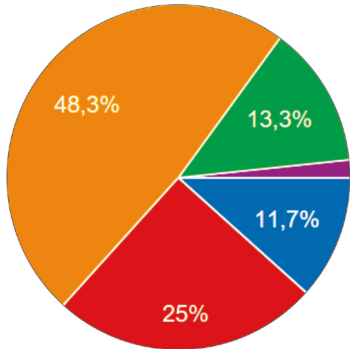
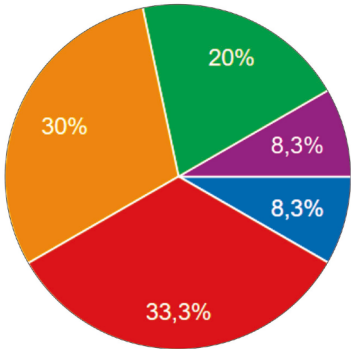
Os resultados obtidos por meio da amostragem online geraram sessenta respostas a fim de obtenção de um resultado para análise geral da problemática. Dentre as respostas, 66% das respostas correspondem em indivíduos de 15 a 25 anos de idade, seguido de 20% de 25 a 35 anos e consecutivamente 5% de 55 a 60 anos. Além disso, 53% correspondem ao gênero feminino, e 46% ao masculino.

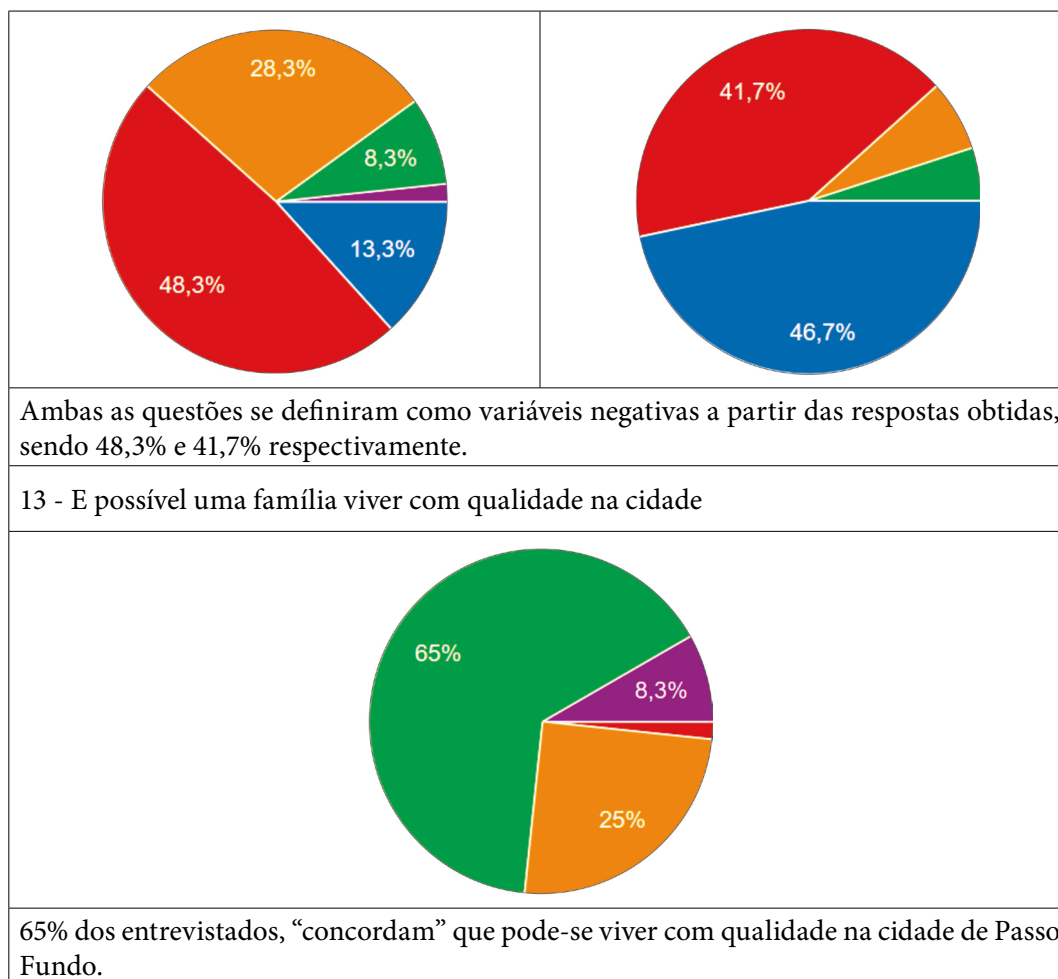
Referente aos bairros, os que apresentaram maior número de respostas correspondem ao centro, São Cristóvão, e Vila Rodrigues com 29 respostas; 7 respostas e com 6 respostas respectivamente. Além disso, questionou-se referente a renda familiar onde, 38% dos entrevistados apresentam mais de cinco salários mínimos; 31% de quatro a cinco salários mínimos, e 15% de dois a três salários mínimos. Também sobre a escolaridade, 61% apresentam ensino superior incompleto, 20% possuem pós-graduação e 10% ensino superior completo.

Foram realizadas outras perguntas no questionário (Quadro 1).

Quadro 1. Resultados obtidos

01 - Há muitas coisas na cidade que eu tenho orgulho em apresentar aos visitantes	02 - Há muitos parques em Passo Fundo
	
<p>Percebe-se que 31,7% dos entrevistados não concordam, nem discordam referente a pergunta 1, onde questiona-se se “há muitas coisas na cidade que eu tenho orgulho em apresentar aos visitantes” o que representa uma variável neutra para a avaliação da felicidade. Já ao questionar se existem ou não muitos parques na cidade de Passo Fundo, 33,3% dos entrevistados responderam concordam, referindo-se que sim há muitos parques. Isto representa uma variável positiva.</p>	
03 - Há muitas instalações desportivas na cidade	04 - É conveniente usar o transporte público (ônibus) na cidade
	
<p>35% dos respondentes responderam “discordo” ao referir-se se há instalações desportivas na cidade de Passo Fundo, sendo deste modo, uma variável negativa. A questão 4 em contrapartida, representa uma variável positiva; pois 40% dos respondentes “concordam” em utilizar o transporte público da cidade, sendo este conveniente.</p>	
05 - Passo Fundo é uma cidade bonita	06 - Tem acesso facilitado ao comércio (muitas lojas)
	

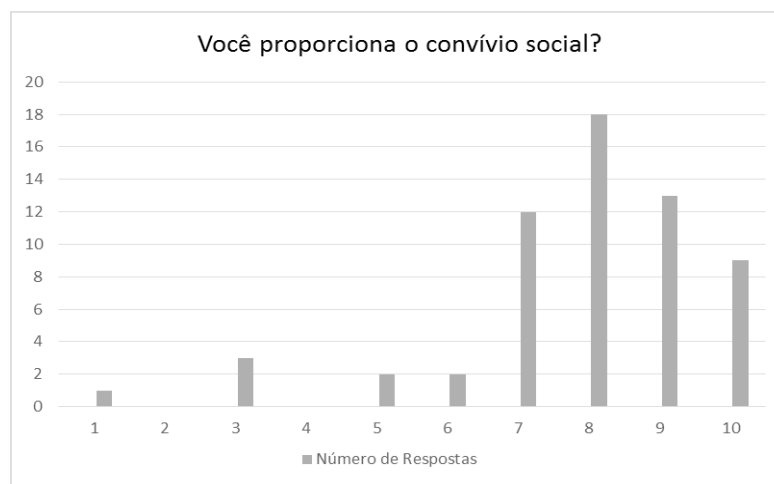
<p>Como resultado positivo, 41,7% dos entrevistados “concordam” em dizer que sim Passo Fundo é considerada uma cidade bonita e também; 61,7% também “concordam” que as pessoas possuem acesso facilitado ao comércio do município, sendo assim, ambas as questões são consideradas como variáveis positivas.</p>																					
07 - A cidade permite fácil acesso a instalações de cultura e de lazer (cinemas, museus e salas de concerto)	08 - A mobilidade urbana e adequada para transitar pela cidade																				
 <table border="1"> <caption>Data for Question 07</caption> <thead> <tr> <th>Response</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concordo</td> <td>31,7%</td> </tr> <tr> <td>Concordo parcialmente</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Discordo</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Não concordo nem discordo</td> <td>8,3%</td> </tr> </tbody> </table>	Response	Percentage	Concordo	31,7%	Concordo parcialmente	30%	Discordo	30%	Não concordo nem discordo	8,3%	 <table border="1"> <caption>Data for Question 08</caption> <thead> <tr> <th>Response</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concordo</td> <td>48,3%</td> </tr> <tr> <td>Concordo parcialmente</td> <td>28,3%</td> </tr> <tr> <td>Discordo</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Não concordo nem discordo</td> <td>8,3%</td> </tr> </tbody> </table>	Response	Percentage	Concordo	48,3%	Concordo parcialmente	28,3%	Discordo	15%	Não concordo nem discordo	8,3%
Response	Percentage																				
Concordo	31,7%																				
Concordo parcialmente	30%																				
Discordo	30%																				
Não concordo nem discordo	8,3%																				
Response	Percentage																				
Concordo	48,3%																				
Concordo parcialmente	28,3%																				
Discordo	15%																				
Não concordo nem discordo	8,3%																				
<p>31,7% dos entrevistados “não concordam, nem discordam” ao referir-se se a cidade possui fácil acesso a centros que proporcionam cultura, lazer e educação ao público em geral. Além disso, 48,3% “discordam” que a mobilidade urbana é adequada para transitar pela cidade isso devido à má qualidade dos passeios públicos, tráfego de veículos intenso e congestionado em determinados pontos e horários.</p>																					
09 - É fácil para as crianças ingressar em uma escola de qualidade	10 - É fácil ter acesso a bons serviços de saúde																				
 <table border="1"> <caption>Data for Question 09</caption> <thead> <tr> <th>Response</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concordo</td> <td>48,3%</td> </tr> <tr> <td>Concordo parcialmente</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Discordo</td> <td>13,3%</td> </tr> <tr> <td>Não concordo nem discordo</td> <td>11,7%</td> </tr> </tbody> </table>	Response	Percentage	Concordo	48,3%	Concordo parcialmente	25%	Discordo	13,3%	Não concordo nem discordo	11,7%	 <table border="1"> <caption>Data for Question 10</caption> <thead> <tr> <th>Response</th> <th>Percentage</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concordo</td> <td>33,3%</td> </tr> <tr> <td>Concordo parcialmente</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Discordo</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Não concordo nem discordo</td> <td>8,3%</td> </tr> </tbody> </table>	Response	Percentage	Concordo	33,3%	Concordo parcialmente	30%	Discordo	20%	Não concordo nem discordo	8,3%
Response	Percentage																				
Concordo	48,3%																				
Concordo parcialmente	25%																				
Discordo	13,3%																				
Não concordo nem discordo	11,7%																				
Response	Percentage																				
Concordo	33,3%																				
Concordo parcialmente	30%																				
Discordo	20%																				
Não concordo nem discordo	8,3%																				
<p>Ao questionar se é fácil o acesso das crianças à uma escola de qualidade, 48,3% “não concordam, nem discordam”; já ao perguntar se é fácil ter acesso a bons serviços de saúde, 33,3% dos entrevistados discordam pelo fato de que muitas vezes precisam ficar horas na fila esperando por atendimento isso porque, o sistema único de saúde infelizmente ainda é ineficiente no Brasil.</p>																					
11 - Tem acessibilidade para as pessoas socialmente desfavorecidas, como pessoas com idade mais avançada, com mobilidade reduzida e para classes sociais menos favorecidas	12 - É seguro caminhar pela cidade a noite																				



Fonte: Autores (2018).

Conforme o Figura 1, a maioria dos indivíduos respondentes afirmam proporcionar convívio social; como por exemplo atividades como eventos esportivos, eventos escolares, entre outros, sendo fator positivo para a análise de felicidade.

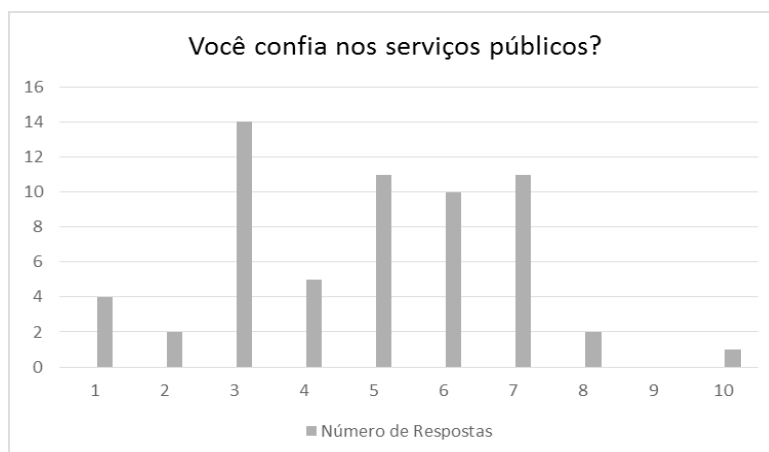
Figura 1 – Número de pessoas que proporcionam convívio social.



Fonte: Autores (2018).

De acordo com a Figura 2, a confiança dos indivíduos respondentes nos serviços públicos, aponta estar sendo entre baixa e regular, muito provável pelo estado precário em que os mesmos encontram-se, estando difícil encontrar serviços de saúde eficientes.

Figura 2 – Número de pessoas que confiam nos serviços públicos.



Fonte: Autores (2018).

Infelizmente, ainda a maioria das pessoas não desenvolvem trabalhos sociais. Mesmo assim, vale ressaltar a verdadeira importância do mesmo em prol a sociedade (Figura 3).

Figura 3 – Número de pessoas que realizam trabalho social.



Fonte: Autores (2018).

Referente às oportunidades de emprego, esta varia desde o que menos recebe-as até os que as recebem mais ou menos, sendo menor o número de pessoas que geralmente recebem-nas (Figura 4).

Figura 4 – Número de pessoas que percebem as oportunidades de emprego.



Fonte: Autores (2018).

Em relação a felicidade sobre a cidade, percebe-se que cerca de 15 indivíduos se sentem medianamente felizes (indicaram 7 na escala máxima) e 14 infelizes (indicaram 1 na escala máxima). Isso é relativo de modo individual, variado conforme o nível de qualidade imposto de cada indivíduo com sua vida (Figuras 5 e 6).

Gráfico 5 – Número de pessoas que consideram-se felizes.



Fonte: Autores (2018).

Figura 6 – Número de pessoas que consideram-se infelizes.



Fonte: Autores (2018).

3 Conclusão

A presente pesquisa destaca a importância das variáveis ou fatores que proporcionam a sensação de felicidade, bem como de bem-estar de um indivíduo perante a cidade, sendo que no atual estudo, levou-se como consideração o perímetro urbano do município de Passo Fundo/RS-Brasil. A partir disso, o estudo, a partir de um questionário que fora aplicado à indivíduos residentes do município de Passo Fundo, possibilitou uma análise e compreensão da percepção da população referente ao grau de felicidade de cada um perante as características e apontamentos levantados.

De acordo com a análise do questionário, percebe-se que de modo majoritário, os indivíduos encontram-se felizes ou neutros referente aos parques urbanos da cidade, onde podem desfrutar do tempo livre com suas famílias e o também para a prática de esportes, além disso, a maioria dos entrevistados destacam Passo Fundo sendo uma cidade bonita, sendo que é viável a utilização do transporte público a fim de deslocar-se de um ponto ao outro. Por outro lado, ao referir-se a segurança, como um dos itens questionados, os indivíduos sentem-se inseguros em certos horários, devido a ocorrências de violência. Porém, de acordo a maioria dos entrevistados revelam-se estar felizes com a cidade, sendo isso consequência de todas as variáveis questionadas como saúde, educação, áreas de lazer, educação, entre outras.

Referências

- DIENER, Ed. Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, v. 95, n. 3, p. 542-575, jan. 1984.
- MATOS, Patrícia Pires de. *Comportamentos dos indivíduos na organização*. 2007. Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Desempenho/Artigo/4644/comportamentos-dos-individuos-na-organizacao.html>
- NETTLE, D. Happiness: The science behind your smile. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.
- PASSO FUNDO. IGE. *População*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passofundo/panorama>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- PAIS-RIBEIRO, J. L. Validação transcultural da Escala de Felicidade Subjectiva de Lyubomirsky e Lepper. *Psicologia, Saúde e Doenças*, Lisboa, p. 157-168, 2012.
- RODRIGUES, Lucas. *Qual cidade estamos construindo? E qual o papel do arquiteto e urbanista nesse processo?* 2012. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/218/artigo257995-1.aspx>
- SCALCO, D. L.; ARAÚJO, C. L.; BASTOS, J. L. Autopercepção de Felicidade e Fatores Associados em Adultos de uma Cidade do Sul do Brasil: Estudo de Base Populacional, 2011.

DESENVOLVIMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE LIGANTES DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL: AVALIAÇÃO DA CONDUTIVIDADE TÉRMICA DE ARGAMASSAS

*Development and characterization of binders
of lower environmental impact: evaluation of thermal
conductivity of mortars*

Rafael Kaiser

Rafaela Casanova

Francieli Tiecher Bonsembiante

Luciana Oliveira Fernandes

Richard Thomas Lermen

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo avaliar a condutividade térmica dos materiais utilizados na construção civil, como a argamassa de revestimento. Foram produzidos corpos de prova com argamassa de areia natural e areia de britagem e submetidos a ensaios de condutividade térmica após 28 dias de cura, utilizando o método de fio quente superficial. A aquisição de dados do ensaio foi realizada através de algoritmos no software Python e uma plataforma de prototipagem Arduino. Foram analisados os resultados e concluídos que a argamassa de areia de britagem se mostra com desempenho térmico superior a argamassa de agregado convencional.

Palavras-chave: Condutividade Térmica. Argamassa. Areia Natural. Areia Britagem.

Abstract

The main objective of this work is to analyze the thermal conductivity of natural sand and crushed sand mortar. The test specimens were produced with the two aggregates and submitted to thermal conductivity tests after 28 days of curing using the superficial hot wire method. The acquisition of test data was performed using Python algorithms and an Arduino prototyping platform. The results were analyzed and concluded that the crushed sand mortar is shown with thermal performance superior to conventional aggregate mortar.

Keywords: Thermal Conductivity. Mortar. Natural sand. Sand Crushing.

1 Introdução

O emprego de materiais cimentícios alternativos vem sendo largamente estudado nas últimas décadas, visto o grande impacto ambiental dos materiais tradicionais (METHA; MONTEIRO, 2008). Tais materiais, ao serem empregados precisam apresentar comportamento, no mínimo, equivalente aos materiais comumente empregados.

Neste sentido, quando se fala do emprego de materiais alternativos em argamassas, é necessário buscar boa trabalhabilidade no estado fresco, resistência mecânica e de aderência, bem como, bom desempenho térmico, entre outros.

Na confecção de argamassas empregando os materiais tradicionais já se tem conhecimento do comportamento dos materiais. Entretanto, ao empregar novos materiais estudos precisam ser realizados a fim de atender as exigências normativas.

O pó de brita é um resíduo obtido da britagem das rochas para obtenção de agregado graúdo. Normalmente esse resíduo não é empregado na produção de argamassas devido às dificuldades de dosagem. Entretanto, trata-se de uma alternativa interessante frente à escassez de areia de rio, que vem se agravando nos últimos anos (SILVA, 2005).

O presente estudo tem como objetivo principal avaliar a condutividade térmica de argamassas de revestimento confeccionadas com resíduos de britagem.

2 Programa experimental

2.1 Caracterização dos materiais

A caracterização dos materiais consistiu nos ensaios de análise granulométrica, massa específica e unitária. Antes de iniciar a caracterização, os materiais foram separados e passaram pelo processo de secagem, sendo espalhados por uma superfície plana e limpa, pois os volumes eram maiores que a estufa suportaria, onde seria o procedimento mais adequado de acordo com as normativas.

A análise granulométrica segue a norma ABNT NBR 7211:2005, onde as amostras representativas de um lote de agregados miúdos, coletadas de acordo com a ABNT NBR NM 26 e reduzidas para ensaio de acordo com a ABNT NBR NM 27, são colocadas sobre um jogo de peneiras e submetidas à agitação em agitador mecânico de peneiras.

Após o peneiramento o material é pesado individualmente para sabermos o peso do material retido após o processo, para determinação dos percentuais retidos, acumulados, módulo de finura e dimensão máxima característica, além do traçado da curva granulométrica.

Também foram determinadas as massas específica e unitária dos agregados, de acordo com a NBR NM 52. O ensaio de massa unitária é feito com um recipiente metálico retangular, onde se calcula o seu volume e afere-se o seu peso vazio. O recipiente é preenchido com o agregado e pesado novamente, faz-se a subtração dos valores de peso cheio por vazio e divide-se pelo seu volume.

2.2 Materiais utilizados e produção das argamassas

Para produção das argamassas, além das areias natural e de britagem, foi empregado cimento CP IV 32, da marca Votorantim e cal CH II, da marca Dagoberto Barcellos (DB). A figura 1 mostra os materiais empregados para produção das argamassas.

Figura 1. Materiais empregados na produção das argamassas



Fonte: Autor (2018).

O processo de moldagem das argamassas foi feito de acordo com a normativa ABNT NBR 13276:2002. Os materiais foram separados e pesados de acordo com o traço estabelecido de 1:2:6.

A relação a/c (água/cimento) empregada foi àquela necessária para obtenção de argamassas com índice de consistência de (255 ± 10) mm. Sendo assim, para a argamassa com areia de britagem a relação a/c foi de 1,5. Para a areia natural, essa relação a/c foi maior, ficando igual a 2,0. As figuras 2 e 3 mostram o ensaio de consistência sendo realizado.

Figura 2. Materiais separados para produção das argamassas



Fonte: Autor (2018).

Figura 3. Ensaio de consistência das argamassas



Fonte: Autor (2018).

O ensaio para avaliação da consistência das argamassas foi realizado segundo a NBR 13276:2002. Após o ensaio foram produzidos os corpos de prova, de 5x10cm para ensaio de resistência à compressão, seguindo a ABNT NBR 13281/2005, e placas de 30cm, para avaliação da condutibilidade térmica dos materiais.

2.3 Avaliação da condutividade térmica

Para a avaliação da condutividade térmica, foi utilizado um arduino e um software (algoritmo desenvolvido em Python). Este dispositivo segue a técnica do fio quente superficial, a qual é uma variante da técnica de fio quente paralelo.

Para a coleta dos dados foi utilizado um sistema de aquisição onde as temperaturas são aferidas através de quatro ntc's (negative temperature coeficiente) de 10 k Ω calibrados para um intervalo de temperatura de 5°C a 100°C. Um fio de Kanthal, com 0,2 mm de diâmetro, foi utilizado como fio quente. Uma corrente elétrica foi aplicada no fio, aquecendo-o através do efeito Joule. Esta corrente elétrica é gerada por uma fonte de potência (6V e 1,5A).

3 Resultados

3.1 Caracterização dos materiais

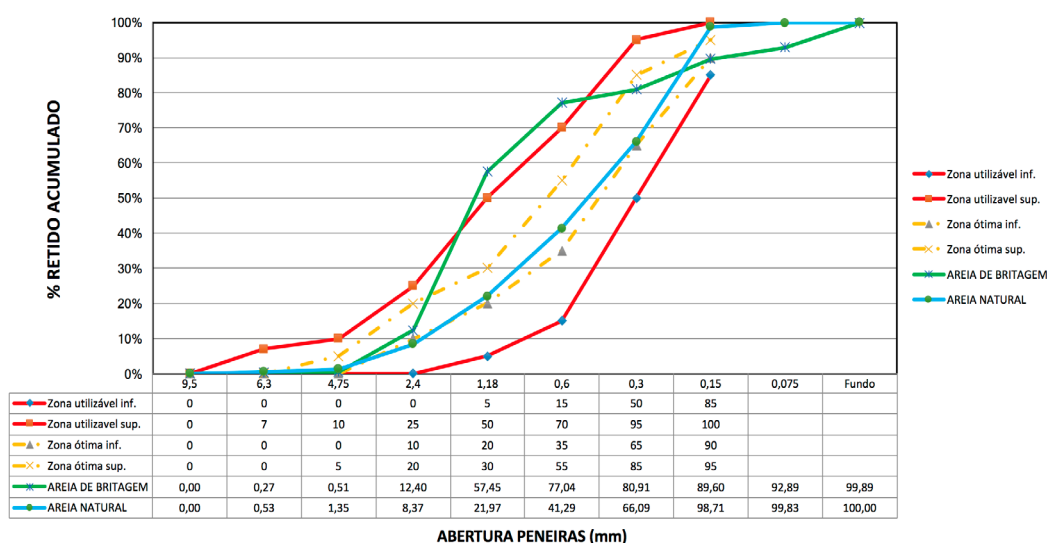
A tabela 1 apresenta os resultados obtidos durante a análise granulométrica das areias natural e de britagem. A partir desses resultados verificou-se que o módulo de finura da areia natural é de 4,56, sendo assim considerada uma areia muito grossa, e da areia de britagem 3,16, classificando-se como uma areia média. A dimensão máxima característica de ambas as areias foi de 9,5mm.

Tabela 1. Porcentagem retido acumulado das areias

% RETIDO ACUMULADO		
PENEIRAS	BRITAGEM	NATURAL
9,5	0,00	0,00
6,3	0,00	1,00
4,75	1,00	1,00
2,4	12,00	8,00
1,18	57,00	22,00
0,6	77,00	41,00
0,3	81,00	66,00
0,15	90,00	99,00
0,075	93,00	99,00
FUNDOS	100,00	100,00

Fonte: Autor.

A figura 4 mostra a curva de distribuição granulométrica das areias e a tabela 2 apresenta os resultados de massa específica e unitária de ambos os agregados estudados.

Figura 4. Curva granulométrica dos agregados

ABERTURA PENEIRAS (mm)

Fonte: Autor (2018).

Tabela 2. Massa específica e Massa unitária das areias

AREIA	MASSA ESPECÍFICA (g/cm³)	MASSA UNITÁRIA (g/dm³)
BRITAGEM	2,84	1,71
NATURAL	2,57	1,63

Fonte: Autor (2018).

Conforme pode ser observado na Figura 4, a areia de britagem não se enquadra dentro da faixa utilizável da NBR 7211:2005, ao contrário da areia natural, que está na faixa ótima. Entretanto, o resíduo da britagem foi empregado da maneira como foi obtido.

Como já era esperado, as massas específica e unitária da areia de britagem são maiores, ou seja, trata-se de um material mais pesado e com maior compacidade devido ao empacotamento proporcionado pela grande quantidade de finos presentes.

3.2 Caracterização mecânica das argamassas

Os resultados do ensaio de resistência à compressão das argamassas podem ser visualizados na tabela 3.

Tabela 3. Resistência à compressão das argamassas (MPa)

Tipo de agregado	
Areia natural	Areia de britagem
4,73	4,83
3,78	4,76
4,01	4,78
4,40	4,60
4,6	4,77
Média 4,30	Média 4,75

Fonte: Autor (2018).

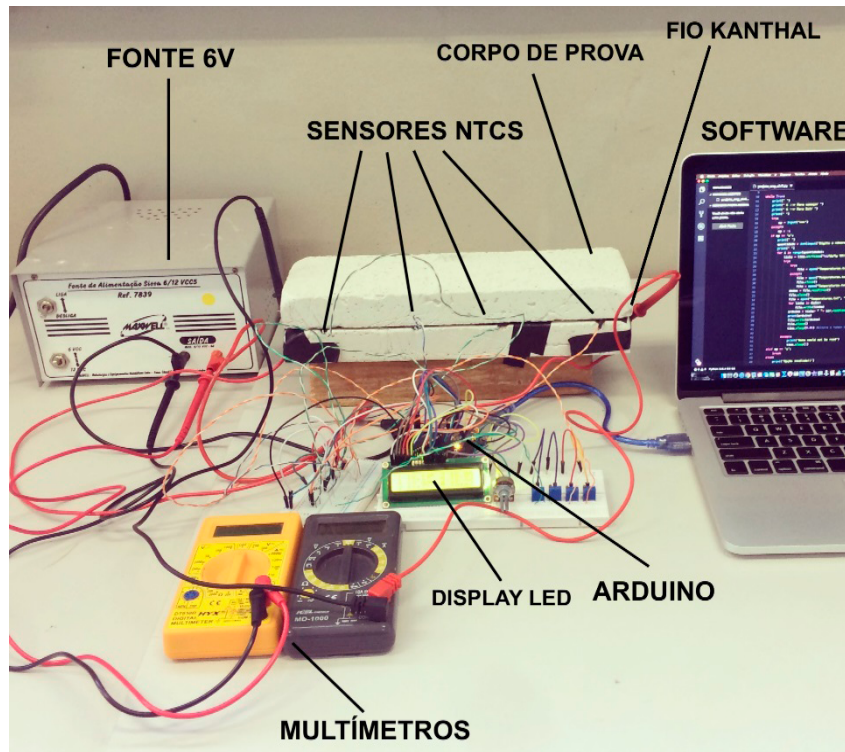
A resistência à compressão média da argamassa produzida com areia natural é de 4,30MPa e para a areia de britagem a resistência obtida foi de 4,75MPa, ou seja, a argamassa com areia de britagem mostra-se mais resistente que a argamassa com areia natural. Ambas as argamassas atendem as resistências mínimas requeridas pela NBR 13281/2005.

A maior resistência obtida com o resíduo de britagem deve-se à relação a/c empregada, que foi menor para essa argamassa. Além disso, em função das características da areia de britagem, que possui grãos mais angulosos, segundo o que relata a literatura Lodi (2006), ocorre maior travamento entre os grãos de agregado e a pasta de cimento, bem como, devido empacotamento granulométrico promovido pela areia de britagem, em função da quantidade de finos, que nesta areia é bem maior.

3.3 Avaliação da condutividade térmica das argamassas

Conforme descrito no item 2.3, a avaliação da condutibilidade térmica foi realizada pelo método do fio quente. A figura 5 mostra o princípio de funcionamento do método.

Figura 5. Método fio quente superficial



Fonte: Autor (2018).

Para determinação da condutividade térmica, uma fonte 6V faz passar uma corrente elétrica constante através do fio kanthal que é aquecido através dos ntcs (sensores de temperatura) onde registra-se o aumento de temperatura no material e os dados são enviados pelo arduino. (FAVARETTO, 2018). Um algoritmo em Python salva os resultados em um arquivo .txt, onde os dados são importados e interpretados no Excel. Os valores de tensão e corrente são aferidos por 2 multímetros no momento do ensaio. A condutividade térmica, é calculada através da Equação 1.

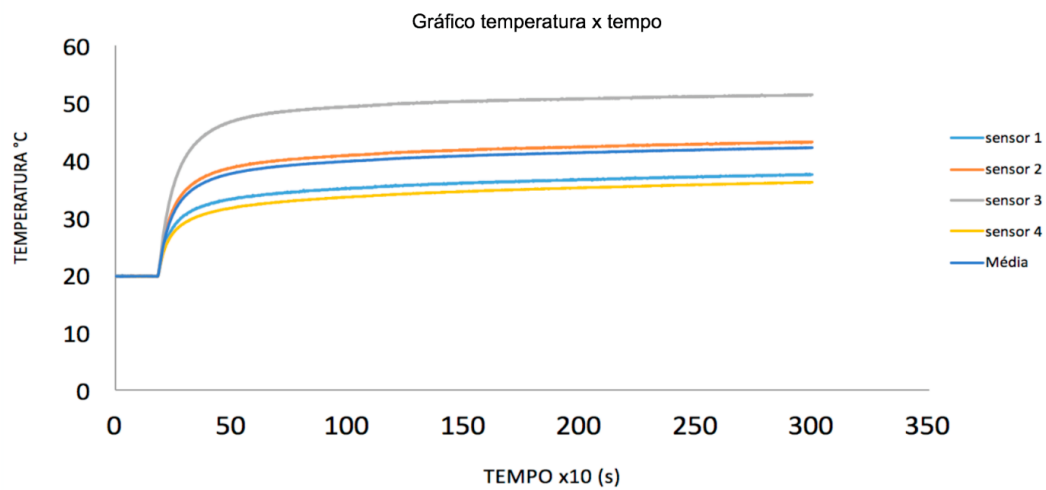
$$\lambda = \frac{U*i}{4\pi*l} \times \frac{\Delta*\ln(t)}{\Delta T}$$

Equação 1: condutividade térmica

Onde: λ = condutividade térmica, U = diferença de potencial elétrico, i = intensidade da corrente elétrica, l = comprimento do fio, t = tempo, ΔT = temperatura.

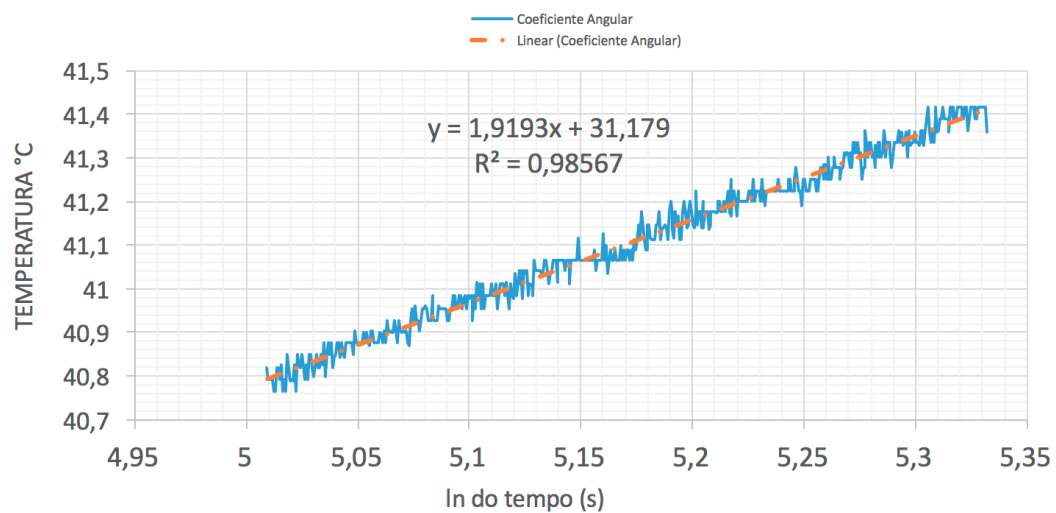
O tempo de ensaio foi de 5 minutos, onde os sensores aferiram 10 leituras de temperatura por segundo, ou seja, em uma frequência de 10hz, totalizando 3000 leituras para cada sensor, totalizando 12000 dados analisados. As figuras 6, 7, 8 e 9 mostram os resultados obtidos para cada argamassa.

Figura 6. Gráfico temperatura x tempo argamassa convencional



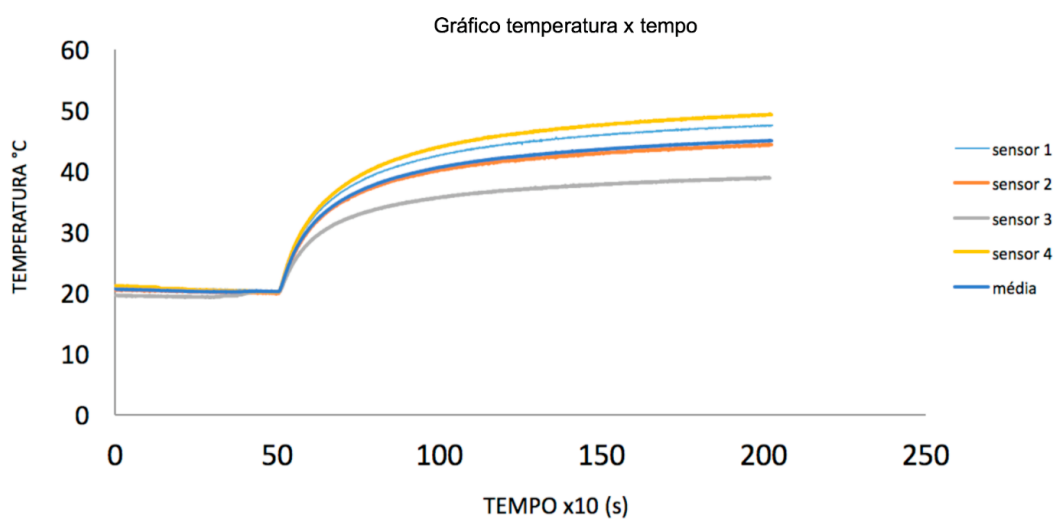
Fonte: Autor (2018).

Figura 7: gráfico coeficiente angular da reta (y) da argamassa convencional



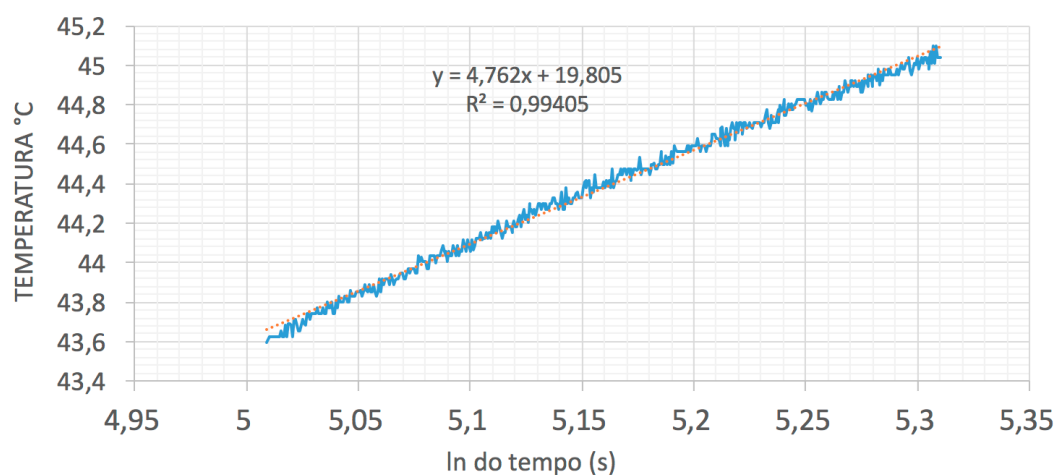
Fonte: Autor (2018).

Figura 8. Gráfico temperatura x tempo argamassa de britagem



Fonte: Autor (2018).

Figura 9. Gráfico coeficiente angular da reta (y) da argamassa de britagem



Fonte: Autor (2018).

Através dos valores do coeficiente angular y onde AB = argamassa de britagem e Ac = argamassa convencional, obtemos os seguintes resultados de condutividade térmica descritos na tabela 4.

Tabela 4. Condutividade térmica

COND. TÉRMICA	AB	AC
Tensão (U)	5,92	5,92
Corrente (I)	1,49	1,49
Coef. (y)	4,76	1,92
Comprimento (m)	0,3	0,3
K (W/m.k)	0,49	1,22

Fonte: Autor (2018).

A argamassa convencional obteve um valor de 1,22 W/m.k, onde a normativa ABNT NBR 15575 estabelece como valor padrão 1,15 W/m.k. Já a argamassa de britagem apresentou um valor de 0,49 W/m.k, ou seja, mostrou-se com um comportamento superior de desempenho térmico.

A partir dos resultados obtidos é possível concluir que a areia de britagem propicia a obtenção de argamassas com melhor desempenho térmico, sendo que, nas medições feitas no presente estudo o resultado da argamassa contendo areia de britagem 248% superior à areia natural.

4 Considerações finais

Através dos resultados obtidos, podemos concluir que ambas argamassas atendem a resistência à compressão requerida por norma, inclusive, para o traço estabelecido, com resultados bem superiores ao mínimo, que é de 0,2MPa. A argamassa produzida com areia de britagem apresentou maior resistência do que àquela produzida com areia natural, isso ocorreu em função da menor relação a/c e do empacotamento granulométrico propiciado pela areia de britagem, bem como do travamento devido aos grãos desse insumo serem mais angulosos.

No que diz respeito à condutibilidade térmica também foram observados melhores resultados na argamassa contendo o resíduo de britagem. Isso demonstra que ao aplicar uma argamassa com agregado de britagem para revestir superfícies é possível contribuir para o melhor desempenho térmico das edificações.

Os resultados apresentados neste estudo terão continuidade, a fim de que se passa avaliar outras propriedades das argamassas contendo areia de britagem, tais como: resistência à tração na flexão, resistência de aderência, absorção de água e absorbância, a fim de estudar, também o desempenho acústico desse material.

Agradecimentos

Os autores expressam agradecimento à IMED pela disponibilidade de infraestrutura de laboratórios e materiais para realização desta pesquisa, bem como ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa concedida.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 1172: agregado para concreto: especificação*. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR NM 26: agregado: amostragem*. Rio de Janeiro, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR NM 27: agregados: redução da amostra de campo para ensaios de laboratório*. Rio de Janeiro, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR NM 52: agregado miúdo: determinação da massa específica e massa específica aparente*. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 13276: argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos: preparo da mistura e determinação do índice de consistência*. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 7215: cimento portland: determinação da resistência à compressão*. Rio de Janeiro, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15575: edificações habitacionais: desempenho*. Rio de Janeiro, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 13281: argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos: requisitos*. Rio de Janeiro, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 7211: agregado para concreto: especificação*. Rio de Janeiro, 2005.
- SANTOS, W. N. dos. *O método de fio quente: técnica em paralelo e técnica de superfície*. Departamento de Engenharia de Materiais - DEMa – Universidade Federal de S. Carlos – UFSCar, 2002
- FAVARETTO, Patrícia. *Avaliação do uso de aditivos e resíduos da construção e demolição no desenvolvimento de concreto celular espumígeno*. Trabalho de conclusão de curso (Engenharia Civil) – IMED – Faculdade Meridional, 2018.
- SILVA, N. G. BUEST, G. CAMPITELI, V. C. *Argamassas com areia britada: influência dos finos e da forma das partículas*. In: VI Simpósio Brasileiro de Argamassas, I International Symposium on Mortars Technology. Florianópolis, 2005.
- LODI, V. H. *VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DO USO DE AREIA DE BRITAGEM EM CONCRETOS DE CIMENTO PORTLAND NA REGIÃO DE CHAPECÓ-SC*. 2006. Dissertação (Mestrado) -Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.